

"... queria exercitar a minha cidadania , achei que o estágio de vivência seria perfeito para isso. Estava certa..." Poderia folhar sem fim contando o que vivi e senti , porém, aprendi lições que não há letras nem palavras que correspondam a humildade, carinho e afetividade daquele povo. Ah! Se eu soubesse, teria vindo antes...

Flávia Helena Alves Garcia
Concluinte do Curso de Fonoaudiologia
16 de Julho de 2001



Ministério da
Saúde

SGEP
SGETS

VIVÊNCIA EM COMUNIDADE Outra Forma de Ensino

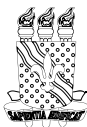
EMMANUEL FALCÃO

VIVÊNCIA EM COMUNIDADE

OUTRA FORMA
DE ENSINO

EMMANUEL FALCÃO

VIVÊNCIA EM COMUNIDADES:
outra forma de ensino



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitor EDUARDO RAMALHO RABENHORST



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Vice-Diretor JOSÉ LUIZ DA SILVA
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL Maria de Fátima Agra | Ciências da Saúde
Jan Edson Rodrigues Leite | Linguística, Letras e Arte
Maria Regina V. Barbosa | Ciências Biológicas
Valdiney Veloso Gouveia | Ciências Humanas
José Humberto Vilar da Silva | Ciências Agrárias
Gustavo Henrique de Araújo Freire | Ciências Sociais e Aplicadas
Ricardo de Sousa Rosa | Interdisciplinar
João Marcos Bezerra do Ó | Ciências Exatas e da Terra
Celso Augusto G. Santos | Ciências Agrárias

Emmanuel Fernandes Falcão

VIVÊNCIA EM COMUNIDADES:
outra forma de ensino

Editora da UFPB
João Pessoa
2014

Direitos autorais 2014 - Emmanuel Fernandes Falcão
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma
ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais
(Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. *Printed in Brazil.*

Projeto Gráfico	EDITORA DA UFPB
Editoração Eletrônica	HOSSEIN ALBERT CORTEZ
Design de Capa	TASSIO JOSÉ

Catálogo na fonte:
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

F178v	Falcão, Emmanuel Fernandes. Vivência em comunidades: outra forma de ensino / Emmanuel Fernandes Falcão.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 208p. ISBN: 978-85-237-0856-6 1. Ação comunitária. 2. Programa interdisciplinar. 3. Qualidade ensino - comunidades. 4. Estágios extracurriculares.
-------	---

CDU: 304.9

EDITORA DA UFPB	Cidade Universitária, Campus I – s/n João Pessoa – PB CEP 58.051-970 editora.ufpb.br editora@ufpb.edu.br Fone: (83) 3216.7147
------------------------	--

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus filhos Erica, Ruth, Emmanuel, Ana Carla e Joyce, pedindo-lhes desculpas pela ausência do pai, e agradecendo pela compreensão refletida nesse amor incondicional;

À minha mãe, Dona Júlia, meus sinceros, emocionados e profundos agradecimentos por me ensinar, com simplicidade, as bases mais essenciais da convivência comunitária, sem a qual certamente não teria chegado até aqui. Para ela, uma homenagem tecida com as palavras do amigo Ray Lima:

Como dizer de uma mulher
ser tão incompleto
que me deixa pleno
que me fez nascer?

Como dizer de uma mulher
essa fonte humana
que emana amor
se completa em mim?

Como dizer de uma mulher
capaz de sentir dor
de amar sem dó
de por amor lutar?

Como dizer de uma mulher
esse ser profundo
que comanda a vida
que dá à luz a vida
e o mundo quer mudar...
e o mundo quer mudar?

Sumário

Agradecimentos	11
Apresentação	13
Prefácio: “Quadra funda”, ao Emmanuel Falcão	15
Prefácio: Extensão Popular e a reforma do ensino	17
Parte I	21
Alguns aspectos da extensão como trabalho social	23
Parte II	33
Extensão Popular: uma discussão para a reforma do ensino	35
Parte III	45
Vivência em comunidades: outra forma de ensino	47
Parte IV	61
Reflexões a partir de uma experiência de Educação Popular	63
Parte V	79
Metodologia para mobilização coletiva e individual	81
Parte VI	101
Extensão Popular: reflexões teóricas e filosóficas sobre uma caminhada a trilhar	103

Parte VII	121
Vivências	123
Os Josés, as Marias e as Josefas	123
Sonhos que se concretizam com lutas	129
Vivências em comunidade: outra nutrição	131
Dez dias para aprender a construção da Reforma Universitária	133
O que a Universidade pode fazer?	135
A Extensão e a revelação de seres conscientes de sua história	137
A universidade democratizando o saber	139
Aprender com a população a como mudar a realidade	141
O verdadeiro sentido da universidade	145
Romper com a histórica dependência científica	147
O que é vivência? Viver!	149
Vivência de Pitanga da Estrada	151
Parte VIII	165
Vivência em comunidades: reflexões teóricas e desafios para a Extensão Popular	165
Quando o ser torna-se sustentável	167
Extensão Popular, vivências em comunidades e a construção de outra universidade	169
Extensão Popular: aspectos teóricos na construção de caminhos para a Universidade no Século XXI	179
Referências	199

É preciso que sejamos filósofos	203
Parte IX	205
Algumas considerações para seguir na caminhada	207
Algumas considerações para seguir na caminhada	207
Referências	211

Agradecimentos

Gostaria não só de agradecer, mas também de poder oferecer esta obra a todos os estudantes, professores, em especial ao professor José Maria Tavares de Andrade pela construção coletiva do modelo de formação oferecida na preparação dos estudantes nessa espinhosa tarefa;

Aos líderes comunitários, que contribuíram, de forma direta e indireta, com sua construção e, ao mesmo tempo, destacar a importância de cada depoimento apresentado aqui como referência para reflexão e subsídio para a reforma do ensino, em todos os níveis. Por exemplo, a composição do Cacique Luiz, da Aldeia Cumaru, que peço licença para aqui apresentar.

Vocês precisam conhecer o Cumaru
Na humildade, é igual ao meu coração
Não temos máquinas para a limpeza do rio
Estamos cavando com a nossa própria mão.

Mas, mesmo assim, o Cumaru se manifesta
Faz sua festa do jeito que o povo quer
Os pescadores vão pegar o camarão
No pantanal brigando com o jacaré.

A energia chegou sem nos esperar
Foi uma luta trabalhando mesmo assim
Com vinte homens nadando arrastando um poste
Quase morrendo no poço do Angelim.

E a picada dessa linda energia
A engenheira. Falcão vou apresentar.
Foi doutora foice chamada beira molhada

Que fez o curso com o miolo do jucá.

Eu agradeço a Jesus primeiramente
Segundo, à FAC, que nos ajudou também
A universidade trabalhou pelo meu povo
Por isso hoje estamos de parabéns.

Letra produzida pelo Cacique Luiz
Aldeia Cumarú (Baía da Traição – PB)

Apresentação

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

A partir dos trabalhos liderados por Emmanuel Fernandes Falcão e sua equipe no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, em parceria com as diversas executivas nacionais dos cursos de saúde e áreas afins, Centros e Diretórios Acadêmicos de todo Brasil, vem buscando alternativas para o pleno exercício da cidadania de tantas pessoas que se encontram socialmente vulneráveis. Ao mesmo tempo, esta experiência favorece a melhoria da qualidade de ensino, inserindo, nas comunidades, estudantes das mais diversas áreas acadêmicas por meio de estágios extracurriculares, na perspectiva de, junto com as comunidades, identificar os problemas existentes e buscar formas e estratégias de solução para os mesmos.

Essas ações estão marcadas pela perspectiva do diálogo e da construção coletiva do conhecimento, a partir dos diversos saberes, proporcionando o desenvolvimento de novas formas de aprendizado, além de implementar as inter-relações tão almejadas entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Como afirma Boaventura de Souza Santos, em “A universidade no século XXI”, os desafios para a extensão não são poucos nem pequenos, tendo em vista o interesse do capitalismo global em ter a universidade, e a extensão, a seu serviço. Daí, a necessidade de reforçar na extensão o seu sentido de construção de alternativas ao modelo de sociedade que aí está, com uma “participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (2004, p.73).

Neste sentido, o Estágio de Vivência em Comunidades – EVC e o Estágio Nacional de Extensão em Comunidades – ENEC estão dando a sua contribuição, comprovada pelas experiências exitosas, testadas ao longo desses últimos anos.

Esta obra se apresenta como a materialização de um dos resultados desse esforço de cada um e de todos, explicitando as bases conceituais, as experiências e as vivências desenvolvidas ao longo de muitos anos por toda a equipe do PIAC, ENEC e EVC. Com isso, espera-se difundir estes saberes e compartilhar os conhecimentos de modo a qualificar as ações em todo o país, alimentando o fortalecimento permanente da Extensão Universitária, como algo possível e necessário para a transformação da sociedade brasileira.

Prefácio: “Quadra funda”, ao Emmanuel Falcão

Ray Lima

Pareço outro,
mas eu sou desde menino.
É que a paisagem e a linguagem
redefiniram o meu destino.

A minha sorte,
escapei daquele sino
pra cumprir minha diáspora
como muitos nordestinos.

A minha língua
carrega os sons da minha sina.
Da seqidão que emana a caatinga
brota em mim a alma nordestina.

Idas e vindas,
a solidão que sinto agora
não é do ser que nasceu livre
e quando lembro, a alma chora.

Prefácio: Extensão Popular e a reforma do ensino

José Francisco de Melo Neto¹

Este trabalho expressa ideias, reflexões e pontos de vista de um programa de atividades em extensão universitária, que teve início em um projeto de estágio, denominado Estágio de Vivências em Comunidades, a partir de 1987. Seu desejo é trazer o estudante da Universidade para a área rural, para que ele vivencie, mais diretamente, a vida dessa população.

Visando estudar e entender essa realidade e suas nuances internas, por meio de um escopo teórico, Emmanuel Falcão se depara com a necessidade de ver a extensão universitária como um campo social, permeado pela dimensão popular, e que estabelece a discussão da extensão como trabalho humano. Pode-se extrair deste texto um desejo do autor de assentar um campo para a extensão popular e, vinculada à Universidade, debater essa possibilidade, inserindo-a nas discussões da reforma do ensino.

É um texto que mostra o esforço do autor para encontrar um jeito novo de fazer ensino e, sobretudo, provocar a pesquisa. Sua ansiedade pauta-se em levar algo da universidade para as comunidades com baixo poder aquisitivo – as classes trabalhadoras – e das comunidades, elementos para o ensino e a pesquisa, no âmbito da instituição universitária.

A extensão, pautada pela realidade e expressando desejos de mudanças, pode ser entendida como um trabalho social, pois é realizado entre tantas e tantas comunidades. Mas é uma atividade útil voltada para o desejo de mudar as situações vividas. Encerra em si

¹ Professor titular do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba; Coordenador do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular/CNPq/UFPB.

uma explícita intencionalidade imediata, que é de conectar o ensino e a pesquisa. Nisso, há uma particularidade nesse tipo de trabalho social. Todavia, a extensão adquire outra dimensão que pouco está sendo divulgada: a extensão é *popular*. O popular, por sua vez, qualifica essa atividade social e estabelece, para além da tradição, uma compreensão superadora da assistência, no sentido de dar coisas materiais às comunidades carentes. É um adjetivo que qualifica a extensão como um processo educativo, cultural e científico, que assume o ponto de vista das classes trabalhadoras e procura construir outra hegemonia. O popular eleva a extensão como possibilidade de realizar um conhecimento resultante da produção coletiva desse fazer, voltado para o acadêmico e para a organização coletiva dessas gentes desprezadas pelas políticas públicas.

A extensão, como um trabalho social útil e com essa intencionalidade, não pode assumir papel alienador de comunidades nem no trabalho de ensino no interior da instituição universitária. A extensão, aqui propugnada, proporciona uma preocupação teórica constante em seu exercício. Como diz o autor, um trabalho “que acolhesse os diferentes saberes existentes na *academia* e nos *movimentos populares* que por ventura tiveram contato com o referido programa. E na tentativa de sistematização, percebeu-se que, naquela oportunidade, estava-se desenhando essa nova *metodologia de trabalho* na área de *extensão universitária*, onde priorizava a integralização do *homem* e do *meio*, respeitando todas as concepções existentes nessas duas dimensões”. Uma preocupação que, talvez, favoreça a organização dessas comunidades em pequenas propriedades ou agrupamentos coletivos que consigam resistir e gerar emprego e renda. A extensão, como trabalho social útil com a intenção de conectar o ensino e a pesquisa, passa a ser agora exercida pela Universidade e por membros de uma comunidade sobre a realidade objetiva desse setor social, seja em áreas rurais ou urbanas.

Ao dimensionar a extensão como popular, o texto expressa um forte convite à superação de compreensões singelas do termo popular, como aquelas que, tão somente, compreendem-no como algo que vem do povo, de sua tradição ou que vem das maiorias. Nem mesmo compreensões que conduzem o popular a ser entendido como algo que tenha origem em associação de base, de movimentos sociais, ou como uma questão de consciência. Em todos esses momentos, esse trabalho social pode ser profundamente autoritário e nada popular. Não há o lócus para se por em prática o popular. Pela extensão popular, sua compreensão volta-se ao aspecto metodológico, político e filosófico e, portanto, como posicionamento humano diante do mundo, promovendo a dimensão propositivo-ativa, voltada para os interesses dessas maiorias por meio de mecanismos participativos.

A extensão popular passa a ser reconhecida como um fazer acadêmico, um trabalho permeado pelas lutas desse povo e que atende aos seus interesses, mas também que favorece um mundo em mudanças, a partir de suas perspectivas, que traduza uma metodologia de agir, como marca e como procedimento que incentive à participação, ou seja, um meio de veiculação e de promoção para a construção da cidadania. Expressa-se, dessa maneira, a possibilidade do exercício e não mais do mero discurso – a Universidade cidadã. A extensão popular promove, portanto, uma metodologia que se fundamenta, como diz o autor, “numa participação onde [sic] o conhecimento da realidade e as propostas de intervenção são realizados e avaliados de forma conjunta, retro-alimentando a ação extensionista”.

Destarte, pode-se dar vida à discussão sobre as reformas e as propostas que estão sendo encaminhadas à Universidade, no campo do ensino, em novos patamares de qualidade. Com essas perspectivas, a extensão contribuirá para o refazer acadêmico, avançando da disciplinaridade, pela interdisciplinaridade para a

transdisciplinaridade. Fomentará, cada dia mais, uma objetiva e política relação mudancista da Universidade com a sociedade. Assim, parece ter sentido o fazer extensão universitário dimensionado, agora, no campo popular, revelando chances para a Universidade universalizar-se em outras bases.

Parte I

Alguns aspectos da extensão como trabalho social

Em nossa visão, a Extensão Universitária não é qualquer trabalho fora da Academia ou mero serviço assistencialista à população carente. Seu propósito é maior: fundir o que se aprende, produzi-lo na Universidade e aplicá-lo no desenvolvimento de uma comunidade, que tem participação ativa e contribui com a instituição que a beneficia, passando-lhe experiências da vida real, dando crédito aos seus experimentos e justificando o que se realiza nas áreas de ensino e pesquisa.

De modo geral, a extensão contribui efetivamente para melhorar a sociedade e para que estudantes e professores envolvidos enriqueçam seu saber participem do crescimento das pessoas e das comunidades em que estão envolvidos com esses atores acadêmicos. Os objetivos principais promovidos pela extensão universitária são estes: promover a interação entre a Academia e a comunidade, com a troca de saberes e de conhecimentos; desenvolver atividades que propiciem a participação da comunidade como sujeitos, e não, como meros espectadores; interligar as atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da comunidade; priorizar as práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes, como as ligadas às áreas de educação, saúde, habitação e geração de emprego e de renda etc. e criar condições para a participação na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo visando acompanhar e avaliar a implantação delas.

É através do desenvolvimento de atividades de extensão como essas que a Universidade vem dando importância a temas que contribuem de forma determinante para que ela realize seu papel de educadora e formadora de opinião. Para definir precisamente a Ex-

tensão Universitária, podemos citar a conclusão retirada do Fórum de Pró-reitores das Universidades Públicas Brasileiras:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade (I Fórum de Extensão de Pró-Reitores das Universidades Públicas, 1987).

A Extensão tem um componente emulsificante entre o ensino e a pesquisa que assegura a integração dessas dimensões com as demandas da sociedade e facilita o trânsito entre a comunidade acadêmica que encontrará na sociedade e dá a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes levarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados acadêmicos e populares, terá como consequência a produção de conhecimentos resultante do confronto com a realidade brasileira e a regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Nos últimos anos, o ensino universitário brasileiro vem sofrendo profundas transformações, com o surgimento de várias faculdades de forma simultânea no território nacional. Esse fenômeno vem sendo visto com bastante preocupação em relação ao que vem sendo demandado pelo mercado de trabalho e à qualidade do ensino que vem sendo ofertado aos jovens brasileiros e os reflexos no perfil profissional do que vai sendo formado por essas faculdades. Entre essas preocupações, destaca-se a extensão universitária, uma dimensão muito importante tanto para a formação acadêmica quanto para a vida profissional do estudante e

para promover a aproximação das Universidades com outros segmentos da sociedade, numa perspectiva de estabelecer diálogos que gerem transformações políticas e sociais nas duas direções.

Esse cenário, cada vez mais, vem aprofundando novos estudos sobre o tema 'extensão universitária' e se preocupando mais e mais com a indissociabilidade das outras dimensões, como a pesquisa e o ensino. Isso justifica a preocupação com a multiplicação desenfreada das faculdades sem a devida preocupação de se resguardar a indissociabilidade dessas dimensões. A insistência em provocar essa discussão é sobremaneira relevante para o ensino universitário no Brasil, uma vez que o governo brasileiro vem buscando formas de incluir os estudantes oriundos das classes menos favorecidas nas Universidades, entretanto o modelo escolhido, aparentemente, não se apresenta como o ideal porquanto sua formação é no ensino fundamental e no médio nas escolas públicas, e eles deveriam ser absorvidos pelas Universidades públicas, mas o modelo que o ensino oferece os encaminha para o ensino privado. Assim, eles se distanciam cada vez mais de suas origens, porque as Universidades privadas não têm o compromisso com uma extensão universitária propositiva, preocupada com as transformações sociais que estejam voltadas para o desenvolvimento sustentável, nos moldes citados.

Apesar de, ao longo dos séculos, a extensão estar presente na vida acadêmica de muitas universidades do mundo, como é o caso das universidades portuguesas, americanas, alemãs, entre outras, e elas serem elementos influenciadores da expansão do ensino nos países ditos do terceiro mundo, como é o caso do Brasil, os modelos extensionistas não apresentaram para esses países em desenvolvimento propostas capazes de promover o desenvolvimento sustentável e que fosse voltado para as classes populares, apesar de apresentarem linhas de pensamento que apontassem para a transformação social no discurso, esse discurso se apresen-

ta na maioria das vezes, bem distante das ações praticadas que deveriam ser transformadoras. É nesse sentido que surgem algumas propostas de extensão, como a extensão rural, desenvolvida pelos governos estaduais, através das EMATERs, o PROJETO RONDON, que foi ponto de referência nos anos sessenta e setenta, mais tarde, o Centro Rural Universitário de Trabalho e Ação Comunitária (CRUTAC), numa modalidade assistencial e pouco problematizadora.

Nas universidades brasileiras, essas questões foram verificadas com mais clareza da metade do Século XX para a frente, pois foi nesse período em que houve a expansão e o crescimento das universidades públicas federais e a explosão dos cursos de graduação. Também foi nesse contexto em que se expandiram as universidades particulares, motivo das preocupações aqui apresentadas. Nesse período, pouco se avançou no campo da extensão, como trabalho social, como destaca Melo Neto (2004). A extensão dessa época atinha-se a congressos, seminários e outras atividades acadêmicas que não fossem as da sala de aula, numa total desvinculação da realidade dos enfrentamentos da população trabalhadora brasileira, em lutas constantes para promover sua inclusão social. A extensão passou a ser como um braço estendido da universidade para a sociedade, sem escutar os ruídos provenientes dos vários movimentos sociais e de suas demandas.

Esses questionamentos dão conta de que é necessário repensar o ensino brasileiro de forma a exercitar, em todos os níveis, a integração ou emulsificação das dimensões ensino – pesquisa – extensão, não como tripé indissociável, mas, como prerrogativa de se discutir com mais frequência o desenvolvimento sustentável popular. Para tanto, é preciso introduzir, nas atividades acadêmicas, ações de extensão com trabalhos sociais que deem respostas a algumas questões relativas à atual situação do ensino brasileiro. Como ilustração, poderia citar o conflito Campo X Cidade que, as-

sociado ao conflito Capital X Trabalho, historicamente, vem agravando a violência urbana e rural e aumentando a degradação do tecido social.

E isso reflete a expressão das contradições geradas pelo atual modo de formação que responde a um mercado cujo modelo concentra riquezas e nos sugere o seguinte questionamento: Qual seria o caminho a ser seguido pelas escolas para que a classe trabalhadora chegasse a conquistar uma sociedade justa?

Faço esse questionamento porque, atualmente, mediante inúmeras transformações sociais, a educação brasileira vem sofrendo algumas mudanças que transformaram a universidade, contudo, parece não ter ainda definido seu caminho. Alguns teóricos da educação apontam essa indefinição como uma crise que a universidade vem atravessando. Para Ristoff (1999), a universidade brasileira atravessa uma crise do ponto de vista *financeiro*, *elitista* e de *modelo*. A *crise financeira* deteriora a instituição devido à falta de recursos disponíveis para a atualização dos materiais físicos que constituem a universidade, como bibliotecas, salas de aula e laboratórios. A *crise do elitismo* diz respeito a um questionamento central nas discussões atuais, em que se indaga a quem a universidade deve servir, haja vista que, atualmente, apenas 10% da população com faixa etária entre 17 e 24 anos se encontram matriculados no curso superior, ou seja, apenas uma minoria tem acesso à universidade. A *crise de modelo* se refere às funções do ensino superior. Sem entrar nos pormenores de cada uma dessas crises, cabe ressaltar que os três casos estão vinculados a um processo mundial: a globalização. Com as transformações e as inovações decorrentes desse processo, surge, nos diversos setores da sociedade, a necessidade de adequação e, no caso específico da universidade, também é chamada a modificar sua estrutura e funcionamento a fim de se ajustar às demandas que, entre outras coisas, pressionam por maior acesso à universidade, maior produção

científica, e satisfação das necessidades básicas da comunidade, como saúde e educação (TRIGUEIRO, 1999). Nesse caso, a Extensão Universitária também é um elemento fundamental nessa transformação, pois atua diretamente como elo entre a universidade e a comunidade na construção de caminhos para a promoção social.

Nessa busca, as escolas públicas, em todos os níveis, têm sua cota de responsabilidade em prol dessa conquista, porque são centros de produção de saber, e os conhecimentos poderiam reduzir as tensões sociais. Ao promover mais integração entre a escola e a comunidade, através de programas de extensão voltados para problematizar e sistematizar a realidade concreta e construir, de forma mais coletiva, projetos e programas que possam, efetivamente, promover o desenvolvimento sustentável popular e, conseqüentemente, a inclusão social.

Nessa perspectiva é que a Universidade Federal da Paraíba, através do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária², o qual se encontra vinculado à Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, está baseado em cinco eixos principais: Organização Político-social; Educação Popular; Saúde; Cultura e Produção Sustentável. Desse modo, vem atuando em diversos municípios do estado da Paraíba e desenvolvendo uma nova proposta de processo educativo direcionado ao desenvolvimento local dessas comunidades, considerando ainda a experiência e o aprendizado dos estudantes. Assim, vem construindo uma modalidade de extensão popular que busca ver nela a extensão como trabalho social (Melo Neto, 2004) e que se volta para o desenvolvimento sustentável popular a partir da discussão do processo de organização político-social de setores populares das classes menos favorecidas.

Essa proposta apresenta um caráter interdisciplinar e fundamenta-se em uma metodologia participativa interatuante deno-

2 Programa de extensão desenvolvido pela Pró-reitoria de Assuntos Comunitários, desde o ano de 1990, através da COPAC/PRAC/UFPB.

minada de Metodologia para a Mobilização Coletiva e Individual - *Met-MOCI* (FALCÃO & ANDRADE, 2002) que, partindo das demandas dos Movimentos Sociais, busca promover o desenvolvimento comunitário através do apoio ao estímulo da “produção comunitária” como eixo aglutinador que, dialogando com outros eixos, como direitos humanos, ecologia, meio ambiente, tecnologia e cultura, vai se criando uma teia de ações solidárias que promovem o exercício do desenvolvimento local sustentável da forma mais popular possível.

Esse é um marco que se propõe a resgatar o processo de organização e de luta das classes trabalhadoras, contrapõe-se diretamente ao processo de dominação e exploração entre os homens e reforça a tese da socialização das riquezas por eles produzidas, incentivando o caminho da autogestão.

Nos últimos anos, houve avanços significativos em relação a algumas experiências de extensão com caráter popular, em algumas Universidades brasileiras, que vêm solidificando a presença mais constante de professores e estudantes em campos de estágios e com bastante diversificação de atividades, como a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre outras, que vêm apoiando as demandas de vários segmentos de Movimentos Sociais desde os mais musculosos, como é o caso do MST, até movimentos mais singelos, como o Movimento Indigenista, entre outros.

Uma forte característica desse programa está ligada fortemente ao trabalhador rural e aos agricultores, uma vez que as questões agrárias sempre se apresentaram como um campo de lutas e espaços de disputa entre o capital latifundiário concentrador de riquezas e os pequenos produtores rurais sem terra, porquanto a luta pela terra sempre foi um grande desafio e trouxe sérias consequências para todos os envolvidos. Por outro lado, os trabalhadores ru-

rais conseguiram resistir, a duras penas, aos processos espoliativo e explorativo impostos pelos latifundiários. Mesmo assim, aqueles trabalhadores foram impondo aos grandes produtores, de forma organizada, um modelo de pequena propriedade que ainda consegue, de alguma maneira, resistir e gerar emprego e renda.

Outra vertente verificada e discutida pelo programa diz respeito à violência contra aqueles que moram na terra e vivem dela, que vem sendo observada desde o extermínio dos índios, passando pela dominação dos negros, com a conivência da igreja, até o surgimento dos meeiros, dos posseiros e dos arrendatários, que passaram a trabalhar de forma passiva para os grandes proprietários e ainda tendo que pagar o “cambão”, como era conhecido o aluguel das terras naquela época.

Na década de cinquenta, assiste-se, no Brasil, a um novo processo de organização dos trabalhadores rurais, conhecido como “Ligas Camponesas”, caracterizado pelo não pagamento do “cambão”. As Ligas Camponesas, importante referencial para os movimentos sociais na conquista do campo pelas classes trabalhadoras, surgem na Paraíba no ano de 1955 e vão até 1964, quando são sucumbidas com o golpe militar. Esse fenômeno passa a ser parte de vários estudos desenvolvidos por pesquisadores das Universidades brasileiras e tema palpitante para muitos trabalhos de extensão universitária, principalmente na Universidade Federal da Paraíba.

Estudos como os de Moreira e de Targino (1997) ressaltam, com mais profundidade, essa luta no campo e observam que, se não houvesse a integração entre a pesquisa e a extensão desses pesquisadores, dificilmente poderia ser observado o processo organizativo do homem no campo, que se intensifica na década de 60, quando surgem vários tipos de organização e de vários tipos de trabalhadores rurais que, na visão de Moreira e Targino (1997), podem ser enquadrados nas seguintes frentes de lutas:

a) Luta contra a exploração do trabalho e por melhores condições de trabalho e de vida;

b) Luta contra a expulsão/expropriação, que se configura na luta pelo direito de “Ficar na terra”, de “Viver na Terra” e de “Não se submeter ao capital”;

c) Luta pelo retorno a terra, pela reconquista da “Terra para o Trabalho”;

d) Luta pelos pequenos produtores por uma política agrícola (assistência técnica e creditícia) que lhes garanta o direito de não só permanecer com a terra como também de nela produzir e dela retratar o indispensável a uma sobrevivência digna.

O que se vê é que existem vários campos de trabalhos para se fazer extensão com características mais populares, de forma a promover espaços que possam contribuir com as organizações de trabalhadores na luta contra a exploração e a conquista da terra, entre outras conquistas. Esse modelo de extensão pode ser definido realmente como *trabalho social* e deve estar presente em todo e qualquer campo de luta, pois é fundamental que o trabalhador esteja organizado dentro dos seus espaços de luta, resguardando e resguardado pelo seu movimento social representado e que sempre está preocupado com o modelo produtivo, gerador de renda, que verifique as questões ecológicas, os direitos humanos, as tecnologias apropriadas, as políticas públicas e outras dimensões que se constituem no modelo de desenvolvimento sustentável.

Acreditamos que esse é o verdadeiro papel das universidades públicas ou privadas que, como pesquisa, têm o objetivo de compreender a realidade, produzir novos conhecimentos e, em seguida, fazer interface com a extensão, modalidade responsável por aplicar esses conhecimentos e contribuir para o processo de mudança social seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável. Portanto, seria a extensão uma das principais funções da Uni-

versidade que se apresenta com a função através da qual exerce seu papel de agente de mudanças e desenvolvimento social. Para isso, precisa saber respeitar todo o conhecimento advindo dessas longas jornadas das lutas pela sobrevivência desse povo que acumulou infinitos conhecimentos que poderiam contribuir com o processo formativo para a evolução da educação à luz da integração do saber popular com o saber científico.

Convém enfatizar que seria muito difícil pensar em transformação e inclusão social à luz de um processo educativo, se não forem respeitadas essas duas dimensões com os seus respectivos acúmulos de conhecimentos. Por outro lado, seria de fundamental importância discutir modelos educativos que surgissem do seio dos movimentos sociais, desde os mais estruturados aos mais singelos, resguardando as diferenças e respeitando a diversidade de cada um desses segmentos sociais.

Parte II

Extensão Popular: uma discussão para a reforma do ensino

O desenvolvimento sustentável é um objeto de interesse das Universidades, que ocorre de diferenciadas formas e momentos sociopolíticos dentro delas. É importante destacar alguns momentos de mudanças sociais que levaram as Universidades a se verem através da autocrítica, a repensar e a apontar também suas mudanças, com destaque para as que tiveram repercussão na extensão universitária.

Inicialmente, convém destacar que, no âmbito acadêmico, a extensão é vista como uma das três funções da Universidade e, como tal, seu papel deve ser analisado considerando as outras duas funções: o ensino e a pesquisa. Isso significa que compete a ela transmitir (*ensino*), produzir (*pesquisa*) e aplicar (*extensão*) conhecimentos. Essas três dimensões estão dialeticamente relacionadas (BARROS, 1998).

Apesar da afirmação de que é preciso priorizar uma “extensão comprometida com a articulação ensino-pesquisa, a concepção do que ocorre na prática e o pouco envolvimento da comunidade acadêmica deixam entender que esse discurso não foi generalizadamente incorporado à práxis” (ROCHA, 1995). Mesmo assim, a extensão é para a Universidade uma via direta de interação com a sociedade que, segundo Oliveira (1997), “é a presença da instituição no cotidiano das pessoas”.

Nesse sentido, é importante destacar o papel desempenhado pelas *Universidades livres e populares*, surgidas no Brasil entre 1909 e 1912; as experiências com a extensão rural, a partir de 1929; a influência das ideias da *escola nova*, a partir de 1932; a experiência do CRUTAC, e a influência do *Projeto Rondon*, criado em 1965. Todas essas experiências trazem a marca de atividades extensionistas.

Contudo, depois do golpe militar de 64, as Universidades brasileiras passaram por um processo de transformação profunda, que atingiu, sobretudo, a dimensão do ensino e, em geral, instalou-se de forma mais contundente um método de ensino que fortalecia ainda mais as classes dominantes.

As experiências extensionistas têm se efetivado com base nas diferentes perspectivas. Há aqueles que entendem a extensão como uma via de mão única e que cabe à Universidade derramar o seu “saber” na comunidade. Já outros a consideram numa visão dialética, de trocas mútuas entre o “saber científico” e o “saber popular”. A ditadura militar fez com que o MEC passasse a adotar um sistema de ensino tecnocrata que desagregava as ciências, tirando a visão do todo, em que o estudante adquiria em sala de aula uma visão tecnicista e “especialista”. Esse modelo persiste até os dias de hoje, apesar de, na década de 80, ter-se iniciado uma série de discussões em várias estâncias das Universidades públicas brasileiras, na perspectiva de se pensar um novo modelo de ensino no Brasil.

Em 1985, com a abertura política, começa-se a pensar em um modelo de resgate de Universidade, numa tentativa de alertar não só o movimento estudantil, mas também os estudantes de forma geral em suas áreas de saber, para a necessidade de rever esse modelo de ensino e apontar mudanças que o tornassem mais capaz de atender às novas demandas da sociedade. Nesse modelo, a extensão passa a representar uma oportunidade diferente, que exige uma postura mais chegada da realidade, através da qual professores e estudantes teriam a possibilidade de trocar conhecimentos e experiências e descobrir novos espaços educativos. Nessa perspectiva, o estudante passou a ser considerado agente ativo da extensão e articulador funcional de ensino, pesquisa e extensão (ROCHA, 1995).

Durante as décadas de 80 e 90, desenvolveram-se novos debates em torno do sistema educacional, que buscam delinear uma

proposta “nova, refrescada, audaciosa e efetivamente problematizadora, ao invés daquela Universidade do pacote de disciplina ou das coisas distantes” (ROCHA, 1995). Na visão de Rocha (1995), a Extensão pode ser uma tentativa de resposta às questões levantadas nesses debates. Entretanto, vale ressaltar que a Extensão, por si só, não caracteriza a Universidade. Ela é função da Universidade, a qual apoia “a ação da comunidade ou das instituições, fornecendo-lhes o seu ingrediente crítico e delas retirando informações que possam realimentar o seu sistema educacional” e, dessa forma, favorecer a construção e o desenvolvimento de projetos de alcance social (SALVIANI apud ROCHA, 1995, p. 20).

Os vários projetos têm contado com a colaboração de parceiros importantíssimos de instituições governamentais e não governamentais, que, juntamente com os esforços empreendidos por trabalhadores organizados na Ação da Cidadania nos movimentos sociais existentes na sociedade, buscam desenvolver ações mais efetivas em prol da cidadania. Uma das grandes conquistas desses esforços pode ser ilustrada com o programa de combate à “fome” e à “miséria” e pela vida, encampado pelo sociólogo Betinho, iniciado no ano de 1994, que gerou uma grande mobilização da sociedade brasileira numa discussão abraçada por vários segmentos da sociedade civil organizada, pelo estado, e por várias empresas nacionais e transnacionais que atuam no Brasil. Por outro lado, essa iniciativa trouxe à tona outras grandes discussões sobre controle social, responsabilização social e responsabilidade social, de forma a sugerir outras formas de debates e negociações e parcerias entre o Estado, a sociedade civil e o mercado.

Para Melo Neto (1996), a extensão pode constituir-se como uma formulação que aponta caminhos para a construção da hegemonia da classe trabalhadora e, sobretudo, de uma nova cultura para ela.

Um dos caminhos existentes para efetivar essa hegemonia, com o objetivo de exercitar a cidadania, é o desenvolvimento comunitário, uma das vertentes pela qual a Universidade exerce o seu compromisso social. Nessa perspectiva, insere-se o projeto de UNIVERSIDADE CIDADÃ, que viabilizará a realização de programas de extensão que possam responder às necessidades dos trabalhadores. Entretanto convém lembrar que, mesmo antes de se falar de Universidade Cidadã, a UFPB/PRAC já desenvolvia vários projetos e programas de extensão que buscavam atender às demandas sociais. Entre eles, destaca-se o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB que, desde o ano de 1990, já vinha buscando alternativas de inclusão social das classes menos favorecidas, ao mesmo tempo em que tentava possibilitar a melhoria da qualidade do ensino. Para isso, atuava inserindo estudantes da graduação em diversas comunidades, através de estágios extracurriculares, com a perspectiva de identificar todos os problemas existentes e procurar estratégias de solução para eles por meio do diálogo entre os saberes acadêmicos e os da população.

O programa tem como prioridade discutir sobre a sociedade e, sobretudo, a relação da Universidade com as demandas sociais, com caráter interdisciplinar, articulando diversas áreas do conhecimento. Também trabalha em parceria com instituições públicas e privadas, ONGs e Organizações de Classe (Sindicatos, Associações, Federações etc.), as quais possibilitam e subsidiam o desenvolvimento rural através de atividades de educação informal, cultura e atenção em saúde, entre outras, estabelecendo um estreito laço com o método *Met-MOCI*³ (FALCÃO & ANDRADE, 2002). Esse método leva em conta as ações que envolvem a cultura produtiva local, o acesso à informação e os meios de produção, considerando o homem como produtor de riquezas, e cujo exercício da cida-

³Met-MOCI – Metodologia criada pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária no ano 2001.

dania é fruto de sua ação global, devidamente contextualizada no meio em que vive.

Percorrendo um caminho de conscientização sobre educação formal e informal e resgatando a essência da extensão, quando busca meios para promover a qualidade de vida e os direitos à cidadania, a universidade revela seu verdadeiro papel na sociedade, através de uma metodologia que foge do modelo tradicional, estritamente teórico, praticado nas salas de aula e que, muitas vezes, não traduz com precisão a realidade em que a classe trabalhadora está exposta.

Esse Programa apresenta uma visão caleidoscópica, adotando o referencial da Teoria da Complexidade⁴, que considera de forma integrada várias ciências. Nesse sentido, o homem é visto de forma global, integrada e complexa, considerando suas múltiplas dimensões – física, biológica e antropossocial. Nele, essa visão é complementada e reforçada pela emulsificação entre a pesquisa, o ensino e a extensão, e esta última é o elo de articulação e construção de ações concretas e contextualizadas, em que o econômico, o social, o simbólico e o real se articulam.

A aplicação dessa visão do programa tem gerado muitas dificuldades de articulação das comunidades com os vários setores produtivos da sociedade, devido aos problemas que enfrentam em relação ao desemprego, ao acesso a terra, à educação, à saúde, ao exercício da cidadania e à quase ausência do estado quanto à implantação de políticas públicas em qualidade e quantidades necessárias para as comunidades. Esses problemas se configuram em grandes desafios da tão almejada e discutida inclusão social.

Nesse sentido, o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária vem contribuindo, de forma decisiva, com o apoio ao processo

⁴Teoria que tem como fundador o sociólogo EDGAR MORIN e preconiza a reforma do pensamento a partir da integração das ciências, estudando o homem em suas dimensões física, biológica e antropossocial.

organizativo e produtivo das comunidades trabalhadas, na resolução das demandas decorrentes da ausência das políticas sociais, como também na efetivação das atividades de Educação Popular e Saúde Comunitária. Além disso, tenta articular, de forma mais efetiva, num processo interativo, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Comunitária, ao mesmo tempo em que busca promover as famílias que estão envolvidas nele. Desse modo, permite estimular o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes bolsistas e voluntários e dos atores das comunidades, numa visão problematizadora, que o torna mais produtivo e abrangente. Convém lembrar que, desde o início, o *Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária* vem sendo desenvolvido com o apoio do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX), antes (até 1995) designado como Programa de Bolsas de Ação Comunitária.

Este trabalho busca identificar, nas comunidades, os problemas que enfrentam e que, na maioria das vezes, apresentam-se de forma imediata e emergencial. Ressalta-se, entretanto, que a preocupação central da equipe do programa não apresenta um caráter imediatista, mas visa promover a comunidade. Para isso, procura discutir a implementação de políticas que se expressem através do planejamento participativo que, em articulação com outros órgãos (governamentais ou não), busque as possíveis soluções para os problemas identificados utilizando-se de todos os conhecimentos possíveis advindos dos atores internos e externos, parceiros no processo de construção coletiva. Nesse sentido, é marcante a participação de uma equipe interdisciplinar, que assegure uma identificação realista dos problemas bem como de suas possíveis soluções, de modo a se traçarem ações técnicas social e economicamente viáveis.

O desenvolvimento sustentável exige a intervenção de ações integradas que levem em conta a multiplicidade de variáveis que interferem nesse desenvolvimento. Como por exemplo, o desen-

volvimento rural articulando as políticas públicas, principalmente, a educação e a saúde comunitária, e a organização político-social como mediadora na busca por entender, junto com os gestores públicos, como se aplicam todas as políticas públicas e sociais e o reencontro com a cultura como um elo entre o antigo e o moderno.

Para que isso ocorra de forma harmônica e equilibrada, é preciso integrar várias áreas do conhecimento e promover a participação efetiva dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas, sociais e financeiras, de modo a garantir um desenvolvimento autossustentável, que se caracteriza como um modelo de ação local em que todos os atores governamentais e não governamentais existentes na comunidade são os responsáveis diretos pelas ações desenvolvidas e aplicadas, o que sugere uma nova ordem econômica, como o processo da *Economia Solidária*, que deveria se difundida e exercitada nos meios populares.

Essa integração implica que se considerem as diversas variáveis presentes e interatuantes na dinâmica social. Só é possível compreender essas variáveis com uma visão interdisciplinar e integrativa, que permite um olhar multidimensional necessário para se compreenderem bem mais os fenômenos políticos e sociais. Tal visão, que se opõe ao paradigma positivista, vem provocando mudanças substanciais no campo das ciências. Uma evidência dessas mudanças é o surgimento de novas áreas de conhecimento, marcadas pela interface de áreas distintas e pela interdisciplinaridade, como, por exemplo, a Neuropsicologia, a Neurocognição, a Psicopedagogia, a Agroecologia, entre outras.

Na perspectiva interdisciplinar, Morin (1996) defende que só é possível entender o homem se ele for visto integrado às ciências, que deverão respeitar suas dimensões física, biológica e antroposocial (PASCAL, 1996). Reforçando essa tese, Andrade (1998) diz que o homem tem que ter resguardadas as dimensões do simbólico X real, e do econômico X social. Esses teóricos, opondo-se à vi-

são cartesiana e fortalecendo a *Teoria da Complexidade*, preconizam que essas dimensões se complementam e permitem uma compreensão mais abrangente e global nas várias concepções do homem e do universo.

O pensamento complexo permite, ainda, através da interdisciplinaridade⁵, analisar com mais adequação e clareza os fenômenos sociais. É nessa perspectiva que o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, através de seus eixos que apontam os processos nas áreas de atenção em saúde, educação, organização, produção e cultura, busca o desenvolvimento comunitário e a promoção social.

A abordagem metodológica desse programa foi sendo construída, gradualmente, com base nas dificuldades enfrentadas por técnicos, estudantes e comunitários, na busca de uma ação extensionista capaz de, efetiva e eficazmente, promover desenvolvimento comunitário.

A metodologia fundamenta-se numa participação, em que o conhecimento da realidade e as propostas de intervenção são realizados e avaliados de forma conjunta, retroalimentando a ação extensionista. A referida ação envolve atividades teórico-práticas, com a finalidade de preparar a equipe do programa para desenvolver os projetos. A preparação teórica é desenvolvida em função da preparação das atividades do programa e realizada através de reuniões na universidade, onde os estudantes (bolsistas e voluntários) de vários cursos e técnicos da Coordenação de Programas de Ação Comunitária encontram-se para discutir a interdisciplinaridade, a formação acadêmica e as relações da universidade com a Sociedade e o Estado, numa perspectiva de repensar a reforma do ensino em todos os níveis para pensar em *reforma universitária* e, depois,

⁵Interdisciplinaridade - designa o que é comum a duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento para a integração entre as ciências a partir de suas interfaces.

exercitada nas comunidades que são parceiras nesse processo de desenvolvimento comunitário desenvolvido pelo Programa.

Parte III

Vivência em comunidades: outra forma de ensino

Atualmente, vêm sendo observados com mais clareza os grandes desafios colocados para o mundo, no terceiro milênio, que têm gerado muitos conflitos humanitários, porquanto a globalização facilita o crescimento desordenado dos setores produtivos, e isso favorece a concentração de renda que intensifica, cada vez mais, a concorrência entre os povos e o processo de degradação do homem e da natureza.

Além disso, uma grande parcela dos habitantes do planeta vem tentando, através da solidariedade e de ações humanitárias, diminuir essa desigualdade social. A economia solidária se apresenta como um bom exemplo dessas tentativas. Nesse sentido, as ONGs vêm fazendo parcerias com a sociedade política, na tentativa de contribuir para a implantação de políticas públicas.

Ressalte-se, no entanto, que o Estado tem se mostrado incompetente em sua tarefa de diminuir as desigualdades sociais, pois repassa para alguns setores da sociedade civil organizada a missão de desenvolver políticas públicas e sociais, como a educação, a saúde, a atenção ao idoso, os jovens e os adolescentes em situação de risco etc., como se estivesse criando um estado paralelo, e deixa a classe trabalhadora sempre exposta a setores privados, na tentativa de construir parcerias para enfrentar as dificuldades de garantir o acesso a políticas públicas que lhe garantam emprego, renda, acesso a terra, segurança, habitação, transporte, acesso aos serviços de saúde e à educação, embotando todos saibamos que o acesso a essas políticas públicas é garantido como um direito constitucional e que é dever do Estado implantá-las em quantidade e qualidade.

No Nordeste, são significativos os índices de desemprego, associado ao êxodo rural, à renda rurícola, que gira em torno de um salário mínimo, à má distribuição de renda e à falta de crédito para garantir a produção. Some-se a isso a falta de atenção com a educação para os jovens, que remete a uma intervenção mais sistemática e consequente dos agentes sociais públicos e privados no sentido de formar os jovens nessa região.

A escola poderia ser como uma possibilidade de política pública para diminuir as tensões sociais acumuladas ao longo dos anos. Entretanto, para a classe trabalhadora menos abastada, que precisa e depende de um ensino público de qualidade, essa escola tem falhado.

Ao longo das últimas três décadas, houve um declínio acentuado da “qualidade” do ensino oferecido pela rede pública de educação na maioria dos municípios brasileiros e nordestinos. A qualidade, aqui, é entendida como educação capaz de responder ou corresponder às demandas e às necessidades reais dos jovens que vivem na região nordestina, onde, muitas vezes, os egressos desse sistema mal chegam a concluir o 2º grau e, em bem menor escala, chegam a cursar uma faculdade.

Um grande desafio para mudar essa realidade é o de se buscarem estratégias de intervenção que possam transformar projetos e programas das mais diversas áreas em políticas públicas consequentes e responsáveis, de forma sistematizada e que garantam a sustentabilidade da classe trabalhadora.

Nesse contexto, se a educação, por ser um “direito” de todos e “dever” do Estado, for oferecida em “quantidade e qualidade” que possam atingir a todos os níveis da formação de forma indiscriminada, pode se transformar em uma possibilidade de política pública que ajude a construir um caminho que garanta o exercício da cidadania. Para tanto, talvez seja necessário investir na construção de alternativas pedagógicas, que possam, de forma sistemática, in-

terligar a realidade vivida à ciência e à tecnologia, passando por todos os níveis escolares e, ao mesmo tempo, repassar conteúdos de formação tecnológica que apontem para a preparação dos jovens estudantes para a empregabilidade na própria região.

Nesse sentido, é necessário trabalhar na construção de uma escola crítica, que apresente propostas exequíveis e historicamente consequentes. Sabe-se que isso não é uma tarefa fácil, pois a dura realidade da pobreza de uma grande parcela da sociedade não tem encontrado muito respaldo na *ciência* e na *tecnologia*, instrumentos da Academia que deveriam promover a tão necessária inclusão social de forma crítica, política e ética. Esse problema também se estende para a escola rural, onde os conteúdos programáticos e o calendário escolar sempre foram incompatíveis com o calendário agrícola, longe das necessidades de uma *educação rural* que seja capaz de garantir a fixação dos jovens no campo e sua empregabilidade.

Fatores sociais, econômicos, geográficos, financeiros, entre outros, concorrem para que essa exclusão se agrave cada vez mais e afastam o aluno da zona rural de uma formação de nível tecnológico ou superior. Essas dificuldades se transformaram em um grande desafio em relação à vontade política daqueles que são responsáveis pela educação no Brasil para reverter esse quadro, e isso faz com que muitos grupos, na sociedade organizada, nas Universidades e nas ONGs procurem alternativas que possam minimizar essa situação em médio e longo prazos.

Ressalte-se, entretanto, que não basta investir mais verbas na educação da rede pública de ensino. O desafio é muito maior, pois, além de ser necessário garantir mais verba para esse fim, deve-se elaborar uma proposta pedagógica que transforme o processo de ensino/aprendizagem num caminho que leve à inclusão do cidadão em sua comunidade e proporcionar aos que vivem da terra uma leitura e nova compreensão dessa realidade, de tal maneira que se

percebam como agentes/sujeitos capazes de agir/interferir nessa mesma realidade, em outras palavras, um novo jeito de *pensar* e de *agir* sobre a realidade vivida, ou, ainda, uma universidade do povo, advinda dos movimentos sociais, uma *universidade popular*.

Agora, é preciso descobrir estratégias por meio das quais se transformem projetos e programas desse tipo em políticas públicas. Uma delas é a mobilização coletiva em defesa do próprio projeto ou programa por parte dos beneficiários e seus representantes legais, através das instâncias populares, como conselhos populares, movimentos sociais, associações de classes, grupos organizados etc.

Outra estratégia é a interação das instituições do estado do mercado e da sociedade civil organizada, através de parcerias triangulares balizadas pela “*Economia Solidária*”, um instrumento que, atualmente, tem provocado discussões constantemente em vários setores da sociedade brasileira. Convém enfatizar que a responsabilidade social só responderá de fato às demandas sociais *com responsabilidade* se essa contribuição deixar de ser apenas pontual e solidária para ser realmente um programa de políticas públicas voltado para o desenvolvimento integrado e sustentável, respeitando as diferenças e as individualidades regionais para evitar as práticas da “*pilantropia*”.

Outro caminho mais elaborado e conseqüente, do ponto de vista da “ciência e da tecnologia”, seriam o conhecimento, o reconhecimento e a interlocução dos poderes municipal, estadual e federal sobre experiências exitosas, depois de analisadas e pesquisadas através de programas de pós-graduação responsáveis, que possam abrir discussões, estudos e experimentando-as em programas oficiais do governo, mas com orientação e gestão partilhada. Nesse sentido, gostaria de apresentar algumas experiências do gênero que concorreram para a construção desta obra. Um exemplo disso é o *estágio de vivência em comunidades*.

Gostaria de iniciar a tarefa de abordar o tema “VIVÊNCIA EM COMUNIDADES: OUTRA FORMA DE ENSINO”, buscando uma reflexão que fiz, depois de ter lido um artigo muito interessante, numa dessas revistas que abordam temas voltados para a educação e a cidadania. Nesse caso, a sessão que me chamou a atenção chamava-se Mosaico e dizia – *Pobre não entra* - que trata da divisão do bolo das vagas dos estabelecimentos de ensino superior no Brasil e os excluídos do processo que dá acesso ao ensino superior das universidades públicas.

Os dados apresentados pelo referido artigo nos dão um mapa detalhado da discriminação entre os candidatos a vagas no ensino superior daqueles que são egressos das escolas públicas e das escolas privadas. Escolhi esse artigo para discuti-lo, por dois motivos: o primeiro, por se tratar de objeto de estudo nos meus trabalhos de extensão na universidade, ao mesmo tempo em que procurei alternativas para a *educação rural* ou *educação do campo*, como alguns autores dizem; e o segundo refere-se aos dados apresentados pelo artigo em relação às diferenças econômicas e sociais dos candidatos ao ensino superior.

A “*qualidade do ensino*” passa de lado, para dar espaço e suporte à concorrência de mercado cada vez mais exclusivista e excludente, num modelo cada vez mais concentrador, em que as escolas públicas pouco contribuem para que seus beneficiários consigam chegar ao ensino superior. Além disso, as instituições de ensino superior da rede pública, que deveriam absorver esse contingente, recebem numa escala bem maior os egressos dos *famosos cursinhos*, que preparam estudantes exclusivamente para o vestibular e para um mercado menos social e mais capitalista.

Parece-me que a ética e a democracia se perderam pelos caminhos da pós-modernidade quanto à economia solidária que de solidária não tem nada. E o que menos interessa para a nova ordem econômica é a formação crítica, pois os profissionais são for-

mados tendo em vista somente as demandas do mercado e não interessa discutir origem social, compromisso com a transformação social, cultura etc.

Nesse contexto, os estudantes só precisam ser quietos, ordeiros e pacíficos, sem se aperceber dos Movimentos Sociais nem da luta da *Classe Trabalhadora*. Assim, a formação escolar não se compromete com a verdadeira missão da universidade, que é de promover as mudanças sociais.

Um verdadeiro buraco negro...

A dura realidade para o jovem interiorano nordestino apresenta-se de forma extremamente difícil, na perspectiva de sua permanência na região. A oportunidade de emprego, o fortalecimento do vínculo cultural e de sua própria identidade são elementos desconhecidos das práticas pedagógicas das escolas e das intervenções nas políticas públicas.

A fixação do jovem em sua terra e o desenvolvimento local sustentável vêm, há muito tempo, sendo objetos de discussões e reflexões pedagógicas e de análises de grandes educadores. Já se observam algumas poucas experiências exitosas de formação profissional integrada, como, por exemplo, o MST e a CPT, como também alguns apoios e assessorias que as universidades públicas vêm oferecendo nos últimos anos através de projetos isolados de extensão e de pesquisa. Em várias instituições de nível superior, principalmente as públicas, existem discussões nesse campo que se somam às reivindicações sociais e políticas, principalmente nas mesorregiões do semiárido nordestino, onde são significativos e preocupantes os índices de desemprego entre os jovens, bem como o êxodo rural, surge também o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a falta de uma política agrária e agrícola, o acesso a crédito, assim como outros problemas sociais. Nessas regiões, a base da economia rural ainda é, em muitos casos, extrativista, prestação de serviços ou a monocultura da cana de açúcar e a ca-

pinocultura, e a renda rúrica gira em torno de um salário mínimo, o que exige uma intervenção mais sistemática e consequente dos agentes sociais públicos e privados no sentido da formação do jovem.

Preocupados com essa realidade e com o desafio de contribuir para a promoção de mudanças sociais, a Universidade Federal da Paraíba, através do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária e da Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE), integra-se na tentativa de apresentar sugestões e propostas que promovam mais engajamento de professores, estudantes e movimentos sociais, na perspectiva de buscar caminhos que apontem para a transformação desse quadro atual de forma mais sistematizada e identifique possibilidades de promover o desenvolvimento local através de atividades econômicas, políticas e sociais, que se integram às demandas que surgem dos movimentos sociais e migram para a vida acadêmica no campo universitário e nas escolas de 1º e 2º graus da rede de ensino público.

Algumas escolas do ensino fundamental tentam repassar conteúdos de formação que apontam para preparar os estudantes para uma nova etapa no espaço dessas escolas, onde eles interagem com mais identidade com a própria região, as quais apresentam propostas concebidas de forma integrada que devem se constituir em experimento para programas mais amplos, de caráter contínuo e formal, no campo de formação mais consequente e inclusiva.

Nos últimos anos, observou-se uma melhoria acentuada na qualidade das condições de funcionamento do ensino fundamental oferecido pelo Estado e que se materializa no aumento do número de matrículas, o baixo índice de evasão escolar, a melhoria da qualidade de alimentação na escola, a implantação do plano de cargos e salários dos profissionais da educação, enfim, uma

nova dimensão no ensino fundamental. Entretanto, o mesmo não ocorreu no ensino médio, pois, ao longo das últimas três décadas, o que se observou foi uma queda acentuada de qualidade nessa modalidade de ensino oferecido pela rede pública de educação, na maioria dos municípios brasileiros. Muitas vezes, os egressos desse sistema mal chegam a concluir o 2º grau e, em bem menor escala, chegam a cursar uma faculdade. As poucas escolas existentes, em nível de 2º grau, obrigam os alunos da zona rural a se deslocarem para as cidades-sede do Município, cujas propostas pedagógicas pouco ou nada contemplam a realidade do campo.

Vários fatores concorrem para que essa exclusão se agrave cada vez mais - fatores sociais, econômicos, geográficos, financeiros, entre outros, afastam o aluno da zona rural de uma formação de nível tecnológico ou superior e geram grandes dificuldades para os estudantes das escolas públicas. Essas dificuldades transformaram-se num grande desafio quanto à vontade política daqueles que são responsáveis pela educação no Brasil para reverter esse quadro. E isso faz com que muitos grupos, na sociedade organizada, nas Universidades e nas ONGs, procurem alternativas que possam minimizar essa situação em médio e longo prazos, como já foi dito.

No Nordeste brasileiro, há um grande contingente de estudantes egressos das escolas da rede pública de ensino que, quando concluem o 2º grau, praticamente encerram suas jornadas educacionais desmotivados e sem perspectiva de trabalho, o que os leva buscar oportunidades em outros lugares.

Os motivos que levam a essa situação estão relacionados a vários fatores que envolvem a vida escolar desses jovens, a começar pela fraca qualidade do ensino e a baixa remuneração dos professores do ensino médio. A distância física dos centros universitários, da maioria dos municípios, a concorrência desleal entre o ensino público e os cursos preparatórios para o vestibular da rede particular que inviabilizam a conquista de vagas da maioria dos

estudantes da rede pública de ensino. E o problema se agrava, quando o baixo investimento financeiro nessa modalidade de ensino soma-se à falta de vontade política para resolver o problema.

Esse quadro faz com que a maioria dos estudantes que concluem o 2º grau nas escolas públicas, que já são poucos, tenha que superar barreiras quase intransponíveis para dar continuidade aos seus estudos numa universidade pública. Esse é um exemplo do que ocorre nos municípios da região nordestina, quando o índice de evasão escolar chega a, aproximadamente, 35% nas escolas públicas e só atinge os estudantes da rede pública de ensino, cuja maioria vive nas periferias das cidades e na zona rural.

A falta de recursos humanos qualificados para por a cabo um modelo de desenvolvimento sustentável compatível com a realidade local termina por provocar uma falta de perspectivas nas microrregiões dos estados nordestinos. Esta obra aponta alguns caminhos que poderiam ventilar mais discussões sobre a *reforma do ensino*, visando discutir sobre a universidade que temos e a de que precisamos.

Os princípios teórico-metodológicos utilizados nesse projeto foram centrados, principalmente, na construção coletiva do diálogo que permeia o saber popular e o saber científico, priorizando a realidade vivida, de modo que se permita caminhar por entre os pilares do fazer, da realidade vivida, até a subjetividade do saber adquirido e da troca de experiências entre grupos acadêmicos e comunitários e do saber/fazer em resposta ao que foi aprendido e aplicado do ponto de vista das ciências.

Pensar a *reforma do ensino* faz-me rebuscar um pensamento que foi discutido ao longo desses últimos vinte anos de experiência na área de extensão universitária, quando, em cada passo prático, precisávamos olhar para os passos teóricos e metodológicos e ficávamos a imaginar se a universidade vinha preparando o seu corpo discente para uma maior intervenção na sociedade com

consequência desenvolvimentista, transformadora e de inclusão social das classes menos favorecidas. Ao mesmo tempo em que buscávamos o fio condutor desse processo, desde a rede básica de ensino, e observávamos que existia um halo profundo entre o ensino básico oferecido pelas escolas públicas e o oferecido pelas escolas privadas.

Esse passou a ser o grande desafio da vivência dos estudantes que vêm fazer o *Estágio de Vivência em Comunidades* aqui na Paraíba, que consiste em desenvolver uma proposta pedagógica cuja produção científica esteja sempre em consonância com a produção e as necessidades reais da região e do seu povo. A proposta se encaminha sempre de forma a estabelecer uma estreita ligação entre a teoria e a prática vivida/pensada, na perspectiva de desenvolver habilidades e competências, expandindo a capacidade crítica dos jovens numa perspectiva construtiva que os conduza a agir em direção às transformações político-sociais e garanta o desenvolvimento local, regional e universal, vinculando-a como fio condutor da articulação entre o saber popular e o saber científico.

O Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB, junto com a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), os Centros e os Diretórios Acadêmicos de Medicina de todo o Brasil e a Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE), vem buscando alternativas de inclusão social das classes menos favorecidas e tentando possibilitar a melhoria da qualidade do ensino. Para isso, atua inserindo estudantes de Medicina em diversas comunidades, através de estágios extracurriculares, com a intenção de identificar todos os problemas existentes e procurar estratégias de solução para eles por meio do diálogo de saberes com a população.

Historicamente, no Brasil, sempre existiram projetos de extensão voltados para comunidades carentes, os quais perpetua-

ram a prática de ações efêmeras e assistencialistas, como o Projeto RONDON, do CRUTAC e do Programa Universidade Solidária. Nos últimos anos, a Universidade Federal da Paraíba vem se apresentando, no cenário brasileiro, como uma Universidade que busca, através da Extensão, caminhos e possibilidades para desenvolver programas de promoção social que possam transformar a realidade política e social das comunidades.

A Extensão é considerada como a área acadêmica mais dinâmica e viva, capaz de oxigenar a produção de conhecimentos e de fazer valer a missão social da universidade, em que a preocupação não está apenas em formar profissionais técnicos, mas também participar da construção da cidadania. O *Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária*, em parceria com a DENEM, através da Assessoria de Extensão dessa entidade, vem desenvolvendo, nos últimos cinco anos, essa experiência chamada *Estágio de Vivência em Comunidades* na Paraíba.

No Estágio de Vivência, estudantes de todo o Brasil e até de outros países vêm à Paraíba e têm a oportunidade de vivenciar a realidade de uma comunidade, observando de maneira crítica todos os aspectos que influenciam sua organização política, social e econômica. Passado esse período de observação, faz-se um diagnóstico com os moradores dos principais problemas do local e elabora-se um relatório com críticas e sugestões. Assim, encerra o vínculo do estudante com a comunidade.

Pela repercussão social e acadêmica da presença dos estudantes nas comunidades, e sentindo a necessidade de se promover um trabalho mais duradouro, surgiu o *Estágio Nacional de Extensão em Comunidades* (ENEC), que traz a proposta de transformar o Estágio de Vivência, pontual para os estudantes, em um processo contínuo, por meio do qual é possível acompanhar todos os níveis de desenvolvimento das ações, desde a problematização, passando pelo planejamento de atividades, até a realização delas.

Durante todo o trabalho, há uma parceria entre os estudantes e a comunidade, baseada na interação do saber popular e do científico, desempenhando práticas que envolvem educação, saúde e construção da cidadania. Trata-se de um projeto-piloto que está completando seu primeiro ano e pode dar subsídios para a implementação de experiências similares em todo o Brasil. A responsabilidade de levar as experiências e divulgar os resultados do ENEC para outros Estados do país é da DENEM. Portanto, esse projeto surgiu da iniciativa de estudantes de Medicina, preocupados em desenvolver novos caminhos, mais próximos da realidade social, para a formação do médico. A interação com a comunidade proporciona uma complexidade de relações que não só aglomeram o trabalho dos estudantes com os moradores, como também responsabiliza a Universidade e a Sociedade pela construção de saberes que vislumbrem novas estratégias de ações conjuntas.

No projeto do ENEC, o estudante passa a ter uma postura mais crítica sobre os vários fatores que influenciam o processo organizacional da sociedade e a entender, de forma mais profunda, a dinâmica comunitária e as relações entre os diversos componentes da sociedade – Estado, Mercado e Sociedade Civil Organizada.

Assim, o estudante deixa de ter uma visão exclusivamente biológica, que é transmitida pela Academia, e passa a perceber o homem inserido em um contexto político, econômico e social, permeado pela cultura, aspecto fundamental que deve ser valorizado e respeitado. Dessa forma, amplia-se o conceito de saúde, que deixa de ser vista apenas como “ausência de doença” e se enfatizam a prevenção e a promoção da saúde. Tudo isso possibilita a formação de um profissional da saúde mais comprometido com a realidade social.

Todo o conhecimento que é adquirido com a prática na comunidade é utilizado para auxiliar na fundamentação teórico-metodológica de processos de reforma do ensino, visando transfor-

mar a essência pedagógica da formação profissional. Esse saber é consequência da aglutinação do conhecimento popular e do científico, a partir da qual são criadas e implementadas novas formas de lidar com os problemas sociais. Quando a Universidade se engaja em projetos que atuam em comunidades e os incentiva, resgata sua missão social, constrói a cidadania e sistematiza o conhecimento que é criado dentro e fora dela.

Na comunidade, pode-se perceber a satisfação das pessoas ao terem sua cultura e conhecimentos valorizados, servindo até como base para a atuação dos estudantes e dos profissionais em diversos trabalhos. A troca de experiências entre os participantes do projeto e os moradores é uma forma de se entenderem os problemas que são vivenciados cotidianamente e de encontrar, conjuntamente, as maneiras de superá-los. Com isso, pode-se garantir uma formação cidadã na comunidade, por meio da qual as pessoas têm a possibilidade de reconhecer e reivindicar seus direitos em relação às políticas públicas e sociais, como saúde, educação, moradia, alimentação, emprego e organização política. Além disso, formam-se agentes que atuam como multiplicadores do que foi aprendido com a interação *estudantes-comunidade*, o que proporciona um processo de autogestão local que será importante nos momentos em que, porventura, o projeto não se faça presente.

A base teórica que norteia este projeto advém do *Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária* da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba que, ao longo desses treze anos de existência, aproximou-se de vários experimentos comunitários voltados para o desenvolvimento local. O referido programa foi construído em bases teóricas que foram delineando, ao longo de sua existência, passos voltados para a construção dos trabalhos comunitários utilizando-se dos saberes populares e dos científicos através da *extensão popular*. Esses passos foram centrados em eixos e dimensões pertinentes ao desenvolvimento sustentável que

balizam o homem e o meio (MORIN) como os atores principais resguardando do homem suas dimensões físicas, biológicas e antropossociais e as possibilidades que o meio oferece como base de criação e de sustentabilidade da humanidade.

Usando o referencial da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, este projeto tem como objetivo identificar os eixos que migram para dentro de processos formativos e de construção coletiva que nos é permitido observar o crescimento e o desenvolvimento das pessoas e do meio. Assim, surgiu um novo método para o desenvolvimento sustentável que se utiliza do processo cultural para entender as potencialidades existentes no entorno do processo produtivo, do processo informativo, do processo organizativo e do processo de promoção do estado de bem-estar social (FALCÃO & ANDRADE, 2001). Esse método é o resultado de proposições e de análises sobre o que vários autores que apresentam modelos pedagógicos e metodológicos que estão disponíveis nas diferentes áreas como: política, cultura, social, econômica, ambiental, religiosa, histórica artística etc. preconizados pelo *pensamento complexo*, como fundamenta Edgard Morin.

Parte IV

Reflexões a partir de uma experiência de Educação Popular

Para ilustrar tudo o que foi abordado aqui, apresentaremos uma miscelânea de experiências desenvolvidas no Lar Fabiano de Cristo, no município de Bayeux, através do trabalho do Germano Pimentel, um karateka morador da Praia da Penha, que interagiu com o Projeto de Vivência em Comunidades e vem ampliando suas ações na recuperação de crianças em situação de risco pela via esportiva, utilizando-se da troca de olhares entre as ciências e experimentando os espaços da educação popular, da Psicologia e da educação esportiva, utilizando temas transversais como palestras antidrogas, autoestima, sociedade e cidadania. E assim, numa perspectiva de mudanças e de concepções de ser e de mundo, pode-se vislumbrar outro tipo de escola como uma proposta de inclusão, abrindo espaços para debates consequentes que possam fazer refletir sobre o qual seria o papel da nossa escola e que modelo poderia ser utilizado pelo próprio Estado para fazer valer, como política pública, as experiências que vêm logrando êxito e abrindo novas possibilidades para os jovens, principalmente aqueles que advêm das classes menos favorecidas.

O município de Bayeux faz parte da região metropolitana da grande João Pessoa, capital do estado da Paraíba, e tem, aproximadamente, 75.000 habitantes, semelhantes a tantos municípios do Nordeste brasileiro. Amarga índices muito baixos de IDH, dados sociais muito abaixo do que outros municípios da região, que sofrem com a fome, a prostituição infanto-juvenil, o narcotráfico, o alcoolismo, o desemprego, entre outras tantas mazelas sociais. Já na capital pernambucana, o Bairro da Várzea se assemelha ao município de Bayeux, porque apresenta os mesmos problemas ou, talvez, piores, pois é nesse espaço onde o Lar Fabiano de Cris-

to atua e busca parceiros governamentais e não governamentais para ajudar nessa tarefa difícil, que é de combater a pobreza e a miséria que assolam nosso país e atingem mais de 85% das pessoas que vivem nas periferias dessas localidades. Nesse sentido, a instituição, através da Tia Marilene, viu que o karatê poderia ser uma possibilidade na área de educação que serviria de ajuda para minimizar os problemas de drogas, abandono, alcoolismo e prostituição infanto-juvenil, que sempre se apresentam como “*prato do dia*” nessas regiões e que poderiam ajudar na inclusão social dessas pessoas, com a recuperação da autoestima que esse esporte proporciona às crianças e aos jovens.

Por outro lado, o encontro de Germano com a direção da instituição possibilitou colocar os pensamentos da Tia Marilene em prática, uma vez que a amiga Eliane já havia apresentado o trabalho do nosso karateka a ela para saber se era possível ser iniciado um trabalho com essa finalidade.

Podemos dizer que, durante esses seis anos de trabalho no Lar Fabiano de Cristo, o Germano Pimentel travou titânicas batalhas com o submundo das drogas, da prostituição e do alcoolismo, na tentativa de resgatar crianças consideradas sem solução, pois os *pedagogos e assistentes sociais formados por essa escola tradicional não enxergavam mais nenhuma possibilidade de resgate* para eles, que já pareciam ser casos perdidos. Porém, sua persistência em acreditar em Deus e em sua providência e entender que não é fugindo do problema que *ele será* resolvido, como se diz no dito popular – “*O que não tem remédio, remediado está*”, nosso karateka, mesmo sem ter formação superior nem acesso a informações pedagógicas e utilizando apenas seu autodidatismo, montou um *ousado* projeto pedagógico que vem dando frutos maravilhosos, o que nos faz acreditar que nem tudo está perdido.

Cada caso apresentado aqui seria uma clara comparação e identificação com a história do Germano e tem como objetivo

mostrar passos importantes do seu método dados com firmeza e determinação para recuperar crianças que, até então, eram consideradas como irrecuperáveis por esses profissionais.

Quem vive na marginalidade está lá por falta de cidadania, de esperança e, principalmente, de políticas públicas e sociais que garantam os direitos básicos do cidadão - direito à alimentação em qualidade e quantidade suficiente, acesso à educação pública de qualidade, à segurança, à habitação, à atenção básica em saúde etc. Essa é a falha terrível de um estado desigual, onde a pirâmide social mostra estratos sociais cada vez mais degradados em seus tecidos sociais, políticos e econômicos, principalmente para aqueles que não fazem parte do topo dessa pirâmide, entretanto, têm tanto direito quanto aqueles que estão em seu topo.

É nessa paisagem em que o Germano se encontra para desenvolver o seu árduo trabalho de inclusão social, através da descoberta de talentos que se apresentariam a ele durante os trabalhos da instituição, para que aqueles casos mais difíceis possam ser recuperados e transformados, não em campeões do karatê, mas em campeões da vida.

Nesse sentido, apresentaremos algumas histórias que serviram para ilustrar tão maravilhoso trabalho, ao mesmo tempo em que será possível destacar atores que contribuíram com a caminhada da recuperação de jovens adolescentes que foram tão profundamente marcados pela falta de oportunidades em suas vidas e pela total omissão do Estado.

Jovens como Alan Queiroz, que chegou ao karatê debilitado pela fome afetiva e pelo desleixo humano. Por ser filho de pai alcoólatra, chegava à beira da depressão, ocasionada pela falta de afeto do próprio pai e pela desesperança de melhoria de vida. Ao conhecer o karatê, ele conseguiu não só se firmar como campeão paraibano e chegar ao campeonato brasileiro como vice-campeão do Zonal Nordeste, como também encontrou o sentido para sua

vida, servindo ao Exército Brasileiro. Hoje, já é pai de família, que ele sustenta com o seu trabalho.

A Fábria Érica chegou ao karatê com 11 anos de idade, marcada por traumas profundos advindos dos problemas familiares que a atormentavam muito e a deixaram sem muitas perspectivas para ela e os irmãos. Carecia de coordenação motora. “*Tremia como vara verde*”, mostrava-se ansiosa e triste. Depois de um sério trabalho para resgatar a autoestima, desenvolvido pelo Germano, seu trabalho foi coroado pelo êxito da Érica, que foi campeã brasileira. Isso lhe devolveu a segurança e a busca constante de seu encontro consigo mesma. Hoje ela está cursando o Pedagógico e apresenta-se como uma nova mulher: “*Depois de me transformar em campeã brasileira de karatê, eu posso fazer qualquer coisa.*” Essas foram as palavras da Érica quando deixou o karatê e o *Lar Fabiano de Cristo*.

O Édipo Lux (*nome fictício para proteger a integridade da criança*) chegou para o Germano através da Tia Eliane, que se sensibilizou com os problemas que a família desse garoto enfrentava - uma total degradação do tecido social, ao mesmo tempo em que o menino vivia exposto ao mundo das drogas. Com apenas dez anos, era utilizado por pessoas inescrupulosas para levar droga para os viciados no bairro onde morava. Sua aparência deixava claro o sofrimento por que passava, além do que seu corpo físico poderia suportar, sem nenhuma perspectiva de vida.

Sua recuperação começou a partir da higiene pessoal - banho, corte de cabelo, roupas limpas - até o retorno à sala de aula. Assim, o Édipo Lux passou a amar o Tio Germano. E foi esse amor que, aos poucos, foi fazendo a criança se desligar das drogas e, pelas mãos do Tio Germano, chegou a ser bicampeão paraibano e campeão da Copa Antártica de Karatê. Hoje, o Édipo Lux é obrigado a trabalhar para garantir o sustento de sua família, que é muito pobre. Entretanto, encontra-se totalmente recuperado dos problemas de infância. “*Só me arrependo de duas coisas na vida: ter largado o*

karatê e a escola, mas só fiz isso obrigado, pois, quando vejo meus colegas na televisão, sinto que deveria estar lá também.” Palavras do Édipo Lux.

Já a Thayná Cunha tem uma história diferente de superação dos próprios limites físicos. Filha de pais pobres, mas muito trabalhadores, aos dez anos de idade, ela desenvolveu o vírus da hepatite B e chegou a pesar 14 quilos. Muito debilitada, recebia o alento de seu querido treinador, como uma filha que precisa da bênção dos pais para continuar acreditando neles e em Deus. Desse mesmo jeito, era a dedicação do seu treinador e ele por ela, pois o Germano a trata como se fosse a própria filha. Assim, ele dizia todos os dias, durante o seu período de convalescença: *“Thayná, fique boa logo para voltar aos treinos..., preciso da minha campeã”*. E assim, um dia, ela o surpreendeu dizendo: *“Tio Germano, estou voltando para os treinos e vou ser campeã brasileira”*. Foi necessário entrar em contato com o médico da Thayná para saber se era possível deixá-la concorrer em disputas tão fortes, uma vez que ela ainda se encontrava convalescente. O médico disse que o melhor remédio para a criança era deixá-la fazer o que ela queria, mesmo sabendo que ela não estava ainda totalmente recuperada. A Thayná cumpriu o prometido ao seu treinador, voltou aos treinos e, em seguida, transformou-se em campeã brasileira, título que sustenta até a presente data.

Nesse intervalo de seis anos, apresentamos casos pitorescos que mostram as possibilidades desse esporte tão instigante. Entretanto, gostaria de destacar quatro casos interessantes que ocorreram no Lar Fabiano de Cristo, na Paraíba e em Pernambuco, que servirão para demonstrar um pouco sobre a aplicação do método criado e adotado por Germano Pimentel. Não serão utilizados os nomes verdadeiros desses personagens para preservar sua integridade e intimidade e de suas famílias. Isso não diminui em nada a veracidade dos fatos aqui narrados. Portanto, esperamos que cada um deles possa servir de exemplo para refletirmos sobre nossa

missão como treinadores, educadores, monitores ou responsáveis pela promoção social de pessoas que vivem nesse meio ou, ainda, responsável como cidadão.

JAMAICA JOY

Esse caso diz respeito a uma criança que chegou ao Lar Fabiano de Cristo e ao karatê vindo das ruas, aos dez anos de idade. Numa breve análise sobre o Jamaica Joy, podemos dizer que esse seria um caso típico de *garoto-problema*, pois ele apresentava um quadro de destruição de identidade ocasionada pelo alcoolismo precoce e sinais claros de embriaguês. Esse foi o principal problema identificado: paralelamente ao problema central, acompanhavam-no a fome, a ausência da sala de aula e o desajuste familiar. Uma total omissão do Estado, do Conselho de Assistência Social e do Conselho Tutelar. Por outro lado, a discriminação imposta ao Jamaica Joy aumentava cada vez mais a distância do exercício de cidadania.

Se o resgate da cidadania é uma coisa possível, esse seria um caso vivo do resgate da vida de uma criança que, na ausência do Estado, perdeu a esperança de *um dia ser gente*, já que lhe negaram o direito de sonhar os sonhos de criança que, mesmo sendo pobre, poderia sonhar com uma bicicleta, um carrinho, um pião, uma pipa ou brinquedos que poderiam ser construídos de forma conjunta a baixo custo. Entretanto, o único brinquedo que sobrou para o Jamaica Joy foi a dureza das ruas, que marcou profundamente sua infância e levou-o ao quadro de alcoolismo precoce.

O Germano sempre procurou dar aos jovens que o procuravam para entrar no karatê uma lição de vida e de determinação para realizar seus sonhos. “*Você tem capacidade de ser tudo o que você quiser ser na sua vida, desde que você procure dentro de você mesmo, dar o seu melhor... Você também pode optar em ser o melhor cidadão ou ser*

o melhor bandido, entretanto, não seria o karatê que iria facilitar a escolha dessa sua opção”. Podemos dizer, baseados nesses ensinamentos passados pelo nosso karateka para seus alunos, que o Jamaica Joy se encontrava diante do fio da navalha, pois, naquele momento em que encontrou o karatê, optaria pela árdua missão de passar por uma recuperação difícil ou, simplesmente, voltaria ao encantamento das ruas e não teria a oportunidade de ver outras possibilidades. Só a generosidade daqueles que já conheceram os problemas que o alcoolismo pode trazer para o tecido social dos viciados é que pode entender o grande desafio com o qual o Germano e o Jamaica Joy acabavam de se deparar naquele encontro.

Assim, iniciou-se a arrancada para tirar o Jamaica Joy das ruas e do vício. A grande dificuldade inicial era passar para ele lições de autoestima, fazê-lo acreditar que era uma pessoa importante para o grupo e canalizar todas as suas frustrações para o esporte. Aí estava presente o segundo grande desafio: fazê-lo exercitar o seu corpo, num quadro de poucas possibilidades financeiras e, como consequência, de desnutrição, que faz definhar o corpo sofrido pela falta de alimentos em quantidade e qualidade para poder encarar as etapas de treinamento do karatê. Esses dois desafios foram alcançados graças à determinação tanto do Germano quanto do Jamaica Joy e ao apoio da Casa Lar Fabiano de Cristo, que pode dar alimentação e todo o material de que um karateka precisa para se sentir igual aos ditos *filhinhos de papai*.

O terceiro desafio seria fazer o Jamaica Joy voltar para casa e para a sala de aula, e isso só ele mesmo poderia decidir, certamente, com o apoio do Germano, pois ele adota o seguinte método pedagógico: para que o karateka possa continuar treinando e competindo pela Casa Lar Fabiano de Cristo, tem que apresentar as notas adquiridas em sala de aula com uma média mínima (7,0). Essa seria a certeza de que as crianças estariam dando respostas ao processo pedagógico seguido pelo Germano junto com as palestras sobre di-

reito e cidadania, a importância do equilíbrio entre o corpo e a alma e a fuga de pensamentos que gerem violência. O exercício da serenidade e da paciência era acompanhado do firme propósito de se firmar não apenas como campeão brasileiro de karatê ou um conquistador de medalhas de ouro, mas também de se transformar num cidadão digno e reconhecido por todos os seus amigos e familiares como um campeão da vida. Essa, sim, é a maior, melhor e real medalha de ouro. A garantia da devolução da vida.

Foi assim que Jamaica Joy teve sua trajetória escrita nos últimos quatro anos, depois dos ensinamentos do Germano, hoje seu ídolo. Ele galgou todos os títulos de sua categoria em eventos dos quais participou e passou a ser respeitado e querido por todos os seus companheiros e familiares. Claro que Jamaica Joy terá um desafio constante, que é de não deixar que o sucesso suba à cabeça e não volte a ter contato com o vírus do alcoolismo, daqui para a frente, sua principal vigília.

JUMBO MAX

A carência afetiva e a falta de atenção, não raras vezes, levam as crianças a se apegarem à primeira coisa que aponte para elas com atenção e que elas sintam que é verdadeiro, pois essa falta de atenção é um dos primeiros passos para uma criança cair no sub-mundo da marginalidade.

Nesse sentido, o Jumbo Max também merece um destaque importante para ser contado nessa obra, pois, como tantas outras crianças que vivem na rua, ele conheceu a delinquência infanto-juvenil numa curta jornada de vivência na rua e foi recolhido pelo Lar Fabiano de Cristo, ao mesmo tempo em que se transformou numa criança-problema. Ou seja, um garoto com comportamento insuportável para o modelo pedagógico adotado pela casa.

Claro que, para entender uma criança no nível em que se encontrava o Jumbo Max, seria necessário compreender o meio onde ele viveu nos últimos meses. E isso se explica porque uma criança com alto grau de agressividade fortalece a hipótese de que, na rua, o modelo é desafiante, uma vez que a luta pela sobrevivência é uma retórica constante com desafio diário. Por outro lado, é também excitante, por possibilitar aventuras diárias de forma irresponsável e estimulante e que consegue queimar suas energias provenientes da descarga de adrenalina desprendida a cada perigosa aventura vivida.

Já a falta de acesso a políticas públicas e sociais dignas de vida às quais o Jumbo Max estava exposto, ainda, alimentado pelas condições de pobreza extrema de sua família, que levaram à segregação dos seus membros, fizera com que só sobrasse para a criança a delinquência como uma via mais rápida de suprir suas necessidades mais imediatas. Esses enfrentamentos constantes contribuíram para que o garoto se aproximasse da *Casa Lar Fabiano de Cristo* do garoto, onde, talvez, faltassem pessoas preparadas para lidar com jovens nessas condições.

É com essa paisagem que o Germano Pimentel recebe o Jumbo Max e, automaticamente, oferece-lhe um presente de que ele precisava há fazia muito tempo – “seu carinho” e sua confiança de pai, de amigo, de irmão... Um valor inestimável para a criança que, imediatamente, deu a resposta quase que inesperada, respondendo a todos os estímulos do seu mestre e ídolo daí por diante.

A primeira providência foi iniciar os cuidados pessoais como banho, roupas limpas, corte de cabelo, corte de unhas e, em seguida, fez os primeiros contatos com o esporte, através dos treinamentos e de muita aula de cidadania e de respeito pelo próximo. Depois, preparou-o para ser reintegrado na escola e, conseqüentemente, no seio da família. Esse método implantado pelo Germano aproxima mais os jovens do esporte e do reencontro com a cidadania.

Feito isso, a autoestima volta a aflorar em volta do garoto, que respondeu aprendendo com perfeição todos os movimentos do karatê; passou a competir com muita determinação e conquistou títulos nacionais de karatê. Ao mesmo tempo, mostrou que é possível recuperar o tempo perdido com muita dedicação e foi coroado com as medalhas de ouro, prata ou bronze. Por outro lado, o que se tornou mais importante para todos nós foi a pronta reintegração do Jumbo Max na sociedade, dando respostas importantes para se prosseguir com a metodologia.

Agindo desse modo, o Germano não só conseguiu preparar esse garoto para ser um campeão brasileiro de karatê, como também o preparou para ser um vencedor na luta pela sobrevivência, com dignidade, mostrando-lhe que, para adquirir respeito, não precisa estar em eterno combate com seus iguais, muito menos, querer mostrar quem é o mais forte, mas empregar seus aprendizados para melhorar as condições de sua vida e da comunidade onde está inserido.

JIM CLAY

A degradação do tecido social ocorre com mais frequência no seio das famílias que estão abaixo da linha da miséria da pirâmide social, geralmente, por total abandono do Estado, quando ele nega as políticas públicas e sociais que deveriam garantir sua inclusão social. Esse é um quadro que, infelizmente, apresenta-se em todo o Nordeste brasileiro e, principalmente, nas periferias das grandes cidades nordestinas, como as grandes favelas que existem no entorno de Recife e de João Pessoa.

Como já foi apresentada em vários momentos deste texto, a história de Jim Clay não é diferente das demais, mas merece um registro especial pela esperança que essa criança depositou no Germano, quando ele o conheceu no Lar Fabiano de Cristo, em Recife.

O fato a ser narrado aqui não tem a ver só com as condições de vida a que o povo brasileiro, frequentemente, é obrigado a se submeter, pois o alcoolismo ocorre também e com muita frequência no meio da classe rica e da classe média. Entretanto, manifesta-se, mais corriqueiramente, no seio das classes subalternas, levando traumas e sofrimento para aqueles que são obrigados a conviver com tal doença.

Quem pode imaginar o que se passa pela cabeça de uma criança que, em sua pequena existência, é obrigada a conviver com o vício e a degradação moral de sua genitora? Que cicatrizes profundas podem marcar a formação do caráter desse filho que não teve a oportunidade de escolher o lar para vir ao mundo e passa a ter vergonha do lar e da mãe que tem e procura por um pai? Que estímulo essa criança tem para ir à escola e voltar para casa? Observa-se, nesses casos, que a desolação, a frustração e a falta de sossego são os únicos sentimentos que permeiam o seu pequenino coração.

Não se pode cobrar muito de uma pessoa nesse estado, a não ser oferecer-lhe solidariedade, carinho, afeto e compreensão, além de ceder um ombro amigo nas horas mais difíceis. Foi isso que o Germano Pimentel passou para o Jim Clay, quando ele chegou ao Lar Fabiano de Cristo, na cidade de Recife, além de prepará-lo de forma exemplar para que superasse seus adversários num campo de igualdade e sem traumas.

Jim Clay sofre com os problemas que a mãe enfrenta por causa do alcoolismo, os quais ele sente na pele a cada campeonato que ganha, a cada encontro público que envolve a ele e a sua genitora, a cada festinha em que eles estão presentes em que, nem sempre, ela encontra-se em estado sóbrio. Por esse motivo, essa criança necessita de muito apoio e de equilíbrio e vem buscando isso por meio do esporte, com o auxílio de seu amigo e mestre.

Sem ser diferente dos outros em relação às condições de vida que leva, o Jim Clay superou muitos traumas e vem crescendo a cada campeonato de que participa, com a recuperação das notas na escola, a esperança que nunca finda, em cada desafio vencido, e a compreensão quanto aos problemas familiares, que ele vem enfrentando com tanta dignidade. Isso faz com que acreditemos que é possível, através da parceria entre o esporte e a assistência social, e um pouco de determinação e coragem, associados a uma boa pitada de amor ao próximo, recuperar aqueles que se encontram sem rumo... Esse, hoje, é o caso em superação do Jim Clay.

RAY VINCE

A Ray Vince é uma garota de baixa renda, que hoje se encontra com dezesseis anos e sempre sofreu perseguições e violência doméstica por pessoas muito próximas a ela, motivo pelo qual acreditamos ser responsável pelo alto grau de agressividade que a acompanha de forma insistente. Mesmo sofrendo traumas tão profundos, Ray chegou a conquistar uma medalha de bronze no Campeonato Sulamericano de Karatê, apenas uma campeã. Por outro lado, o motivo mais forte pelo qual o Germano tem procurado fortalecer a formação do caráter e da personalidade dela é de garantir sua total integração na sociedade e em seu convívio social, aguçando-lhe a percepção em relação à sua passagem vitoriosa no karatê e a volta por cima, quanto a sua história e a sua vitória na vida junto com os seus.

Para entender esse procedimento, precisamos perceber todo o encantamento que o karatê transmite para os jovens de baixa renda. Aguça os sonhos guardados no íntimo desses adolescentes, que fazem com que eles acreditem que é possível conquistar o mundo e se fazer respeitar por todos no cenário nacional. Então, o sucesso e a permanência na *crista da onda* passam a ser o objetivo

de todos aqueles que não conseguem ver que é muito importante observar onde podemos falhar nessa trajetória, pois, nem sempre, é possível se recuperar de um tombo depois de um passo mal dado. Esses sonhos, quando são mal trabalhados na cabeça dos adolescentes, podem se transformar em sentimentos egoístas e mesquinhos, pois se percebe claramente que a vontade dos jovens é de ganhar, ganhar, ganhar... sem saber o que estão ganhando.

Quando nós, que lidamos, quase diariamente, com pessoas que vêm das castas mais humildes e que perderam sua estima por tantos motivos, quando quase não existem mais esperanças para que ocorra a inclusão social, temos uma sensação de que não estamos sós e que ainda é possível fazer muito por nossos semelhantes. Mais ainda, quando esse nosso semelhante é uma pessoa bem jovem, bonita, cheia de vida, que sonha, como todos os jovens de sua idade, e busca nas oportunidades que lhes apontem saídas honrosas. Entretanto, no caso de Ray Vince, tudo isso é muito mais complicado, porque ela sofreu traumas na adolescência que a marcaram profundamente e que pesam na formação da personalidade, no caráter, na vontade de viver e de vencer sem ter que pisar nos outros e que a primeira conquista não deverá ser o *primeiro lugar* no pódio ou ter o título de campeã brasileira, mas de se reencontrar com o seu passado, não muito distante, de cabeça erguida e sem culpas.

Com Ray Vince se conseguiu parte desse trabalho, na recuperação da autoestima, da vontade de vencer, de valorizar todos os passos conquistados, ou seja, a realização de um sonho que parecia estar tão distante, no entanto estava tão próximo. Campeã brasileira de karatê... Medalha de ouro... Sucesso... Amigos... O centro das atenções. Entretanto, não foi possível ainda garantir o real processo de reconhecimento do verdadeiro ouro, o ouro da humildade, o ouro do respeito pelo mais fraco, o ouro da solidariedade e da sensibilidade. Isso se deve ao fato de que ela sempre conviveu

com a agressão imposta pelos desvios morais existentes na sociedade, da qual foi vítima, portanto, não tem culpa de não entender o processo utilizado por seu mestre na perspectiva de promover a inclusão plena do atleta na sociedade, não apenas como atleta, mas também e, principalmente, na formação do cidadão, porque, na maioria dos casos acompanhados pelo Germano Pimentel, fica muito claro que cada vencedor não vence apenas um adversário do karatê, que seria seu eterno oponente, o que ele busca é transmitir para seus atletas o verdadeiro sentido de um vencedor, que é ser generoso e respeitar seu oponente derrotado, enxergar os companheiros que não conseguiram chegar ao pódio, sentir o peso da partilha e da solidariedade por todos aqueles que vieram das mesmas origens humildes. Enfim, imaginar como é forte o lema dos três *mosqueteiros*, que diz: “*Um por todos, e todos por um*”.

Todos esses casos aqui apresentados nos encorajam a dizer que, embora o karatê seja um esporte carregado de regras e de normas que obrigam seus praticantes a segui-las fielmente, também aponta as falhas e os desvios em sua formação, se não houver uma preparação psicológica durante todo o seu processo de preparação, principalmente quando se trata de pessoas que vêm de setores mais humildes da sociedade, como é o caso desses personagens apresentados aqui.

O que é importante destacar, nesse processo, é o método adotado pelo Germano Pimentel, de buscar estudar cada atleta preparado por ele com a preocupação de passar-lhes o reencontro com sua autoestima, a autoconfiança, carinho e o afeto que eles perderam e passam a recuperá-lo gradativamente, quando chegam ao Lar Fabiano de Cristo e encontram o karatê.

Apesar de sentir as dificuldades de vencer o preconceito por parte de algumas pessoas que acham que o Germano não está preparado ainda para desenvolver um trabalho do ponto de vista psicopedagógico e psicossocial com a mesma qualidade dos

profissionais da área ou que ele não tem capacitação profissional para atuar nessa área.

Observa-se que o Germano tem uma capacidade autodidata que é demonstrada nos resultados do trabalho que vem sendo apresentado ao longo desses cinco últimos anos. Por outro lado, os cursos técnicos de alta qualificação em relação ao esporte por ele praticado e sua aproximação com o *Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária* da Universidade Federal da Paraíba favoreceram para que ele pudesse contribuir com o processo de inclusão social dessas crianças e adolescentes com ações mais consequentes e resultados importantes tanto para a sua vida profissional quanto para os trabalhos que a instituição vem desenvolvendo.

Esses procedimentos adotados pelo Germano vêm dando ótimos resultados que são observados em cada campeonato de que o Lar Fabiano de Cristo participa, por cada atleta que chega ao pódio e à seleção brasileira. É evidente que falta muito na preparação do Germano, do ponto de vista pedagógico, mas ele vem crescendo com humildade e perseverança. O que não se pode negar é que, com sua generosidade e paciência, aquelas crianças que se apresentaram no início como problemas hoje são a base do orgulho do Lar Fabiano de Cristo.

Parte V

Metodologia para mobilização coletiva e individual

A Universidade Federal da Paraíba já desenvolve o Projeto Estágio de Vivência em Comunidades desde o ano de 1987, iniciado na Comunidade de Costinha, município de Lucena. Em 1990, foi acolhido pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, criado nesse mesmo ano. Durante dez anos seguidos, esse projeto foi experimentado na perspectiva de criar uma nova metodologia de trabalhos em extensão universitária que possibilitasse mais integração entre os saberes popular e científico e, ao mesmo tempo, oferecesse condições de aproximar academicamente os estudantes das universidades públicas brasileiras dos trabalhadores numa perspectiva de estudarem soluções viáveis para seus problemas.

Durante a instalação e a efetivação do *Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária*, buscou-se encontrar uma forma de trabalho que acolhesse os diferentes saberes existentes na *Academia* e nos *movimentos populares* que porventura tiveram contato com o referido programa. Na tentativa de sistematização, percebeu-se que, naquela oportunidade, estava-se desenhando essa nova *metodologia de trabalho* na área de *extensão universitária*, que priorizava a integralização do *homem* e do *meio* respeitando todas as concepções existentes nessas duas dimensões.

O grupo de estudantes acolhidos pelo Programa e a coordenação iniciaram uma série de estudos envolvendo autores conhecidos no cenário acadêmico e que transitam no campo da extensão universitária, como Boaventura Sousa Santos, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Dermeval Saviani, Floretan Fernandes, Antônio Faundez, Carlos Brandão, Michel Thiollent, mas, também, autores paraibanos, que já desenvolviam e ainda desenvolvem trabalhos de extensão na UFPB e em outros espaços e, que de uma forma ou de

outra, pudessem contribuir com a fundamentação desse *novo método*. Nesse período, contávamos com professores que auxiliavam o programa dando suporte técnico e teórico a exemplo - os Professores *Eymard Mourão Vasconcelos*, *José Francisco de Melo Neto*, que acompanhou, por dois anos, o programa durante os estudos para o seu Doutorado na área de extensão popular; *Genaro Ieno*, as Professoras *Laura Maria de Farias Brito*, *Rossana Souto Maior Serrano*, *Rinalda Araújo Guerra de Oliveira* e, principalmente, o Professor *José Maria Tavares de Andrade*, um importante colaborador na construção dessa metodologia, pois o seu contato permanente com o sociólogo Edgar Morin, precursor dos fundamentos do *pensamento complexo*, trouxe para o grupo de estudo outros embasamentos teóricos para serem introduzidos de forma a aprimorar o relacionamento deles, com as experiências durante as atividades de campo.

A dinâmica do programa sempre possibilitou outras reflexões teóricas mais diversificadas em suas rodas de estudos desenvolvidas nas sextas-feiras, tendo como referência uma miscelânea de autores que travam fortes embates no campo das ciências e das ideologias, o diálogo estabelecido com vários filósofos de diferentes campos das ciências, o que possibilitava o entendimento das questões que envolvem o campo da extensão universitária. Nesse sentido, buscavam-se fontes em filósofos e teóricos como Auguste Comte, Emile Duckheime, *Karl Marx*, *Marx Waber*, e *Antônio Gramsci*, *Bleise Pascal*, *Rosseau*, *Fucoal*, *Voltaire*, *Celestin Freinet*, *Carl Roger*, *Vygotsy*, *Piaget*, *Paulo Freire* e até teóricos do Pós-modernismo, como: *Fritjof Capra*, *Maturana*, *Edgar Morin*, quando se discutiam sobre as diversas correntes ideológicas e seus aparelhos.

Assim, seguiram-se os estudos sistematizados do ano de 1990 até o ano de 2000, quando o *método* foi sendo sedimentado através de vários experimentos práticos desenvolvidos pelo programa, como foi o caso de *Costinha*, após a suspensão da Pesca da Baleia, da Comunidade de Praia de Campina, na implantação de um con-

domínio produtivo baseado numa referência da economia solidária popular, do processo de reforma agrária instalado no município de Cruz de Espírito Santo, na proposta de recuperar a mata ciliar da bacia hidrográfica do rio Taperoá, do processo organizativo ocorrido no Vale do Mamanguape, até quando foi premiado pela Aguilla Produções, com o Prêmio Saúde Brasil, que o possibilitou ser apresentado em forma de produção científica.

Como já foram apresentados por alguns autores alguns passos metodológicos em diversas experiências, aproveitamos esse espaço para apresentar outros passos no campo da extensão popular que tem interação e relação com diversas estruturas orgânicas que compõem nossa sociedade, todas importantes para que projetos do gênero logrem êxito.

Não queremos mostrar esses passos metodológicos ora apresentados aqui como se fossem uma receita de bolo ou um manual recheado de procedimentos técnicos. Em verdade, o que estamos apresentando como caminhos para a efetivação de trabalhos de extensão é fruto de vinte anos de trocas de experiências como trabalhadores em seus espaços de convivência, na luta pela sobrevivência, num embate fantástico entre o capital e o trabalho, muitas vezes, sem a presença do estado refletida na falta de políticas públicas e sociais tão necessárias para garantir alguns direitos básicos desses trabalhadores.

Inicialmente, identificamos todos os atores internos e externos que vão estar presentes durante todas as ações que forem planejadas para a execução durante a vigência do projeto. Em seguida, inicia-se o plano de capacitação seguindo alguns princípios. Em primeiro lugar, é preciso entender as concepções de ser e de mundo, nas quais são observadas as *dimensões do homem* em sua forma *física, biológica e antropossocial*. Essas dimensões são estudadas de maneira integrada, plena e sistêmica, em que o homem interage com o meio o tempo todo, diferente de visões positivistas.

Ao mesmo tempo em que se observa o meio através dos estudos dos vários aspectos, iniciando pelos geográficos, pois é muito importante entender geograficamente como a comunidade que vai ser trabalhada se apresenta, sua localização é muito importante para se entender seu perfil, suas dificuldades e vantagens. Então, analisam-se os aspectos sociais para se entender o grau de degradação do tecido social aos quais a comunidade está exposta e seus conflitos. No estudo desse aspecto, observam-se a ausência do estado, a fragilidade das organizações sociais, a falta de controle social e o papel dos aparelhos ideológicos na comunidade que vem sendo trabalhada.

Outro aspecto que é imediatamente observado e analisado é o econômico, para se entenderem os modelos produtivos e as riquezas naturais e de transformação que poderão ser objetos de estudo pelos atores internos e externos. No aspecto político, são observados todos os passos que a comunidade pode dar, de acordo com sua formação política nos campos organizacional, ideológico, partidário etc. Em seguida, analisam-se alguns aspectos subjetivos, como os culturais, em que é observada toda a produção cultural local e se identificam os valores culturais existentes que possam contribuir, de forma favorável, para as decisões que a comunidades poderá tomar e que passam a fazer parte de todos os programas que, porventura, possam ser desenvolvidos por ela. Também, os aspectos religiosos, hoje, elemento importantíssimo a ser observado pela grande dificuldade de integração no trabalho comunitário através dessa dimensão e a multiplicação indiscriminada de tantas vertentes religiosas. O método procura formas de poder trabalhar as dimensões da espiritualidade das pessoas, com reforço nos princípios éticos da solidariedade e da humanização das pessoas, respeitando as diferenças religiosas.

Por último, são trabalhados mais dois aspectos: os ambientais, numa perspectiva de se entender o meio ambiente como ele-

mento produtor de riquezas, mas também, um elemento a ser cuidadosamente trabalhado, o seu planejamento e sua preservação e os históricos, que se apresentam como um dos mais importantes, pois é através dele que todos os atores internos e externos vão se conhecer gradativamente, através do diálogo ou dos enfrentamentos nas questões do cotidiano. E isso é observado desde a origem do nome da comunidade, como se instalou geograficamente, quem eram os primeiros habitantes do local, como viviam antes, como aconteceram os avanços e os retrocessos, enfim, esse aspecto interliga todos os outros, em suas mais diversas dimensões.

Foi nessa perspectiva que se começou a desenhar a metodologia desta proposta.

Estabelecer uma metodologia é caminhar, é abrir caminhos, mas, nem sempre, uma caminhada é um percurso metodológico. Ao chegarmos a determinado espaço, considerando-o como um ponto de partida, reconhecemos que já percorremos esse caminho. Chega-se sempre com o seu olhar, ou seja, com suas categorias de percepção, seus valores, seus conceitos e preconceitos, suas ideologias. Tudo isso pode influenciar a visão que se tem de uma realidade local e de seu contexto.

Nessa metodologia, adotamos, inicialmente, um olhar técnico das Ciências Humanas e Sociais para uma leitura mais aprofundada possível, mas aberta sobre os aspectos da paisagem, ou seja, do meio e da cultura local, o que chamamos de *biocultural diversidade*. O primeiro desafio é apurar o nosso olhar, estabelecendo, em seguida, uma troca de olhares com os indivíduos que nasceram e vivem ali. O olhar dos habitantes pode ser chamado de olhar do vivido ou de representação da realidade local. Com isso, podemos combinar dados objetivos de uma realidade e seu contexto com elementos do imaginário e dos símbolos da experiência de vida local.

Tomemos, aqui, a imagem do prisma que decompõe as cores de um feixe de luz, para distinguirmos sem separar as dimensões

da paisagem - as variáveis históricas, geográficas, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas e ambientais. O conceito de paisagem permite-nos articular o meio natural e o cultural - a presença do homem. Como lembramos antes, a presença do homem é um fator de transformação do meio ambiente. Antes se falava de uma Geografia Física e de uma Geografia Econômica. Fala-se, hoje, de Ciências da Terra, que respeitam os conjuntos de fatores geográficos que compõem um ecossistema (MORIN).

A diferença está, justamente, na mudança de um olhar disciplinar para um enfoque complexo. Antes, era o cientista que fazia o corte da realidade, construindo um objeto sob medida, conforme a disciplina especializada em seu enfoque. Hoje, o ponto de vista da complexidade permite-nos respeitar a eco-organização, procurando identificar o contorno dessa realidade natural/cultural como um objeto que não somos nós que delimitamos arbitrariamente, conforme um olhar monodisciplinar.

Comunidade

Sabemos que o conceito de comunidade já foi bastante criticado por sua ambiguidade conceitual. Só podemos dizer que existe comunidade quando se trata de grupos relativamente pequenos, homogêneos e isolados, como os grupos humanos que se dispersaram povoando a Terra Pátria. A rigor, existe, atualmente, comunidade em casos de populações indígenas tradicionais ou no caso de comunidades religiosas de monges ou de freiras. Onde existem a propriedade privada e a luta de classes, há uma considerável heterogeneidade cultural ou tecnológica, que não permite mais a existência propriamente de comunidades.

Nas Ciências Humanas e Sociais, contamos com duas tradições que merecem ser lembradas: os estudos de comunidade e as enquetes operárias. Os estudos de comunidade, de orientação

funcionalista, descrevem seus distintos setores de vida que podem ser comparados com fatias de uma pizza cortada (cf. o exemplo clássico “*Mudanças culturais em Yutacan*” de R. Renfeild). E as enquetes operárias, de tradição marxista, que levantam, por exemplo, as condições da vida de uma vila operária. Elas representavam, ao mesmo tempo, um instrumento de pesquisa como também uma ocasião de conscientização e de politização dos trabalhadores assalariados no contexto de luta de classe.

Em nosso fluxo metodológico, combinamos essas duas tradições ao modo de uma pesquisa-ação. Visamos a um diagnóstico técnico e a uma avaliação na troca de olhares, ou seja, um ver e um compreender do ponto de vista do coletivo para tomar decisões. Vale a pena lembrar, frequentemente, da máxima que usávamos nos cursos de métodos e técnicas de pesquisa: é tão importante ver as coisas como elas são como também saber como essas mesmas coisas estão sendo vistas. Essa troca de olhares corresponde, quase sempre, ao olhar técnico versus o olhar do vivido, de que trataremos mais adiante, em termos de conhecimento popular e conhecimento científico.

Antes de tomarmos alguns exemplos de indicadores e variáveis, advindos de nossas trocas de olhares com as comunidades, com as quais já trabalhamos, faremos uma distinção conceitual quanto aos níveis ou fases da ação. Adotando o termo *comunidade*, já consagrado pelo seu uso, podemos distinguir: (a) ação comunitária; (b) trabalho comunitário e (c) mobilização comunitária.

(a) A ação comunitária é uma fase inicial de um trabalho social sem um projeto, portanto, não tem continuidade. Ela pode ser pontual ou provisória, porquanto não passa de sua fase inicial ou de uma ação de curta duração. Dela, não resulta, propriamente, um processo de desenvolvimento humano. O número de indivíduos, membros da comunidade que se beneficiaram e/ou participa-

ram da ação não foi suficiente para que houvesse uma transformação desejada e durável em termos de um processo educativo.

(b) O trabalho comunitário é uma ação de duração maior, que mobiliza mais e melhor os recursos naturais e os atores locais. O processo de mobilização inicia seus primeiros passos através de eixos metodológicos que provocam uma ebulição quando estão em confluência entre si. O eixo da cultura - ou pivô - como veremos a seguir, garante o funcionamento, em espiral, da vida comunitária: organização político-social, produção sustentável (rural, urbano e rurbano), processo educativo e demanda de atenção em saúde, na perspectiva de melhorar a qualidade de vida. O papel fundamental de diagnóstico inicial seguido da problematização, da assessoria e da educação com os de atores e as instituições externas vai diminuindo à medida que as próprias lideranças locais vão assumindo e fazendo apelo a recursos externos, conforme as demandas sentidas localmente (instituições de serviços públicos).

(c) A mobilização diz respeito à continuidade e ao aperfeiçoamento do trabalho comunitário, em seu caráter sustentável, da forma mais popular possível em longo prazo. O processo de institucionalização do(s) projeto(s) comunitário(s) garante uma sucessão de gerações - os indivíduos crescem e sucedem-se nas funções organizativas. Alguns nascem, crescem, outros se mudam, e outros morrem. É como uma mega instituição, a comunidade organizada, que funciona com seus diversos setores. Trata-se, em outros termos, de uma emancipação dos indivíduos e das instituições em suas interações na sociedade civil, plenamente integrada à vida política e ao mercado.

A visão complexa ajuda-nos a ver de maneira dialógica o processo educacional, do ponto de vista da motivação psicológica, da cognição individual e da participação de cada um no processo de mobilização. Numa segunda leitura, é considerado indivíduo cada um dos outros membros do processo, com papéis mais ou menos

ativos ou distantes – educadores, técnicos, coordenadores, membros dos órgãos ou instituições envolvidas. Esse método aponta um fluxo metodológico.

Para entendermos esse fluxo metodológico, é fundamental nos colocarmos criticamente na busca de uma nova perspectiva em termos de valores. Como diria J. Gabel (cf. epígrafe acima), o real está saturado de valores. Nossa utopia primordial (nossa *Terra sem mal*, nosso *País de São Saruê*) e nossa contracorrente, na mobilização complexa, avaliam a reprodução de valores do próprio modelo de civilização capitalista, no qual estamos imersos desde os tempos coloniais.

A dialógica aqui se refere às nossas limitações de um agir local e de um pensar global. Nossa ação concreta, de fato, tende a ser local, isolada, paraibana, mesmo quando pretendemos, do ponto mais oriental das Américas, um dos mais distantes das fronteiras nacionais, inserir-nos num civismo planetário e numa cidadania terrestre. A reflexão complexa tende a ser a mais global, planetária e, por uma mundialização plural, em construção, graças à sociedade civil e às Ongs da Terra-pátria. Seria mais demagógica do que pertinente em nosso cotidiano uma formulação de tipo proverbial: agir local e pensar global, como também agir global e pensar local. Assim, precisamos compreender o termo desenvolvimento e romper com ele toda vez em que se mantiver como uma velha ideologia colonialista e capitalista, que adota novas maquiagens de humano, sustentável e integral, e sugerir, nessa nova visão, a concepção de economia solidária popular, para se pensar em autogestão ou em outra concepção de desenvolvimento local sustentável, mas, à luz dos trabalhadores, que são senhores da produção de riquezas e dos serviços frutos de seus próprios esforços e longe do capital concentrador.

Troca de experiências - desafios do fazer, do saber e do saber/fazer

De nossas experiências locais, resultou essa etapa fundamental, em que se tenta fazer um intercâmbio entre o saber e o saber fazer local, que é popular ou tradicional, e o saber e saber fazer mais planetário e complexo (C&T). Aqui são levantadas as aspirações da comunidade, os temas recorrentes de preocupações, eventuais objetivos de projetos de ação coletiva. Nesse contexto, o grande desafio é a troca de experiências entre o saber popular e o saber científico, que vão promover a interação e a integração das ações dos atores externos e internos que estão presentes na comunidade-alvo. Esse momento é, talvez, o mais delicado, porque é dele que decorrem várias fases do processo de mobilização e produção de novos conhecimentos. Procuram-se respeitar os traços culturais da *comunidade-alvo*, inicia-se com reuniões de articulação, de diagnóstico e problematização; depois, reuniões técnicas de reflexão e *resolutividades* sob a ótica dos atores internos. É impossível não lembrarmos a herança da metodologia da Ação Católica, segundo a qual existem um ver, um julgar e um agir.

Da discussão e da hierarquização dos problemas, surgem as decisões, ou seja, a mobilização implica uma visão para julgar e julgar para a tomada de decisões. Os atores externos, depois de entender as demandas da comunidade, vão iniciando um processo educativo, que vai se fortalecendo de forma interdisciplinar, através da veiculação de novas informações e conhecimentos pertinentes (C&T).

Planejamento

O planejamento é a etapa subsequente, uma vez que o passo anterior esgota as questões de que a *comunidade-alvo* necessita para dinamizar a mobilização, dando visibilidade para a montagem de projeto(s), convênio(s) e programa(s).

Há dois tipos de planejamento. O primeiro envolve mais os atores internos, o que chamamos de planejamento participativo. O segundo é executado mais por atores externos – é o planejamento

estratégico. Essas duas dimensões do planejamento garantem que todos os atores passem a trabalhar de forma conjunta. Ele visa envolver o Estado, a sociedade civil e o mercado na construção de instrumentos com os quais seja possível implantar ações transformadoras e que promovam a inclusão social.

Elaboração de projetos, programas e convênios

Após a implantação do planejamento, é hora de se buscar o entendimento com os parceiros nos espaços institucionais do Estado, do mercado e da sociedade civil, para elaborar projetos e programas, advindos da vontade da coletividade, comportam os convênios institucionais, na perspectiva de implantar as políticas públicas e sociais.

Execução das ações integradas

Essa etapa está relacionada às atividades planejadas durante todas as fases anteriores do processo. Os atores internos assumem facilmente ações de curto prazo e que dependem exclusivamente da própria comunidade. Essas ações são o que denominamos de trabalho comunitário.

Aquelas que serão desenvolvidas em médio e em longo prazos são atividades ligadas à estrutura da mobilização, que dependem mais dos atores externos, sobretudo, do Estado e do mercado. Essas ações, que são denominadas de resolução, são, muitas vezes, implantadas através das políticas públicas, para garantir a mobilização em termos coletivos e individuais.

A mobilização é um processo individual e coletivo de promoção humana e de construção de cidadania, que implica o respeito pelo indivíduo e sua integração democrática nos grupos. Essa mobilização não trata de institucionalizar os indivíduos nem de privatizar os grupos ou instituições.

EIXOS DO MÉTODO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Processo de elaboração dos eixos

Contamos, inicialmente, com a realidade dos fatos, incluindo os dados empíricos e a ação educativa. Partimos da realidade fazendo várias tentativas de construção provisória de um modelo. Em seguida, esse modelo foi confrontado novamente com a realidade dos fatos. Nesse processo, chegamos a elaborar um modelo provisório, como uma hipótese que, em seguida, vai ser submetida à realidade dos fatos. O objetivo do modelo é poder ler melhor a complexidade dos fatos, descobrindo a estrutura escondida ou imanente na realidade. Aparentemente contraditória, a realidade da experiência de trabalho de Extensão vai poder ser vista em sua estrutura complexa. De outro modo, a olho nu, por exemplo, não saberíamos compreender a realidade dos fatos locais e das ações educativas.

Ao longo das diferentes experiências de trabalho de Extensão, havia, necessariamente, mesmo no ativismo, uma priorização das áreas de nossa atuação, de conformidade com as prioridades locais, dos contextos ou dos desafios vividos pelas comunidades. Foram surgindo esses cinco eixos de diagnóstico, de atuação e de avaliação. Os eixos são: organização político-social, que é, ao mesmo tempo, causa e efeito da ação educativa; o processo educativo, incluindo aspectos informais (cotidianos) e formais (acadêmicos); produção sustentável - rural, urbana ou rurbana; atenção em saúde, como corresponsabilidade familiar e de serviço público, na perspectiva de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores; e, finalmente, a cultura, ou seja, o saber e o saber - fazer dos indivíduos e dos grupos em suas localidades e realidades vividas.

Percebia-se, na prática, que havia uma estrutura interna, imanente de relações entre essas mesmas dimensões. Constava que havia certa hierarquia entre os eixos de tal modo que não era qual-

quer um dos eixos que impulsionava outro ou os demais eixos. Claro que os eixos eram vistos como indispensáveis, cada um com sua limitação e potencialidade, isso, independentemente de ter sido reconhecido como prioritário no vivido da comunidade. Por exemplo, a questão da saúde poderia ter sido, como na maioria dos casos, inicial ou prioritária entre os problemas vividos pela comunidade – o saber e o saber fazer quanto a remédios e alimentação. Por um lado, havia uma interdependência entre esses eixos, eles eram solidários. Por outro lado, não era qualquer um que arrastava um dos outros. Uma primeira questão seria descobrir qual hierarquia existia entre os eixos. Qual dos eixos teria um estatuto diferenciado para poder garantir a articulação dos outros? Esta foi a primeira descoberta: o eixo que chamamos de cultura poderia servir de pivô e fazer circular os outros, representados no sentido horizontal.

Sempre ouvíamos falar de Educação e de Saúde como sendo solidários. Quando vamos discutir o sistema de saúde/doença, supomos sempre os indivíduos como doentes. O conceito de saúde significa um estado de bem-estar psíquico e social (cf. Conceito de Saúde da Organização Mundial da Saúde em sua Conferência de 1980). Para isso, as pessoas necessitam ter acesso, não somente às mercadorias, mas também aos bens da natureza (ar puro, terra, água, espécies vegetais animais), além da infraestrutura cultural da Ciência e da Tecnologia (C&T) - o saber e saber/fazer.

De fato, a relação entre essas duas dimensões do trabalho era clara: não podia haver atenção à saúde sem educação, nem educação sem saúde no conceito mais ampliado de saúde: ou seja, o que chamamos de educação em saúde. Na prática, entretanto, essas duas dimensões do trabalho de extensão não andavam juntas, no sentido de que uma dimensão não arrastava a outra. Vejamos como mobilizar as pessoas doentes, uma vez que esses doentes não podiam ser mobilizados. Faltava, entretanto, uma terceira dimensão para fazer essa relação, ou seja, para fazer acontecer

a educação na saúde e a saúde na educação. Qual era, portanto, essa nova dimensão? Eram a cultura, o respeito às especificidades locais, à maneira de ser e de pensar, as tradições, os hábitos - os hábitos alimentares - e a Medicina tradicional, por exemplo. Na cultura, incluímos a linguagem, que é como uma pré-condição para a comunicação, para o diálogo, inclusive para as trocas de saberes e o intercâmbio entre saber popular e saber científico.

O saber acadêmico, compartimentado de disciplinas isoladas, dificilmente se articula numa ação interdisciplinar e numa vulgarização nos avanços da Ciência. Podemos entender, facilmente, mesmo que as políticas de pesquisa não esclareçam, que a maioria desses avanços da C&T é destinada e canalizada pela indústria e não serve, inicialmente ou diretamente, para os indivíduos. Assim, achamos por bem chamar de eixos de mobilização para o desenvolvimento local sustentável.

Assim, chegamos a um programa com características interdisciplinares para podermos entender o homem de forma plena. Seria necessário que esse programa respeitasse as dimensões físicas, biológicas e antropossociais do homem. Nesse sentido, foi desenvolvido com o apoio do Programa de Bolsas de Extensão da COPAC/PRAC/UFPB, a partir do ano de 1990, o *Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária*, que se destacou por uma série de atividades implantadas em várias comunidades, obedecendo a esses eixos que, no desenrolar das atividades, transformaram-se em processos. Vejamos cada um deles, distintamente, lembrando, entretanto, as relações de interdependência que existem entre eles.

O processo da organização político-social

Esse eixo tem como objetivo a auto-organização no campo político/social dos atores sociais responsáveis por promover a transformação social da comunidade. Partimos do entendimen-

to de que esse eixo é um pré-requisito para ações institucionais e planejadas, como o seguinte eixo. Qual será o papel dos atores locais em relação às questões de políticas públicas e sociais de responsabilização social do Estado? Esse eixo garante o papel da *sociedade civil organizada*, em termos de controle social, articulando o Estado e o mercado. A responsabilidade social oriunda do *mercado* pode entrar em parceria com atores locais, com o objetivo de promover uma produção sustentável. Para um programa, não seria possível pensar em mobilização sem que se pensasse, ao mesmo tempo, no processo organizativo dos atores, possíveis promotores dessa mobilização. Muitas vezes, os diferentes órgãos públicos se encontram na comunidade e não se apercebem da presença um do outro, entretanto, são elementos importantes para promover ações conjuntas com a sociedade civil, como as associações comunitárias, os sindicatos e até os movimentos sociais. Por outro lado, os órgãos de imprensa, formadores de opinião, e os órgãos e os técnicos responsáveis pela aplicação das políticas públicas e sociais, muitas vezes, agem de forma assistencial, sem nenhuma participação popular. Finalmente, o mercado, que é o maior responsável/irresponsável pelo processo econômico, é o gerador de emprego e de renda para a classe trabalhadora, mas ainda está longe de uma visão de economia solidária. Esse é concentrador de bens e de riquezas do ponto de vista apenas da economia. A concorrência de mercado liberal realimenta um dos mais antigos conflitos da humanidade, conhecido como *capital X trabalho*.

O processo da produção popular sustentável

Esse eixo está ligado à produção econômica, em que estão envolvidos todos os elementos promotores de riquezas existentes na paisagem. Esses elementos são responsáveis pela produção econômica e sua distribuição de forma mais justa que se observam nas

feiras livres dos bairros, o que favorece os diversos estratos sociais, promove a inclusão da população economicamente ativa no mercado de trabalho dá-lhes acesso às políticas de geração de renda a partir da sua pequena produção que, muitas vezes, encontra-se marginalizada e, historicamente, é a que mais emprega trabalhadores no campo.

Sobre esse eixo, recai a responsabilidade de se preservar o meio ambiente e de se produzir por intermédio da economia, razão por que é preciso compreender os princípios da economia solidária, numa perspectiva popular que resguarde as infraestruturas coletivas ou os bens indivisíveis, os bens de consumo, o capital e a subsistência. Ele visa integrar todas as cadeias produtivas possíveis e os serviços que possam promover a inclusão social, respeitando-se as individualidades existentes em cada segmento social, político e econômico. O eixo ajuda no processo de distribuição de renda, de forma que possa colaborar para a construção de um modelo produtivo que alimente o mercado interno e externo e cuida da subsistência, visando produzir alimentos em quantidade e qualidade para todos os elementos da sociedade componente da biosocial diversidade.

Processo educativo

Esse eixo está voltado para o *processo educativo de forma permanente*, construído, quase sempre, informalmente, pois se processa no cotidiano da vida das pessoas, respeitando o acúmulo de experiências e da vivência adquirida ao longo da vida. Esse processo educativo leva em conta o que se transmite de pais para filhos, amigos e vizinhos e pode atingir toda a coletividade. O trabalho do agente comunitário de saúde é um bom exemplo desse processo, quanto às transformações e às inovações exigidas e assumidas no cotidiano local. A própria participação do pessoal universitário na

Extensão não deixa de representar uma presença institucional e uma aspiração a um processo de institucionalização.

A comunidade-alvo atinge um processo de mobilização quando aparece um programa articulado de trabalhos que envolvem os atores internos, como as lideranças comunitárias mais antigas, as pastorais, os agentes comunitários de saúde e os líderes sindicais. Um programa surge a partir das demandas formuladas por esses atores educativos, que vão sendo fortalecidos através da articulação com os atores externos. Trata-se de fazer interagir o saber popular, o respeito dos traços culturais com o saber científico, utilizando-se de novos meios e instrumentos da Ciência e da Tecnologia através do processo educativo da mobilização.

O processo da demanda de atenção em saúde

Esse eixo está ligado à demanda de atenção em saúde, numa perspectiva de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. O desafio é, mais uma vez, fazer interagir, como vimos, acima, o saber popular em saúde com novas informações e conhecimentos, avanços e inovações, que possam ser apropriadas no contexto local, quanto à alimentação, à higiene e à prevenção individual e coletiva. A demanda de atenção em saúde ilustra a dicotomia autonomia/dependência: a autonomia dos indivíduos em relação ao seu corpo e à sua saúde/doença, como a responsabilidade vital de uma mãe de família e sua dependência quanto aos serviços de saúde e ao saber médico.

Um estudante de Medicina, no Estágio de Vivência, conhece, ou melhor, reconhece certas heranças do saber e saber fazer tradicional da atenção em saúde, sabendo que, no cotidiano, antes e depois de uma rara consulta, a mãe de família necessita aumentar sua própria capacidade de gerir no cotidiano o processo de saúde/

doença. A epidemia de dengue ilustra bem a corresponsabilidade individual e coletiva da mobilização quanto à atenção em saúde.

O processo cultural

Esse último eixo se verticaliza em espiral sobre todos os outros e representa um pivô que faz mover as linhas que se cruzam. Em termos de saber e saber fazer, a cultura se realimenta também dos eixos horizontais da mobilização. A linha da educação e da saúde, que acabamos de tratar nos dois últimos eixos, pode ser lida em relação à cultura, quer dizer, em termos de saber e saber fazer, tanto no aspecto tradicional e já disponível quanto em termos de avanço e de inovação indispensável ao processo de desenvolvimento humano. A *Ciência, com consciência*, corresponde aos novos saberes e aos meios tecnológicos, inclusive, as tecnologias sociais a serviço da vida e do homem correspondem ao novo saber fazer humano, individual e coletivo. Para se compreender bem mais o eixo do processo cultural, precisamos nos referir ao saber e ao saber fazer tradicional, analfabeto em suas relações com a C&T.

Resultados obtidos

O Met-MOCI, ao longo desses cinco últimos anos, vem sendo discutido mais de perto pelo movimento estudantil, principalmente da área de saúde em várias universidades brasileiras, como a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Estadual de São Paulo, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e a Universidade Federal da Paraíba, e aplicado sistematicamente pelo grupo de estudantes que desenvolve o Estágio Nacional de Extensão em Co-

munidade (ENEC) nas Universidades Federal do Paraná, Federal da Paraíba e Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Por outro lado, esse método vem servindo de base para discussão e implantação do projeto VERSUS: EXTENSÃO na modalidade VEPOP – Vivência em Educação Popular em SUS. Vale salientar que essa experiência está sendo encaminhada pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão, através da Coordenação de Saúde do referido Fórum, e se estenderá por outras universidades brasileiras.

Na Paraíba, esse projeto vem garantindo a participação de, aproximadamente, cinquenta estudantes de várias áreas do conhecimento, interagindo com dez municípios do estado da Paraíba, em que a UFPB, através da COPAC/PRAC/Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, vem implantando o Programa de Desenvolvimento Sustentável. Por outro lado, no âmbito do Departamento de Metodologia da Educação do Centro de Educação e do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências da Saúde, com o apoio da Pró-reitoria de extensão e da Pró-reitoria de Graduação, está sendo ventilada a criação de uma disciplina denominada *Educação Popular em Práticas de Extensão*, que será ofertada a todos os alunos da UFPB. Como proposta de flexibilização curricular, essa disciplina vem construindo o processo de institucionalização da extensão nessa dimensão popular.

Essa metodologia, denominada de Met-MOCI (FALCÃO & ANDRADE) ,no ano de 2005, também foi apresentado e discutido em diversos encontros nacionais de estudantes nas áreas de Nutrição (RJ), Fisioterapia (MG), Enfermagem (SP), Terapia Ocupacional (PR), Odontologia (GO), Farmácia (PR), Engenharia Florestal (PR) e nos encontros regionais de estudantes de Medicina (CE), Direito (PB), Enfermagem (PB) e Fisioterapia (PE).

Parte VI

Extensão Popular: reflexões teóricas e filosóficas sobre uma caminhada a trilhar

Com quase trinta anos de caminhadas no campo da extensão universitária, muitas vivências vão construindo nossas subjetividades e talhando a experiência que nos permite elaborar reflexões importantes sobre o desafio que é desenvolver a extensão como um trabalho social útil⁶, com uma intencionalidade transformadora, o que denominamos de *Extensão Popular*.

Ao nos referirmos à Extensão Popular, estamos falando sobre uma Extensão Universitária que não é qualquer trabalho fora da Academia ou mero serviço assistencialista à população carente. Seu propósito é maior: fundir o que se aprende e se produz na Universidade e aplicar para o desenvolvimento de uma comunidade, de modo respeitoso e valorativo dos saberes, das histórias, das lutas e dos interesses das classes populares. Ao designar uma ação como Extensão Popular, estamos falando de uma extensão eminentemente direcionada a superar as desigualdades e as injustiças sociais, através da constituição de ações que priorizem a escuta sincera dos grupos socialmente marginalizados e que encaminhem produtos efetivamente direcionados à superação das condições de vida que os estão oprimindo.

Nos dias de hoje, a Extensão Popular vem contribuindo efetivamente para melhorar a sociedade, na medida em que possibilita que estudantes e professores se envolvam em ações que enriquecem seus saberes ao mesmo tempo em que contribuem para o crescimento das pessoas, das comunidades dos grupos e das

6 Conceito sistematizado pelo companheiro Professor José Francisco de Melo Neto, da UFPB, em várias obras.

organizações populares. Em todo o país, a Extensão Popular vem favorecendo uma troca transformadora de conhecimentos entre Academia e Comunidade, promovendo atividades que propiciem a participação da comunidade, como sujeitos de ensino e pesquisa com as demandas da comunidade, priorizando as práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes, tais como as ligadas às áreas de educação, saúde, habitação, geração de emprego e renda etc. e criar condições para a participação na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação delas. É através do desenvolvimento de atividades de extensão como essas que, na Universidade, vê-se, desde já, a relevância desse tema que contribui de forma determinante para que realize seu papel de educadora e formadora de opinião.

Arriscando-nos a trilhar reflexões para além desse entendimento resumido, nos próximos parágrafos, partilhamos, de modo mais profundo, algumas considerações que consideramos importantes sobre a Extensão Popular, tema deste livro.

Em primeiro lugar, é preciso afirmar que não podemos pensar a extensão universitária na perspectiva do popular sem antes pensar sobre os conflitos humanitários que se impõem na vida em sociedade nos dias de hoje. Em muitos debates e reflexões, percebemos que essa análise não é feita pelos companheiros da Extensão Popular. Ora, como exercermos a dialética da extensão popular sem exercitar por ela um resgate histórico e crítico do homem, de sua presença e atuação no mundo?

PRIMEIRO DESAFIO: pensar os conflitos humanitários para pensar o mundo

Se nós olharmos um pouquinho para a história da humanidade, perceberemos a existência de uma série de conflitos. Considero-os grandes conflitos humanitários. Um deles, muito importan-

te, é o conflito “campo x cidade”, que gerou outro grande conflito tão atual que vem se arrastando por séculos e séculos - o conflito “capital x trabalho”. Esses dois conflitos criaram problemas gravíssimos e se encarregaram de estratificar a sociedade e gerar verdadeiros nichos sociais dos mais adversos: uns mais abastados econômica e socialmente, outros menos. Trata-se da dominação do capital, com a concentração de riquezas nas mãos de poucos, alimentando o domínio de um homem (ou mulher) pelo(a) outro(a).

Ao longo do tempo, veem-se tentativas de minimizar esses conflitos. Contudo, essas tentativas foram feitas através de outros conflitos. Um exemplo deles são os conflitos religiosos, que tentaram diminuir as tensões sociais. A partir da religiosidade e da cultura, outros movimentos de resistência ao “capital x trabalho” vão surgindo. Mas, já na retórica dos dois conflitos citados, esses movimentos foram criando uma estrutura de resistência legitimada pela formação de outros grupos sociais, aumentando a segregação social, agora incrementada por diferenças de cor, gênero, orientação sexual, entre outras. Afinal de contas, ninguém gosta de apanhar, e à proporção que vamos apanhando, vamos criando algumas ojerizas, alguns enfrentamentos, que vão nos enquadrando em alguns grupos, em alguns formatos. Distanciamos-nos daquilo que oprime, para nos “escondermos” na proteção do que não incomoda. Do igual a mim. Criamos os movimentos, que passaram a ser importantes para a luta dos oprimidos, mas também foram decisivos no distanciamento humanitário que aflige hoje a nossa sociedade.

Na atualidade, muita gente chama alguns desses movimentos e agrupamentos de “novos movimentos sociais”. Discute-se se são “novos” ou “velhos” movimentos sociais. Na sociedade em geral, entende-se que tudo o que é “novo” é bom; o que é da moda. A sociedade mesma parece ser toda “nova”, beneficiada pelo ultramodernismo e pela tecnologia “avançada”. Vejamos bem se isso é

verdade. Será que o que vivenciamos na sociedade de hoje é tão novo assim?

Voltando um pouco no tempo, numa leitura rápida, vemos que o homem e a mulher vêm de processos de dominação. Primeiro, como “homem-fera”, que tenta dominar o meio e outras feras por meio da intelectualidade e da inteligência. Em seguida, pela evolução das espécies, pois, conforme vai perdendo sua capacidade de resistência, esse homem perde as garras e as presas e fica susceptível às feras. À mercê das feras. Daí passa a se agrupar. Assim, vão se criando os clãs, os grupos, as comunidades e, conseqüentemente, as sociedades que, em seus diferenciamentos, vão cultivando suas rivalidades e, em outras oportunidades, às vezes, buscam a solidariedade, numa tentativa clara de se adaptar ao meio ambiente e na perspectiva de sobreviver. Tais rivalidades e solidariedades semeiam o que chamei de conflitos humanitários.

Ora, como podemos ver, desde a antiguidade, o homem está sempre preparado para dominar o meio e o outro. Se, antigamente, foi com a pedra, depois, com a lança, e depois, com um arco, hoje é pelo meio tecnológico mais avançado, com materiais bélicos mais evoluídos, como as bombas atômicas, os mísseis, os canhões, as ogivas nucleares. Faz-se um programa de computador e se destroem nações inteiras. Por isso, ao olhar os conflitos humanitários de hoje, podemos questionar: o que tem de novo aí?

A destruição? A violência? A arrogância? A escravidão? A estupidez? O que tem de novo? Para mim, não tem nada de novo, continua tudo velho, mas com outros tipos de ferramenta. Outras roupagens. Precisamos olhar para a sociedade onde estamos inseridos sob essa perspectiva: de que muita coisa não mudou. Um olhar atento às contradições.

Outro conflito pouco discutido pelos extensionistas populares e de que muitos de nós não nos damos conta é a própria resposta do ambiente. É a questão ambiental, são os conflitos ambientais.

Criam-se situações devastadoras para as nações e as gerações futuras. Quem é que não acompanhou os terremotos na China, no Japão; os tsunamis, o degelo da calota polar, o superaquecimento do planeta. E aí eu pergunto: o que é que a gente tem a ver com isso? O que nós temos a ver com isso?

São problemas pequenos, umbilicais, vizinhos a nós? Não! São problemas humanitários, imensos. Mas eu – extensionista popular e sujeito da história - tenho muito a contribuir com isso. E é por isso que precisamos considerar firmemente esses conflitos antes de debater e de empreender as reflexões do campo da extensão popular. Ora, somente assim poderemos resgatar o processo de organização e de luta das classes trabalhadoras e nos contrapor diretamente ao processo de dominação e exploração entre os homens. Reforça a tese da socialização das riquezas por eles produzidas, incentivando o caminho da autogestão. E, para além dessa perspectiva, provocar todas e todos nós a construir uma vida em sociedade efetivamente preenchida por solidariedade, confiança, vínculo e afeto. A esse respeito, iremos nos deter com mais profundidade no item seguinte.

SEGUNDO DESAFIO: aprender com a sabedoria da experiência

Quando nos dispomos a trocar informações com as pessoas com que desenvolvemos atividades de extensão popular, entendemos alguns traços ou resquícios dos antigos e atuais conflitos humanitários refletidos nas histórias de vida. Uma comunidade é uma teia complexa, tecida por encontros e desencontros de diversas histórias de vida, traduzidas em ritos, mitos e culturas acumuladas ao longo do tempo. Nessa caminhada, persiste na vida em comunidade uma vocação ímpar, localizada, sobretudo, no campo da solidariedade, traduzida em elementos e fenômenos sobremaneira importantes para a compreensão e a ajuda mútua entre pessoas, grupos, entidades e até instituições, ora pela credence, ora pela fé.

Acredito que a Extensão Popular oportuniza um encontro significativo e, nos dias de hoje, muito raro entre a juventude de nosso país e as sabedorias daqueles com experiências de vida acumuladas, com aprendizados forjados pelo “fazer aprendendo” e “aprender fazendo”. Por um cair e levantar, por um encontro difícil e, muitas vezes, amargo com a vida em suas muitas facetas e dificuldades. A partir do encontro com os mais experientes, destacamos alguns ensinamentos dos antigos como importantes na construção de outra sociedade - com caráter de justiça e equidade, num conjunto de sabedorias a que denomino de “o caminho divino”.

Ora, é ouvindo os mais velhos e suas experiências que podemos nos deparar com algumas palavras-chave do nosso cotidiano que, infelizmente, perdem o sentido por falta de uma práxis mais acadêmica dos nossos aspirantes a extensionistas nessa perspectiva mais popular de escutar aquilo que os que não tiveram acesso ao ensino formal nos passam como experiências vividas. Apresentarei algumas delas - para essa nova compreensão, a que chamamos de Extensão Popular.

Poderíamos iniciar pela palavra *paciência*, que tem influências milenares passadas de geração para geração, que determinariam uma grande aprendizagem no sofrimento de pessoas ou povos e grandes lições de vida. Poderia destacar como um exemplo clássico dessa palavra a escravidão no Brasil e no mundo, quando os escravos tiveram a paciência de aguentar a arrogância dos seus senhores de forma pacífica e ordeira, resistindo, muitas vezes, silenciosamente - na senzala ou no pelourinho. Contudo, pela leitura divina, acreditou-se numa renovação espiritual e na melhoria dos seres humanos por meio do campo da solidariedade, até quando da necessidade de formarem os grupos mais unidos contra seus algozes, como os quilombolas, por exemplo.

A segunda palavra muito citada é a *tolerância* que, para os mais antigos ou mais velhos, reflete um grande aprendizado no que se

refere a nossa capacidade de compreender o outro em suas intolerâncias e incapacidade de doação. Como exemplo, podemos destacar a intolerância religiosa, que, em muitos casos, chega a ceifar vidas inocentes, que sequer sabiam por que sofreram atentados de homens-bomba. A *tolerância*, segundo os mais velhos, aproxima-nos do estágio de resistência à arrogância daqueles que, revestidos de poder, oprimiram os mais fracos, ou menos providos de assistência social. Esse exemplo é muito bem observado pelo processo de exclusão daqueles que não têm teto, lar, emprego, saúde, educação, terras, vivem à mercê das filas de espera por cidadania e são invisíveis aos olhos dos opressores. Esses invisíveis, muitas vezes, não se encontram num sistema de organização tradicional, onde todos se enquadram - sindicatos, cooperativas, associações, conselhos, institutos, fundações ou mesmo movimentos sociais.

Outra palavra que esses sábios da vida nos apresentam é a *alegria*. Como é encantador poder olhar para todos os aspectos de nossas vidas com infinita alegria. Em algumas experiências, em que tive a oportunidade de experimentar com alguns anciões, nas comunidades onde trabalhei, mostrava-se que esse “povinho” da terceira idade nos dá lições de jovialidade e de perseverança do corpo e da alma com muita alegria, sem reclamar do cansaço físico, das frustrações da alma, das negligências, da falta de acessos, da não compreensão do envelhecer. Esse instrumento pedagógico - no campo da Educação Popular e da Extensão Popular - passa a ser uma ferramenta poderosa, no sentido de, nas rodas de conversas, nos apropriarmos dos conhecimentos experimentados dessas vidas doadas e, muitas vezes, esquecidas pelos próprios parentes.

Uma quarta palavra que se sobressai desses diálogos com os mais antigos é a *mansidão*. Muitas vezes, nossa impetuosidade juvenil nos leva a verdadeiros desastres no campo da incongruência e da tolerância no convívio social. Não fossem os mais velhos nos ensinarem que todo ato violento alimenta mais violência, quantos

conflitos não seriam evitados nas noites de baladas, nos estádios de futebol, nas confusões do trânsito, nas desavenças entre vizinhos? Esses são exemplos irreparáveis, pois, na maioria das vezes, não existe o caminho de volta. Portanto, a palavra mansidão nos daria outro caminho dosado de entendimentos com mediações tanto na justiça dos homens quanto nos aconselhamentos tribais, como ocorria antigamente.

Outra palavra muito forte que sugere mais entendimento do que das outras citadas é o *conhecimento*, um conjunto de atitudes que as pessoas poderiam adquirir através das conversas com os seus velhos. Ora, os vovôs e as vovós passam para seus netinhos e netinhas as primeiras noções de conhecimentos refletidas nas próprias histórias. Observando atentamente, a partir daí, poderiam se formar conceitos de uma nova sociedade onde a família permaneceria como o centro ou célula principal para constituir exemplos de ética e moral - apontando para a solidariedade humana entre vizinhos, ruas, barros, comunidades, cidades e nações. Por outro lado, essa palavra pode alimentar também formas de conhecimentos que passariam de gerações a gerações no engrandecimento de povos por gerações. Nesse campo, o que me fez buscar esse olhar, dito divino, foi o entendimento da palavra *amor*, que nos leva a estágios plenos de felicidade e de alegria, carregados de perdão, de solidariedade, de renúncias, de tolerância e de paciência, que os nossos velhos nos dizem diariamente com os seus olhos, com os seus abraços, com as nossas ausências, com as nossas distâncias por falta de tempo, pelo nosso corre-corre por nossas desculpas “esfarrapadas”.

Por último, a palavra *sabedoria* fecharia essa série de ensinamentos, pois o conjunto das outras seis palavras nos mostraria que os anos passam lentamente, numa velocidade constante, que o tempo não para de forma que possamos consertar nossos erros, e que os acertos poderão ocorrer exatamente da reflexão desses

nossos erros cometidos ao longo de nossas vidas. A sabedoria seria, então, uma junção de todas essas experiências vividas com nós mesmos e com os outros, que nos levariam para estágios mais avançados no processo de construção de outra sociedade - justa, fraterna, serena e igual.

Tudo o que compreendi é fruto de minhas vivências e dos caminhos tortuosos da Academia, passando pela extensão e desenvolvendo muitos trabalhos comunitários, que resultaram em tantos encontros comunitários, que geraram tantas linhas de trabalhos para tantos grupos nas universidades, que promoveram tantos estudantes, hoje, profissionais compromissados e ávidos por mudanças e transformações sociais. Tudo isso me fez refletir sobre o que os mais velhos me diziam nas rodas de conversas: “Doutor... existe um caminho divino para que a gente possa trilhar” e esse caminho diz respeito às sete palavras: paciência, tolerância, alegria, mansidão, conhecimento, amor e sabedoria.

Nesse sentido, posso também dizer que, se os mais velhos acreditavam que um Deus existia para nos mostrar outras possibilidades de mudanças, quem sou eu para duvidar desse Deus? Sem entrar nesse mérito, procuro absorver essas reflexões como oportunidades de aprendizado transformador e pró-ativo, tentando, a partir daí, trilhar esse caminho divino no dia a dia, numa prática chamada *Extensão Popular*.

TERCEIRO DESAFIO: o compromisso social e humanitário de cada pessoa

Considerando tantos conflitos humanitários de segregação e afastamento da solidariedade humana, bem como os caminhos possíveis para a construção de outros valores sociais, poderemos, finalmente, perguntar: *O que eu posso fazer para transformar já?*

Bem, eu perguntaria: *O que eu posso fazer para **me** transformar já?*

Vejam bem para o que chamo a atenção. Não é para transformar o outro, é para se transformar. Porque eu não posso ser

melhor se eu só olho o outro “do lado de lá”; se só me espelho no erro do outro, mas não vejo o meu. Qual é a minha prática dentro de minha própria casa? Como eu me relaciono com meus iguais dentro de casa? Como me relaciono com meus colegas de sala de aula? Como me relaciono com meus vizinhos na minha rua? Com meus irmãos? Com minha namorada, meu namorado, minha esposa, meu esposo? Com meus pais? Como está minha relação interpessoal?

Pela Extensão Popular, como podemos pensar a transformação social de outras comunidades se não começamos – nós mesmos, cada pessoa em sua realidade – a mudar já nossa própria comunidade?

Acredito que a construção de outros modelos societários só será possível quando começarmos a pensar intensamente nas questões acima levantadas. Porque esse atual modelo de sociedade está fadado à desumanização, moldado permanentemente pelo mercado capitalista, que determinou que um homem escravizasse outro homem. Numa escravidão disfarçada, em que a riqueza de uns poucos é gerada pelo suor e empenho braçal da maioria.

Esse modelo em que vivemos banaliza a vida. Destrói e mata como se não tivesse acontecendo nada. A guerra, a disputa, a discórdia parecem naturais. Parecem mesmo ser vocações humanas. Eu nunca vi um gato se juntar com mais cinco gatos, esconder-se atrás de um muro para bater em outro gato. Nunca vi um cachorro se juntar com outro cachorro para agredir um terceiro cachorro. Não. Só o homem. Ele planeja e mexe com os “pauzinhos” para se dar bem em detrimento do sofrimento do outro. Em quantas guerras uma única “canetada” de um só poderoso gerou a morte de milhares? E está tudo bem. E é só o homem que tem essa capacidade, por sua formação intelectual. A inteligência a serviço da manutenção de privilégios para alguns poucos grupos sociais. Contudo, essa não é a vocação do homem e da mulher! Nem seu compro-

misso histórico. Precisamos afirmar veementemente isso. Há uma distorção histórica no modo como a sociedade e as relações sociais estão atualmente organizadas. Só acreditando nisso poderemos ter fé nos homens e nas mulheres, como construtores de um novo mundo, com novas subjetividades, profundamente justas, amorosas e solidárias. Mas, para vislumbrarmos tal horizonte, afirmo ser preciso que olhemos para o “eu”, que se embrenha no campo (muitas vezes conflituoso) da extensão popular.

Ora, o que estarei fazendo nessa Academia, se não for para ler textos que me levem a refletir e a me indignar com a prática opressora dessa sociedade em que vivemos? O desafio não é só de olhar para a prática social como se fosse alheia a mim, mas me enxergar como partícipe da sociedade. Não é a prática do outro, não me interessa o outro, mas a mim.

Para isso, também é fundamental cuidarmos de nossa história, de nossas vivências e sistematizá-las. Escreva sua história para ver como ela é bonita para você. Para o outro, talvez nem seja interessante. Mas, para você, talvez, uma das melhores coisas seja refletir sobre sua história: “O que eu fiz, o que eu sou, o que eu quero ser no futuro?” E estou falando para quem é extensionista, claro. Não estou falando para teóricos, mas para quem está fazendo. Fazendo e refletindo sobre o que está fazendo. Posso refletir sobre uma coisa muito grande que estou fazendo ou sobre uma coisa muito pequena ou nem estar fazendo nada, mas é essencial refletir sobre tudo o que estejamos vivenciando no dia a dia.

Nem cheguei a movimentos e a grupos ainda. Agora estou falando só do “meu movimento comigo mesmo”, da minha visão umbilical. Perceptiva do meu eu; do meu castelo encantado. Da minha utopia. E pobre da pessoa que não tiver utopia. Ela não precisa viver, se não tiver utopia. Se não pensar como super-herói, não precisa estar aqui. Não precisa subir as paredes como o Homem-aranha, mas precisa ter a coragem de abraçar um irmão na rua e de

lhe dar a mão. Acreditem. Na sociedade em que vivemos hoje, isso é heroico.

Por outro lado, com quanta covardia convivemos hoje! É o lado egoísta “do meu eu”. Muitas vezes, discriminamos, nos próprios corredores da universidade, pelo jeito de vestir, de falar e de andar, ou porque as outras pessoas “não são da minha turma”, são alheias “a minha turminha”. Precisamos ter muita coragem para romper com esses preconceitos frios, sutis, instalados dentro da gente, que, muitas vezes, demonstramos conscientemente, percebendo.

QUARTO DESAFIO: pensar o outro e o eu, num diálogo para o trabalho social

Quando vamos fazer um trabalho social, na extensão popular, parece que entramos na comunidade como uns bichos estranhos no ninho. Mas, pouco tempo depois, corremos o risco de cair num voluntarismo que se esquia do trabalho coletivo, porque ficamos tão apaixonados por “ser extensionista” que, de repente, começamos a dizer: “Ah, é o meu trabalho”. De maneira alguma! O trabalho é coletivo, é de quem está lá na ponta. Nós não somos a estrela nesse momento. A estrela é quem está do outro lado da rua, e não percebemos isso, mesmo estando num projeto de extensão popular. *“Eu preciso fazer extensão e vou pensar e fazer extensão. Conquisto currículo, o certificado; a extensão me dá uma bolsa, me dá status. Eu passo a ser diferente. Tem outras possibilidades”*. Pensamos: *“olha que maravilha, eu passei a ser um bichinho interessante”*. Há muitas pessoas pelos corredores da universidade que até arriscam dizer: *“olha, aquele povo faz extensão. É um povo inteirado, inclusivo, é um povo bom”*. Vejam que perigo! Esse é um caminho bem possível de engendrar, quando estamos na extensão popular. Não é fácil ser diferente, sobretudo para os jovens em formação é muito sedutor.

Incorrendo nesse risco, esquecemos que o “eu” precisa considerar suas subjetividades e responsabilidades (como assina-

lei antes), mas deve também pensar o outro e trabalhar com ele, de acordo com sua realidade e sua cultura. As coisas acontecem do outro lado da rua. Só pensando assim é que podemos fazer a Academia servir, justamente nesse momento, de reflexão e de autorreflexão e para compreender que sociedade estamos querendo construir.

Por isso, fazer extensão popular, numa perspectiva de entender as identidades e os movimentos sociais, requer que estejamos junto com os oprimidos onde eles estão. Os movimentos têm suas lutas: o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra tem a luta pela terra, pela questão agrária; o Movimento de Meninos e Meninas de Rua tem luta pela inclusão (numa sociedade que já excluiu); os atingidos por barragem lutam para permanecer na terra, sem ter que ver sua área alagada, sem romper com sua paixão a ela e ao solo onde nasceu.

Mas o movimento de extensão popular ganha sentido e importância porque, muitas vezes, estamos lá na comunidade sem saber o que estamos fazendo na universidade. Ingressamos na Academia visando nos apropriar de certo conhecimento e para ganhar dinheiro, porque assim dizem aos jovens quando entram na universidade: “Menino, estude para me tirar desse buraco!”, “Menina, estude para virar gente!”. “Estude para pagar seu carro, seu terrenozinho, seu escritório, ficar rico, ganhar seus milhões”. E quando você vai para o programa de extensão, leva um choque, pois vê que a realidade não era bem aquela que estava pensando.

Ser extensionista é para a vida toda e mais um dia. Extensionista é o instinto que temos de ter para além da Academia. É o instinto cidadão. É a necessidade de, como cidadãos, compreendermos que não é para nós, mas para o outro que temos de fazer a transformação. Não é *para* o outro que tem que ser feito, mas *com* o outro. E com ele, compreendendo o tempo do outro, a história do

outro, o momento de crise e os limites do outro, não do seu limite, nem da sua crise, nem de seus mimos acadêmicos.

Convém enfatizar que nosso trabalho social precisa estar encharcado pelo modelo de sociedade que queremos construir junto com os movimentos sociais. Mas, para isso, é preciso entender a cultura como um aspecto importante da história de um povo, seja ele branco, amarelo ou vermelho, porque é a identidade cultural que vai nos dizer a história desse povo, que deve ser respeitada como identidade cultural, e eu não tenho direito de intervir nisso, porque também, quando vou para a comunidade, levo toda a minha identidade cultural. Ora, compreender esse momento é, também, com o outro, entender seus movimentos próprios.

Então, fazer extensão popular não é ir à frente do movimento tentando aparelhá-lo e dizer que “está com ele e não abre!”, tampouco ir atrás das pessoas do movimento, escondido, descaracterizado, fazendo fila. Ao contrário, significa, com os movimentos sociais e os que estão ao lado deles, experimentar a troca de percepções e de saberes e, com eles, tentar ver quais os modelos podem ser construídos a partir de seus tempos, seus limites e suas percepções de mundo e de conquistas. Então, se fizermos assim, já estaremos contribuindo muito para construir um novo modelo de sociedade, e os movimentos sociais são espaços legítimos para fazê-lo, à luz dos sonhos e dos anseios que os originaram.

Nessa perspectiva, nossa interação precisa ser com os movimentos sociais *populares*, para não achar que todos os movimentos sociais são iguais. Não são. Populares também não quer dizer que sejam pobres, miseráveis e despedaçados, com as calças rasgadas. Nada disso. Ser *popular* implica atender e atingir a maioria do povo, na essência daquele que é oprimido e desfavorecido pelo perverso modelo social e econômico excludente da sociedade. Que seja límpida e transparente essa concepção de *popular*, a partir daquilo

que é de identidade da maioria do povo e de um jeito de fazer que seja de construção coletiva, participativa, humanística e solidária.

Para isso, o extensionista popular precisa compreender que a discussão partidária ou “politiqueira” (como costumamos chamar) é também importante e é um equívoco e covardia nos esquivarmos ou sairmos desse processo. “Ah, eu não sou político, não me meta nessa história”. E toda vez que digo isso e não me exponho, um sujeito político oportunista e mal intencionado vai à frente, ganha os cargos públicos e manipula, indo contra a grande massa oprimida. Muitos acham legal porque não participam do processo político e dizem: “Ah, eu sou apolítico”. Bertoldo Brecht dizia que o pior político era o analfabeto político, porque ele não vê, não fala, não escuta. Consequentemente, não sabe o preço do feijão, do arroz nem do transporte. Ele não sabe quanto custa para uma mãe criar cinco filhos, cuidar da casa, lavar, cozinhar e, à noite, ainda estar bonita para o marido. Comparando uma mãe de hoje, com mais ou menos 45 anos de idade, e uma trabalhadora rural, que vive no campo puxando “cobra com os pés”, vemos o quanto se desgasta o seu corpo depois de um dia de labuta, quando tem que trabalhar pelo menos doze horas por dia.

Seria eu extensionista popular se me engajasse num movimento social?

Seria eu um extensionistas maravilhoso se compreendesse todas as dificuldades da sociedade e me engajasse na luta desse povo em suas conquistas? Seria um revolucionário se rompesse com todas as minhas tensões e pudesse construir com o outro um novo modelo de sociedade, onde as pessoas fossem justas e inclusivas?

Ora, essa é minha utopia! Possivelmente, isso nunca vai acontecer. Mas, se eu não der o primeiro passo para que isso aconteça, estarei sendo extremamente covarde. E se eu não estudar nos livros, para a vida, em vez de estudar para as provas acadêmicas, não chegarei a lugar nenhum. A gente não percebe que não é a nota

que vai dizer o quanto se está engajado. E o engajamento não se dá pela Academia, mas pela percepção de cidadania que se tem e é pela construção de uma sociedade justa que se está nessa utopia tentando alcançar.

Quem seria eu, se não fosse o outro? Então, a educação popular está justamente na promoção do outro. Não devo me preocupar se sou bom, ruim, amarelo, vermelho, verde, não importa. O que importa é que o outro precisa ter garantidos os seus espaços de luta com tranquilidade, e eu posso viabilizar ferramentas para que ele se instrumentalize melhor. No seu analfabetismo, na luta dos trabalhadores que não têm espaço na mídia, nos trabalhadores que são sucumbidos pelos canavieiros. Pelos trabalhadores que não têm o direito de ter uma casa para viver com dignidade. Os trabalhadores que são obrigados a viver nas favelas, nas beiras de rio.

Para tudo isso, podemos lutar utilizando a ferramenta do *conhecimento*. E eu posso fazer isso de graça. Ninguém me paga nada, e eu não preciso cobrar nem pagar nada, porque é a percepção cidadã de trocar informações, de trocar conhecimentos. Aí sim, isso nos daria o verdadeiro sentido da Educação Popular e da Extensão Popular.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: para encerrar essa conversa

Partindo das demandas dos Movimentos Sociais, a Extensão Popular busca promover o desenvolvimento comunitário através do apoio ao estímulo da produção comunitária como um eixo aglutinador que, dialogando com outros eixos, como direitos humanos, ecologia e meio ambiente, tecnologia e cultura, vai criando uma teia de ações solidárias que podem promover o exercício do desenvolvimento local sustentável da forma mais popular possível.

Atualmente, existem vários campos de trabalho para se desenvolver extensão com características populares, de forma a

promover espaços que possam contribuir, por exemplo, com as organizações de trabalhadores na luta contra a exploração e pela conquista da terra, entre outras ou na área de saúde, das políticas públicas, da educação, dos direitos humanos, entre outras. Esse modelo de extensão pode ser definido realmente como trabalho social e deve estar presente em todo e qualquer espaço acadêmico, de forma a valorizar e a respeitar os espaços de protagonismo, cultura e luta dos grupos sociais menos favorecidos. Acreditamos que esse é o verdadeiro papel das Universidades públicas que, como pesquisa, têm o objetivo de compreender a realidade, produzir novos conhecimentos e, em seguida, fazer interface com a extensão, modalidade responsável por aplicar esses conhecimentos e contribuir para o processo de mudança social, seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável. Por isso, seria a Extensão, especialmente a Extensão Popular, uma das principais funções da Universidade, que se apresenta como uma função através da qual exerce seu papel de agente de mudanças e desenvolvimento social. Para tanto, precisa saber respeitar todo o conhecimento advindo dessas longas jornadas de lutas pela sobrevivência desse povo, que acumulou infinitos conhecimentos e que poderia contribuir, como processo formativo, para a evolução da educação, à luz da integração do saber popular com o saber científico.

Parte VII

Vivências

Nesta parte, trazemos depoimentos carregados de muitas emoções, pois refletem muitas histórias vividas, em épocas e momentos que mexeram com seus atores, fosse a caminho da Academia, fosse a caminho da comunidade.

Os Josés, as Marias e as Josefas

René Marcos⁷

A discussão sobre o conhecimento produzido e para que interesses ele está sendo gerado sempre foi objeto de debates dos estudantes e de diversos grupos na sociedade. A produção de conhecimento não é uma prática composta de neutralidade, em uma sociedade organizada a partir da propriedade privada, onde a força de trabalho não é uma mercadoria, mas uma opção feita dentro da divisão em classes, posta pela sociedade capitalista. O conhecimento produzido reflete as relações do homem dentro desse modelo, em cuja estrutura econômica está a base para determinar o papel das diversas instituições que se estabelecem a partir desse modelo, como a escola, por exemplo.

O governo Lula, que nasceu de uma ampla aliança entre setores da esquerda e dos movimentos sociais e os setores representantes da burguesia e do capital, colocando dentro da conjuntura dos movimentos sociais e da esquerda um papel fundamental no projeto em disputa no nosso país. Os milhões que elegeram Lula queriam mudança. A esperança de um governo que buscasse

⁷Estudante de Farmácia da PUC-Paraná, com o qual desenvolvi uma relação fraterna e, devido ao seu grau de criticidade, convidei-o para participar do Estágio de Vivência em Comunidades e solicitei que produzisse um artigo que refletisse sobre o desejo de reforma que sobressai do movimento estudantil. Não apenas um texto crítico, mas também que fosse reflexivo e propositivo. Assim foi feito.

construir políticas públicas para e com os oprimidos e rompesse com o modelo societário vigente vencida o medo. Entretanto, não foi o que vimos nesses anos. O governo para e com os trabalhadores não veio, mas continuou com a nefasta política econômica de FHC e seus “programinhas”. O superávit fiscal ocupa lugar de destaque no governo, junto com os altos juros, os banqueiros e as metas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Esse modelo econômico que privilegia os setores do capital entende os direitos (saúde, educação e reforma agrária, por exemplo) que, ao longo dos anos, têm sido reivindicados pelos trabalhadores e pelos oprimidos, como mercadoria. Assim, garante o fator predominante da sociedade capitalista: a produção de mercadorias.

Enquanto isso, os trabalhadores têm que sobreviver com um salário bem inferior ao “mínimo”, enriquecendo os patrões com a “mais valia”, ou seja, com o acúmulo de capital que vem da exploração da força produtiva.

Mais chacinas acontecem no campo. Felisburgo (MG) e Passira (PE) são os mais recentes casos da violência no campo produzida pelos setores contrários à Reforma Agrária, que está bem longe das metas elaboradas pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado em 2003, que, além de rebaixadas pelo governo, não vêm sendo cumpridas. Enquanto isso, os latifundiários são privilegiados com o *agrobusiness*, os transgênicos são apoiados por amplos setores do governo, e os mandantes de chacinas de sem-terra continuam impunes. Em meio a tudo isso, uma série de “reformas” está sendo proposta pelo governo, como a Reforma Universitária.

A Reforma Universitária tem, agora, uma “forma” ou “diretriz”: o anteprojeto de lei apresentado pelo MEC em dezembro do ano passado. Mesmo sendo apresentada pelo governo dessa forma, já sabemos que ela vem sendo implementada desde governos anteriores há muito tempo. O anteprojeto é só mais um desdobramento de todo esse processo, que começa com a abertura desen-

freada de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e cortes nos orçamentos da IES públicas. Essa é uma política apoiada na concepção mercadológica implantada nas IES, que reproduz e intensifica conceitos na formação, como o individualismo e a competitividade entre os estudantes. Orienta a formação para atender aos interesses do mercado, ou seja, garantir a manutenção do *status quo* da sociedade capitalista.

Dentro da proposta do MEC, mas “FORA” do anteprojeto da reforma universitária, podemos destacar o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a Lei de Inovação Tecnológica e o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). O PROUNI, apesar do nome, não significa acesso aos estudantes em IES públicas, mas a compra de vagas nas IES particulares. A base desse projeto está na isenção fiscal das IES pagas que aderirem ao programa, cedendo vagas para estudantes carentes. Ao invés de o governo garantir essas vagas no ensino público, aumentando a verba para a educação, ele retira os impostos dos empresários dessa área, ocupa as vagas ociosas dessas IES e salva da falência os “comerciantes de sonhos”.

O governo apresenta uma Lei de Inovação Tecnológica, que legaliza a parceria entre o público e o privado nas IES públicas, ou seja, o conhecimento produzido pode ser financiado por empresas para desenvolverem suas pesquisas. Então, perguntamos: Esse governo defende nossa Universidade a serviço do povo ou do capital?

O SINAES começou a ser implementado no ano passado com o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). Em relação ao PROVÃO, apresenta alguns avanços metodológicos, mas mantém a possibilidade de ranqueamento, as premiações, as medidas punitivas e a obrigatoriedade de comparecer à prova, reproduzindo os conceitos do mercado na educação.

“DENTRO” do anteprojeto do MEC, podem-se pontuar algumas questões para reflexão:

A classificação das IES em três categorias: Universidade, Centros Universitários e Faculdades. Os Centros Universitários seriam uma espécie de Universidade de segunda divisão: não necessitam desenvolver extensão em todos os campos do saber nem ter professores mestres/doutores e professores com dedicação integral em seu corpo docente, como é exigido das Universidades;

O Conselho Nacional de Educação (CNE) é entendido como um órgão normativo do Sistema Federal de Educação. Um conselho que deveria representar a sociedade, mas cuja maioria é composto pelos empresários da educação. No governo FHC, esse órgão foi o responsável pela abertura indiscriminada de IES pagas;

Manutenção da forma hierárquica de composição dos conselhos deliberativos das IES, com a majoritariedade dos docentes. A definição dos rumos da Universidade continua engessada ao academicismo, com uma pseudo-participação da sociedade civil, estudantes, técnicos e administrativos;

Criação de políticas e ações afirmativas públicas, as famosas “cotas”. O governo mostra com essa proposta que está disposto a “tampar o sol com a peneira”. Se existe um problema de acesso na educação superior, é porque não temos vagas para todos. Com essa iniciativa, o governo busca amenizar os conflitos sociais e não discutir o problema em sua raiz;

A assistência estudantil será financiada por recursos de uma loteria da Caixa Econômica Federal, isto é, a verba dependerá do montante arrecadado pelas apostas. O fato mostra que o compromisso de atender às necessidades dos estudantes foi transferido do Estado para os apostadores. Não discute nem apresenta um conceito sobre assistência estudantil, apenas coloca que as “cotas” para autodeclarados negros e indígenas devem ser garantidas;

A regulamentação das fundações privadas nas IES públicas é combatida pelo movimento estudantil por representarem diretamente o processo de mercantilização da educação;

A responsabilidade da União no financiamento do ensino nas IES federais fica restrita a “nunca menos que 75 % da verba destinada à manutenção do ensino”. O que queremos é uma Universidade totalmente financiada pelo Estado;

O estabelecimento de uma estrutura curricular dividida em um ciclo básico e um profissionalizante, que compartimentalizava o indivíduo e o saber, tal qual o modelo flexneriano americano, tão combatido pelos militantes da saúde. Isso aumenta a possibilidade de a graduação virar um enorme conjunto de cursos sequenciais, tal como quer a cartilha do FMI;

Apresenta conceitos vagos, como responsabilidade social nas IES. Formar para o mercado é uma responsabilidade social dentro do sistema capitalista, mas é essa responsabilidade que queremos da universidade? E como ela vai ser construída? Com a pseudo-participação do conjunto da sociedade?;

O estabelecimento de números para a expansão de vagas na IES públicas, mas sem apresentar planejamento para tal.

Enfim, as diretrizes apresentadas pelo governo mostram, mais uma vez, de que lado o governo ficou - o dos empresários da educação e do capital. No Movimento Estudantil, sempre defendemos um processo de mudança na educação, garantido pelo Estado, que rompesse o academicismo, o tecnicismo e que estivesse construído para e com o povo.

Governo Lula, essa não é a reforma em defesa da educação pública gratuita e democrática para todas e todos!

Aproveitando o carnaval, vou fazer uma analogia com o pouco conhecimento que tenho sobre ele. Existem hoje vários blocos na sociedade: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento Estudantil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES), entre outros, cujo tema e sambas-enredo são bons. Alguns já estão na avenida, outros aquecendo a bateria, e outros tentando orga-

nizar os passistas. Enquanto isso, tem uma escola de samba que já está na avenida há muito tempo, ensaiada e preparada para o carnaval com o seu samba-enredo: O CAPITALISMO. Então, precisamos buscar uma frente de movimentos que defendam uma concepção societária, que rompa com a estrutura vigente e que organize nossa “escola de samba” para ocupar a avenida.

No estágio de Vivência em Comunidades de que participei na Paraíba, durante as férias, descobri que, na cultura popular, as pessoas recebem o nome de *José, Maria e Josefa* porque nascem com o pescoço envolto no cordão umbilical ou “laçadas”. Por que não dizer que nascem enforcadas pelo sistema capitalista que retira seus direitos, oprime sua cultura e produz a fome, a miséria e o desemprego? E nós, da “Universidade”, com nossa formação e um papel na sociedade, temos colaborado puxando essa corda para o enforcamento ou cortando-a para a libertação?

Acredito que a maioria de nós está puxando, pois, até agora, essa “Universidade” e seus “Doutores” pouco fizeram por eles e farão menos ainda com a “Reforma” do governo Lula. Então, vamos à LUTA para BARRAR essa REFORMA!

Sonhos que se concretizam com lutas

Luciana Libório F. de Medeiros⁸

Para mim, é sempre gratificante saber do sucesso ou do crescimento dos que compõem meu círculo de amizades. Assim me sinto ao ouvir Emmanuel Falcão, ao telefone, dizendo-me do seu mais recente livro: o 4º! Não o sabia escritor. Como há tempos não nos vemos, isso se fez uma alegre surpresa e outra, em seguida, ao me pedir para escrever algumas palavras sobre sua trajetória, para incluir neste livro.

Viajo no tempo e encontro-me na antessala da Pró-reitoria para Assuntos Comunitários, PRAC/UFPB, conversando pela primeira vez com ele, ainda aluno do Curso de Nutrição. Aguardávamos vez para falar com o nosso Pró-reitor, Prof. Josimar Viana.

Falcão trazia consigo a inquietação natural dos que se preocupam com o social, com a exclusão, com as minorias, com os preconceitos. Falou-me sobre um pacote de ideias para serem expostas, discutidas e, se possível, transformadas em projetos práticos. Como assistente social, não me foi difícil simpatizar de pronto com aquela figura de fala mansa, bem humorada e sem vaidades, com o coração transbordando de interesses para minorar dificuldades de algumas comunidades que, como aluno, visitava.

A Nutrição seria o seu caminho para chegar a um objetivo maior: trabalhar de mãos dadas com alunos de outras áreas e profissionais diversos, para despertar e/ou aproveitar nos comunitários os potenciais humanos, materiais e sociais de cada localidade. Sua visão holística o fazia visionário do ser humano/cidadão pleno, ou seja, aquele que vê reconhecido o seu saber popular e tem acesso ao que lhe é de direito: viver com dignidade, ter um trabalho honesto, sem fome, sob um teto seguro.

⁸ Assistente social aposentada da UFPB.

Sua cabeça elaborava tantos planos que, acho, faziam-no caminhar vagarosa e pesadamente, como a saborear a alegria de vê-los realizados. Eles foram apresentados, discutidos e, alguns, absorvidos pela PRAC, como via de prática e supervisão institucional. A cada dia, Falcão envolvia mais e mais alunos, professores, técnicos e líderes comunitários nesses projetos.

Ele parecia não se cansar... quantas vezes o vi realizar reuniões, às 18h das sextas-feiras, após jornada de trabalho e de aula, com os bolsistas de extensão, para estimular o envolvimento crescente de cada um no trabalho comunitário.

Não raro, nós nos encontrávamos na mesma equipe de trabalho e sonhávamos juntos que:

* Os pescadores de Costinha, aos poucos, assumiriam seu próprio destino, superando as limitações e as dificuldades da época, depois da pesca da baleia.

* Que os comunitários de Mussumago (Monsenhor Magno) se tornariam senhores e coautores do desenvolvimento local.

* Que o uso de plantas medicinais de uso caseiro e devidamente orientado seria uma solução viável para o problema da saúde, sempre tão ignorado pelo poder público.

* Que o rio Jaguaribe se imporia como exemplo ecológico de recuperação e bom uso pela população ribeirinha.

E assim, com todos aqueles pequenos planos que me fizeram partícipe ativo do ideal daquele universitário, Emmanuel Falcão, a quem comparo com o pingo d'água: insistente, persistente, renovado, paciente e que, pouco a pouco, fura a pedra que acumulará água e servirá de concha para saciar a sede dos que a buscam.

Vivências em comunidade: outra nutrição

Rosalva Guedes⁹

1987. Concluí minha graduação em Nutrição e, até então, não sabia o que ia fazer dali em diante. Gostaria de trabalhar em algo na área social, mas, infelizmente, minha graduação foi muito técnica. Era só dietoterapia, nutrição clínica ou coletividade sadia, e muito pouco de saúde pública. Foi então que recebi um convite para fazer “um tal estágio de vivência em comunidade”, em Costinha, no município de Lucena. O objetivo desse estágio era de integrar ações de saúde na área de Nutrição, com a prevenção de cárie, numa perspectiva de prevenção em saúde bucal e desnutrição.

O estágio contou com seis estudantes de Nutrição, seis de Odontologia, um de Serviço Social e um de Enfermagem, envolvendo os seguintes estados: Paraíba, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Começou no dia 5 de fevereiro e encerrou no dia 28 de fevereiro do ano de 1987. Foram três dias de preparação utilizando-se de várias técnicas e temas, dinâmicas de grupo e filmes temáticos. Tudo isso era muito novo para mim. Depois, fomos para o campo, onde passamos 20 dias desenvolvendo várias atividades: palestras educativas, inquéritos alimentares, visitas domiciliares, diagnósticos, entre outros.

Concluído o estágio de vivência, comecei a ver o que poderia fazer em relação a minha vida profissional como nutricionista, pois vi, naquela experiência, várias interfaces da ciência da Nutrição com outras ciências, como social, com o setor produtivo, com a política e até com a solidariedade humana.

Partindo desse princípio, comecei a trabalhar na extinta Legião Brasileira de Assistência (LDB); depois, experimentei a exten-

⁹ Nutricionista – UFPB – 1987. Superintendente do CEFET

são universitária e passei pelo Programa “Universidade Solidária”. Hoje estou na superintendência do CEFET e posso dizer que, se a vivência não modificou minha vida, contribuiu sobremaneira para o meu crescimento profissional e minha visão sobre as questões sociais.

Dez dias para aprender a construção da Reforma Universitária

*Társia G. de Araújo*¹⁰

A estadia foi agradável e de fácil adaptação, desde os primeiros dias, sem nenhuma turbulência que prejudicasse os objetivos finais, que me levaram à rica experiência. Foram seguidas algumas metas, como: identificar e observar as influências das bases metodológicas, que estão presentes numa população; conhecê-las bem e sempre buscando uma problematização na qualidade de vida de cada morador da região. Com uma visão minuciosa e crítica sobre a questão política, os aspectos sociais, ambientais, econômicos, religiosos e culturais e a saúde pública.

Esses dez dias foram mais uma comprovação de o quanto é necessária uma reforma universitária para auxiliar, outorgar mais importância aos projetos de extensão, propondo aos estudantes não apenas um crescimento científico, mas também humano (em seu caráter), mostrando-lhes que a universidade não é apenas uma escola, mas uma abertura para interagirmos com qualquer comunidade, levando o nosso entendimento e trazendo mais aprendizado.

Aprendi muito com a cultura dessa gente. Presenciei, várias vezes, histórias contadas por eles, como esta: “Vamos para a mata caçar tatu e só teremos sorte de trazer algum, se a mãe da mata, a Comadre Fulozinha, deixar”, entre outras superinteressantes. A maioria parecia filme de terror. Seus hábitos alimentares, a maneira de se vestir, de falar, tudo era com muita simplicidade.

¹⁰ Estudante do Curso de Nutrição

O que a Universidade pode fazer?

Márcia Trigueiro Castelo Branco

Essa experiência é rica tanto em informação para nós, que somos da Academia, quanto para fortalecer a luta das classes trabalhadoras existentes nas comunidades, seja na zona rural ou na urbana.

Aqui está uma síntese do que foi essa vivência, em que se percebe como o homem do sertão sofre com a ausência do estado e com a falta de seriedade dos políticos, que deveriam representar as reivindicações desses sertanejos bravos e fortes na sua luta por políticas públicas. Infelizmente, sua cidadania é negada porque não existe transporte, faltam médicos, a educação é deficitária, tanto para as crianças quanto para os jovens e os adultos, a EMATER está cada vez mais ausente, e a comunidade só é lembrada no período de eleição.

Isso só pode causar cada vez mais indignação, portanto, só resta o espaço da denúncia e do descaso que ocorre historicamente com o sertanejo. Então, pergunto: o que a Universidade poderia fazer concretamente para diminuir a distância entre a comunidade e o estado? Espero achar a resposta ao longo da minha vida acadêmica e profissional.

A Extensão e a revelação de seres conscientes de sua história

Irigracin Lima de Dinis Basílio¹¹

Nossa visita às comunidades da Baía da Traição representou uma forte experiência, uma vez que procuramos vivenciar o dia a dia de cada comunidade no sentido de observar as principais dificuldades e problemas enfrentados nas aldeias. A partir disso, foi possível sentir de perto a situação de miséria e de pobreza em algumas comunidades. Como estávamos em uma área indígena, tivemos a oportunidade de levantar uma hipótese: o índio, embora seja um ser humano, vive os principais indicadores sociais, já que são excluídos pelo “Branco”, e não recebem assistência digna dos órgãos governamentais, pois são enganados através de promessas sem fundamento.

Ao mesmo tempo em que afirmamos que o índio é desvalorizado pelo “Branco”, vimos que, embora os problemas da falta de água e de recursos estivessem presentes, o índio usufrui da terra, da vegetação frutífera, sombra, do solo fértil, de clima saudável, ar puro, praias despoluídas e água para irrigação. Esses recursos poderiam gerar renda, no sentido de resolver a situação caótica vigente. Como exemplo, temos a Aldeia Cumaru, região rica em frutíferas e em crustáceos (camarão e caranguejo) e que está marcada pelo grande estrago de frutas que, se fossem colhidas cuidadosamente e utilizadas para a comercialização - produção e venda de doces - seriam uma fonte de renda para as famílias.

Já a Aldeia São Francisco, onde índio é bem caracterizado, tivemos a oportunidade de receber informações sobre sua acomodação. Dizia um cidadão da aldeia: “O índio é preguiçoso, tem

11 Estudante de Medicina – UFPB

a terra, mas não quer trabalhar, por isso procura, de forma oculta, arrendar as mesmas.” Outro cidadão afirmava: “O índio de São Francisco só pensa no dinheiro.”

O interessante dessas afirmações é que foram ditas pelos próprios índios, comprovando que são conscientes de sua história. Portanto, devemos, antes de tudo, agradecer à Universidade por ter dado a oportunidade de estudantes universitários participarem dessa vivência em comunidades, assim como o direito de entender de perto a cultura, os hábitos e os costumes de diversas comunidades.

A universidade democratizando o saber

Elma Maria Xavier¹²

A questão do direito a terra é muito forte e gera conflitos nas comunidades cercadas pelas usinas. A concentração de terras acompanha o processo de geração de renda na Paraíba, causando miséria e conflitos, todavia, a luta pela terra dignifica o ser humano e faz com que o agricultor, ao longo da caminhada, passe a ser cidadão, identificando seu papel na sociedade. Sabemos que essa opção é mais barata para gerar emprego e renda e que só será possível com o envolvimento dos vários setores sociais e institucionais.

Sobre o pretexto da austeridade fiscal e do equilíbrio orçamentário, o governo tem diminuído verbas para educação, saúde, moradia, transporte e até programas de assistência e nutrição infantil. Justifica a adoção de medidas recessivas que só aumentam o desemprego e a miséria, jogando as crianças no mercado de trabalho. A exploração da mão de obra infantil é latente nesses canaviais, todas sem registros, e o pior é que essas usinas produzem para o Proálcool (em reativação) e são subsidiadas pelo governo, que dismantela as instituições e as leis que protegem as crianças e os pequenos canavieiros, que não têm uma perspectiva de melhoria de vida e não frequentam a Escola. Além disso, esse tipo de trabalho causa no indivíduo lesões irreversíveis (palha da cana). As usinas se tornam cada vez mais mecanizadas, e esses meninos serão homens despreparados, convertidos em possíveis párias sociais.

Participar desse III Estágio de Vivência em Comunidades foi uma experiência única para mim, visto que tive a oportunidade de questionar, elaborar ideias, procurar entender todo o processo

¹² Estudante de Geografia – UFPB

organizacional das comunidades e observar seus costumes, realizando a finalidade prazerosa da inter-relação entre a prática dos meus conhecimentos gerados dentro da universidade e o comprometimento social comunitário, aproximando a Ciência do senso comum, democratizando o saber.

Aprender com a população a como mudar a realidade

*Anderson Dias*¹³

Por ser filho de pais de classe média, com formação secundarista e que batalharam a vida inteira para me dar uma boa formação, minhas metas como estudante da área de saúde, assim como a maioria dos filhos, eram de ter uma vida melhor do que a dos meus pais, reconhecimento e dinheiro. Não que seja um problema ganhar dinheiro, mas tê-lo como objetivo, e não, como consequência de um bom trabalho e de competência. Ainda cursando Fisioterapia, cujas práticas são feitas fechado em clínicas e hospitais, sem nenhum contato com a população, resisti por quatro períodos, quase três anos, nessa visão individualista e nessa deformação universitária, até conhecer a extensão comunitária. O Projeto Educação Popular e Atenção em Saúde da Família me abriu as portas para um mundo que é ignorado pela maioria da população, o mundo das camadas populares discriminadas por fatores econômicos, étnicos, de gênero ou físicos. É incrível como a sensação de impotência diante de quadros de miséria e preconceitos age em um indivíduo. O mais natural e cômodo, diante de situações como essas, é a atitude que a Academia e a sociedade dizem que devemos tomar, renegar, não nos envolvermos ou pensar demais nos “problemas dos outros”. Mas o quadro gera mudanças de concepção, e o bom é quando se conseguem mudanças de atitudes.

Após a inserção no projeto de extensão, caminhei por uma série de espaços de formação, além do convencional, que é a universidade, reuniões do Movimento Popular de Saúde (MOPS), movimento estudantil e aprendi uma coisa muito louca: eu era

¹³ Estudante de Fisioterapia-UFPB

responsável pela manutenção desses quadros e poderia ser responsável pela mudança deles.

Finalmente, tive contato com o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária da Prac (Pró-reitoria de Extensão para Assuntos Comunitários). Através dos companheiros de Movimento Estudantil, conheci o coordenador do ENEC, Falcão, “3ª pessoa depois de ninguém”, como ele mesmo costuma dizer, e tive acesso aos seus livros: UM NOVO COMEÇO e AÇÃO, MOBILIZAÇÃO e REFLEXÃO COMPLEXA. Nessas leituras, encontrei sistematizadas muitas das ações que praticávamos nos projetos na comunidade. A sensação foi de ter encontrado um conhecimento procurado há muito tempo, mas que a Academia não nos proporcionava, como se a universidade nos formasse em um mundo totalmente desconectado da realidade, e o que víamos nessa literatura fosse outro mundo, completamente diferente. Procurei ampliar meus conhecimentos sobre o método utilizado pelo ENEC, até que, na organização da Jornada Nacional de Extensão Universitária, senti um pouco o mesmo em prática.

Durante dois dias enfiados numa “cabine dupla apertada MITSUBISHI L 200”, eu, Tâmara (Acad. de Fisioterapia), Vinícius (Acad. de Medicina), Falcão (Coordenador do Projeto) e Nêgo (motorista – o ator principal da viagem, a meu ver – por seu senso de humor) percorremos a Zona Mata e o Cariri paraibano, supervisionando a JORNEXU. Trinta e dois estudantes, dos mais diversos cursos, divididos em duplas e inseridos em comunidades.

A empolgação era grande, ao ver estudantes de 1ª período se adaptarem bem ao modo de vida das comunidades, entendendo e se inserindo nos espaços que as compõem. Ficava claro o que muitos de nós discutíamos e que Falcão enfatizava bastante: o conhecimento tinha que ser construído a partir da interação do conhecimento popular com o acadêmico. E na perspectiva de mudança e de inserção social, surgiam naturalmente as indagações e

as perspectivas dos estudantes de como eles fariam parte daquela situação, qual a parcela com que teriam contribuído para manter aquela situação e como seria agora a contribuição para a mudança daqueles quadros? Como a universidade nos forma? Será que somos preparados para enfrentar as situações adversas que encontramos pelos caminhos?

Particularmente, a supervisão foi uma vivência à parte, e nos deparamos com várias realidades, diferentes à primeira vista, mas que guardam a mesma retórica, do explorador e do explorado, como no caso da comunidade do Sítio Salgado, município de Taperoá, onde, no fim da supervisão, Falcão pegou umas pedrinhas no chão, viu que uma era calcária e, ao perguntar aos moradores se eles as utilizavam para produzir cal, eles responderam que as vendiam para uma empresa em Campina Grande, que produzia ração para frangos com elas, vendendo o saco da ração a R\$ 60,00 (sessenta reais) e comprando o mineral às famílias do Sítio Salgado a R\$ 5,00 (cinco reais) a tonelada de minério. Depois dessa descoberta, iniciou-se uma série de investigações e articulações com a Prefeitura de Taperoá, onde se descobriu que a comunidade está situada em cima de uma enorme jazida desse e de outros minerais que podem ser explorados por uma cooperativa ou empresa popular. Para isso, vamos ter a interação dos conhecimentos da Academia com o da população, em uma atividade que pode gerar empregos e melhores perspectivas para a população da área. Para os participantes do projeto que estavam naquela área, a vivência trazia questões que pareciam impossíveis de acontecer: Como as pessoas sobrevivem sem água, luz ou as mínimas condições das cidades? Como o trabalhador do campo consegue sustentar sua família, se, além dos problemas impostos pela região, existem pessoas que ainda fazem questão de manter uma hegemonia às custas da exploração de seu João ou de dona Maria, que são tão cidadãos como nós?

Nessa perspectiva de entrar de cabeça e aprender com a população a como mudar a realidade trazida por um modo de produção voltado para o mercado, estou participando desta edição do ENEC e vejo que a universidade mudou para mim, porquanto agora me sinto um ator no processo de minha formação profissional e mais um guerreiro que pode compor e aprender com a comunidade como podemos transformar a realidade, não só da formação, mas também a da sociedade.

O verdadeiro sentido da universidade

Cláudia Tavares de Sá¹⁴

Desde que ingressei na Universidade, do final de 2002 até o início de 2005, vivi meio que numa letargia, sem nenhuma aproximação com outros movimentos, a não ser os que fossem de assistir aulas. Porém, em janeiro de 2005, tive uma oportunidade ímpar na vida que foi participar da JORNEXU. Durante essa jornada, tive momentos únicos, uns bons, outros nem tão bons, em que descobri que ser um estudante universitário não é apenas estar presente numa sala de aula, porque há um mundo de revelações e de ações a sua volta.

É sabido que o tripé da universidade pública é ensino, pesquisa e extensão. Porém, na atual conjuntura, o que há é um ensino precário, uma pesquisa que engatinha por falta de recursos, e uma extensão que pode ser muitíssimo rica, porém, quase sempre, é esquecida em detrimento dos outros dois pilares. Porém, para nós (loucos da JORNEXU), a extensão é uma perna que, sob nenhuma hipótese, pode ser esquecida e é a maior ligação do estudante com a sociedade onde ingressará como um profissional, qualquer que seja sua área de atuação.

Participando de projetos de extensão, tomamos contato com uma gama de conhecimentos e pessoas que, trancadas em sala de aula ou em laboratórios, jamais poderíamos conhecer. Hoje, entendendo que esse é o verdadeiro sentido da universidade, e é a pura e simples interdisciplinaridade que é tão falada. A extensão, longe de regras e de assistencialismo, mantém contato com o povo e sua cultura sem preconceitos, dando e, principalmente, absorvendo o máximo de conhecimento possível, o mais rico e grandioso que poderemos ter, que é a milenar – a sabedoria e a cultura popular.

14 Estudante de Farmácia/ UFPB

Romper com a histórica dependência científica

Geórgia Santos de Lima¹⁵

O estágio de vivência realizado em janeiro de 2005 pela UFPB teve como principal objetivo inserir os estudantes em questões sociais que podem ampliar nossa visão a respeito do complexo sistema cultural ao qual estamos atrelados.

Nossa maior responsabilidade consistia em assimilar todas as informações possíveis e atuar mais no papel de denunciar, participando plenamente do que a comunidade vivencia, portanto, deveríamos diagnosticar os problemas e discutir possíveis soluções para eles.

Esse estágio me proporcionou uma visão holística, no que se refere à extensão universitária, que nos dispõe um aprendizado bem maior do que as limitações apresentadas pelo ensino público, que deveria ser gratuito, equitativo e inclusivo. Entretanto, o estudante sofre com a falta de oportunidades para melhorar seu crescimento acadêmico e profissional.

Na vivência, passa a ter um olhar mais criterioso, que atença a sensibilidade humana, mas que a Academia faz com que se perca ao longo da vida estudantil e interfere diretamente na tão almejada reforma universitária, que deveria fortalecer e garantir um ensino superior de qualidade, em que a educação deveria ser de fácil acesso para a população, na perspectiva de romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural do nosso país em relação ao resto do mundo.

¹⁵ Estudante de Nutrição - UFPB.

O que é vivência? Viver!

Polyana Barbosa da Silva¹⁶

Estágio de Vivência... Mas, o que é vivência? Ir até a comunidade e perceber seus “problemas”?

Para entendermos o que é esse estágio, devemos, primeiramente, saber o que é viver. Viver é muito mais do que vemos a vida passar por nós, é nós passarmos pela vida e escrever sua própria história. É saber ver, ouvir, falar, sentir e, principalmente, saber amar.

Quando comecei a trabalhar com comunidade, fazia o primeiro período do Curso de Nutrição, e as pessoas perguntavam: “O que você vai fazer numa comunidade? Você não sabe nada de Nutrição”. E eu, simplesmente, respondia: “Não sei”. Pensava que o “não sei” era pura falta de conhecimento, porém, se me perguntarem o que eu vou fazer numa comunidade, continuarei com a mesma resposta. Porque trabalhar com comunidade é isso, o inexplicável, o imprevisível.

Depois de uma reunião de planejamento da Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição (ENEN), decidimos que apoiaríamos o Estágio de Vivência em Comunidades, pois, nós, da ENEN, acreditamos que esses são espaços transformadores, não só para a comunidade, mas, principalmente, para o estudante.

O movimento denominado Reviravolta da Saúde (Movimento Estudantil do Centro de Ciências da Saúde da UFPB) e a Jornada Nacional de Extensionistas Universitários (JORNEXU) desenvolveram, junto com o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária da Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC), em janeiro de 2005, em João Pessoa, o Estágio de Vivência em Comunidades. Participaram 32 estudantes de todo o país, que se espalha-

¹⁶ Estudante de Nutrição da UFPB, Coordenadora Nacional da ENEN.

ram por todo estado da Paraíba, em dezesseis comunidades. Fui parar no município de Bayeux, então fiquei pensando: “Não sei se vai ser tão bom quanto imaginei, pois não vou para o sertão nem para a reserva indígena, vou para um centro urbano ver as mesmas coisas que já convivo há dois anos no Projeto de Educação Popular em Atenção à Saúde da Família na Comunidade Maria de Nazaré, mais conhecido como Grotão. Mas vamos ver no que vai dar”.

Mais uma vez, comprovei que trabalhar em comunidade é inexplicável, e nesse Estágio, você vive a comunidade, porque dorme, come, ri junto com a família. Tive uma experiência com um adolescente que estava usando drogas, foi muito mágico e assustador ao mesmo tempo. Tudo o que trabalhei, durante dois anos, na Comunidade do Grotão, tive que aplicar em algumas horas. A emoção vinha até os olhos, mais precisava achar uma forma de conquistar aquele rapaz, fazer com que ele adquirisse confiança em mim... Meu Deus, como fazer? Nesse momento, vi como a educação popular, o saber ver, sentir, falar, sentir e amar foram importantes.

Consegui fazer com que aquele rapaz de olhos “mortos”, sem perspectiva de vida, olhasse para os meus olhos e falasse: “Eu quero mudar, eu quero mudar e mostrar para mim mesmo que eu sou capaz”. Não existe explicação para tal emoção. E é por isso que luto, brigo e choro por uma mudança, ou melhor, direcionamento no olhar dos futuros profissionais.

*“Saber amar é saber deixar alguém te amar.”
(Hebert Vianna)*

Vivência de Pitanga da Estrada

André Petraglia Sassi¹⁷

Estágio de Vivência em Pitanga
Estamos partindo!
A um lugar desconhecido vamos.
Uma grande ansiedade nos consome,
Mas em nossa mente colocamos
Que essa nova experiência
Será, no mínimo, inesquecível!

Estamos num estágio
Que se chama de vivência
No qual vamos conhecer
A realidade de um povo
E tentar na sua essência
Ganhar um pouco de saber.

Ao chegarmos ao lugar,
Devamos tudo olhar,
Ou melhor, enxergar
Pois só assim, entenderemos
O modo de trabalhar.

É importante anotar
Tudo que for visto,
Ouvido e sentido,
Pois é dessa forma, realmente,
Que o estágio será vivido.

¹⁷ Médico residente – Ex-estagiário de Medicina no programa em 2002 - UFPB.

No primeiro dia, só teve reunião,
Sendo a nossa capacitação.
Aprendemos muitas coisas,
Como sociedade, comunidade e extensão,
Para quando chegarmos ao local
Tenhamos uma boa atuação.

A viagem foi no dia dois.
Chegamos lá já de noite
E o Falcão achou por bem
Deixar para depois
Nosso primeiro contato
Com a comunidade

Na manhã do dia seguinte,
Chegamos em Pitanga da estrada,
O que fazer, não sabíamos nada,
Pois o nosso anfitrião
Chamado de seu João
Não fizera sua chegada

No seu Viana ficamos alojados,
E depois de um dia inteiro
De conversa bem produtiva
Sobre política, religião e dinheiro,
Procuramos uma ideia criativa
Para os trabalhos serem realizados.

Na terça fomos caminhar
Acompanhados por agente de saúde
Passamos por vários sítios
E problemas pudemos identificar,

A começar pelo lixo depositado
E, pelas ruas, o povo a passar.

Conhecemos também a escola.
Fiquei, então, muito preocupado
Ao saber que nossas crianças
Não desenvolve a criatividade
Pois só tem aula de giz e quadro.

À noite, fomos à igreja dos crentes
Pelo “Doutor” fomos apresentados.
Lá não tinha muita gente,
Mas ficamos amedrontados
Por acharmos que, de repente,
Invadíamos aquele ambiente.

Quarta-feira é dia de posto.
Fomos então lá bem cedo.
Senti que o médico ficou com medo,
Pois saiu correndo aperreado
Como se não quisesse mostrar o rosto.

E a situação do posto
O prédio é alugado,
Não há medicamentos
E a energia foi cortada.
Assim são os atendimentos
Ao povo necessitado.

Na reunião do Conselho,
Discutimos sobre saúde.
Senti que falta atitude

Para propostas encaminhar
O que se deve fazer?
É melhor se organizar.

Quando a noite caiu,
Era a vez da Pastoral.
Falando de comunicação
Um grande problema surgiu
Nossa chegada foi motivo
De uma baita confusão
Foi aí que ficamos sabendo
Que o trabalho se confundiu
Com o interesse político
Que alguém conduziu
Tentamos esclarecer
Que não era nada disso.

Que o trabalho era saber,
Com a vivência local,
O que se pode fazer,
Com os recursos que temos
Para poder resolver
Um problema tão mal.

No dia seis, começou a caminhada
Numa área de plantação,
Onde havia rua alagada,
Mas com muita precaução
Conseguimos fazer a andada
Sem escorregar ou cair no chão.

Passamos pelo canavial

Chegamos à Maravilha.
Conhecemos todo o processo
De se fazer a cachaça
E antes do nosso regresso
Teve cana de graça.

Uma imagem foi linda;
A visão de um garotinho
Que, montado na bicicleta,
Percorreu grande caminho
Para chegar à escola
E estudar bem “direitinho”.

À tarde, a imagem mudou
Vimos as casas mais pobres,
Que a chuva castigou,
Um lugar preocupante
Pois algumas casas de barro
A força da água arrastou.

O lixo era outra preocupação
Nem banheiro havia direito,
Era um buraco no chão
E, em volta, de palha era feito
Aumentando a contaminação.

Apesar de tantas desgraças
Muitas coisas me encantaram,
O sorriso de lindas crianças,
Que pelo caminho nos acompanharam,
Faziam sempre uma graça
E procuravam com nossa presença

Reviver suas esperanças.

Começamos o projeto escrever
Queremos apresentar boas propostas
E fazer a comunidade entender
Que a partir do seu trabalho e esforço
Poderá se desenvolver.

Já chegou a sexta-feira,
E caminhamos de novo
Conhecemos a vida de um povo
Que luz na casa não tem
E a água que usa para beber,
De uma cacimba vem.

Fomos ver a biblioteca
Um lugar que era pra ser
Um reduto do saber
Está fechado e empoeirado
E sem ninguém que queira ler.

À noite, quando saímos,
Para um lugar jantar,
Podemos ver como as pessoas,
No meio da escuridão,
Fazia sua locomoção.

Uma coisa interessante
Conseguimos identificar
Que a polícia está presente
Na rotina das pessoas
Sendo o assunto principal

Quando elas vão conversar.

A Boa Esperança fomos no sábado,
É um lugar de assentamento
A terra foi desapropriada
Para produzir o sustento
Daqueles que chamam “Sem-terra”.

Fomos muito bem recebidos
Por Carlos, que é um assentado
Contou-nos tudo que tinha vivido
E de muito bom grado
Trouxe-nos milho que planta
Na terra do seu roçado.

Quando a hora do almoço chegou,
Estávamos na casa de Célia
Um pouco de tudo ela preparou
E ainda nos ofereceu
Mamão, milho, maracujá,
Mas na hora de carregar,
Não deu!

À noite fomos conversar
Com a diretoria da associação
Para podermos identificar
Como está indo a discussão
Além de saber como participar
Da próxima reunião.

O grupo de jovens fomos conhecer
Um pouco atrasado tive que chegar

Pois em outra reunião tinha que estar
Para um pouco de tudo aprender
E ser capaz de criticar.

Perguntamos sobre as atividades
E fizemos uma dinâmica de apresentação
Eles disseram que fazem debates
E se apresentam em várias cidades.
Assim perderam a inibição,
Tornando rica a discussão.

Falamos sobre a importância
De saber dialogar
Além de dizer que em qualquer circunstância
No companheiro se deve acreditar
Pois quando se troca experiência
Melhor se pode trabalhar.

Fomos depois para uma festa,
O forró no posto de gasolina.
Chegando lá de caminhão
Ficamos envergonhados
Pois notamos que, por um instante,
Viramos o centro da atenção.

De tanta gente não tinha nem mesa
Para a gente poder sentar,
Tivemos então uma grande surpresa
Quando podemos reencontrar
Nossas amigas do estágio que vieram
Da festa participar.

Fiquei muito contente
De Kika e Keka encontrar
Tinha também a Isadora
E foi então sem demora
Que o povo em volta
Começou a nos olhar.

Tomamos uma cerveja
E saímos pra dançar,
Não posso dizer com certeza
Se a saudade pode matar,
Mas afirmo com firmeza
Que desse momento sempre vou lembrar.

Era manhã de domingo,
Levantamos para caminhar
Conhecemos uma professora
Que foi a primeira a ensinar
O povo de Pitanga
Que queria estudar.

Não podíamos andar muito
Pois D. Maria estava esperando.
Ela veio nos dizer
Que o almoço estava preparando
Apressamos o que tínhamos a fazer
E lá fomos logo chegando.

Acabamos de almoçar
E saímos para a reunião
Não podíamos nos atrasar
Porque era com a associação

Que iríamos conversar.

O presidente para a mesa nos chamou
E disse que a discussão
Seria para explicar nossa chegada...
E isso me envergonhou,
Mas eu disse que a reunião
Deveria seguir como estava marcada.

Uma coisa importante tentei fazer:
Explicar para os presentes
Que cada um tem força
Para na vida crescer,
E que eles devem valorizar
O seu próprio saber.

Dando seguimento à reunião,
A ata foi lida
Falou-se sobre a eletrificação
E a questão do Banco das Terras
Foi bastante discutida.

À noite tinha igreja
Era dia de celebração
Isso na igreja católica,
Onde teve cânticos
E muita oração.

Ao microfone fomos chamados
Para alguma coisa dizer
Falamos dos trabalhos realizados
E do que queríamos fazer

Foi aí que o Seu João
Fez um discurso tão belo
Que nos deixou emocionados.

A mocidade nos convidou,
Esse é o grupo da Assembleia
Quando o culto acabou,
Começamos a conversar.
O trabalho só não foi melhor
Porque ninguém queria falar,
Acho que por inibição,
Um pouco da sua ideia.

Quando da igreja saímos,
Começamos a prostrar,
Paramos na casa de D. Boneca
Para um cafezinho tomar,
Só então o Seu João começou a falar.

Disse das coisas do seu pai
E de sua infância.
Falou de quando viajou
Tendo aquela esperança
De saber um pouco mais.

Depois de um tempo de papo,
Descobri uma coisa nova,
As pessoas bem à vontade
Abre seus corações
Em poucos minutos de prosa.
O que tenho para dizer
É um pouco sobre mim,

Estou ficando com saudades
Pois o estágio mal começou
E já está chegando ao fim.

Tenho muito a agradecer
A toda população,
Que passou a nos receber
Com todo coração
Ainda vai o meu obrigado
Ao coordenador Falcão.
Por ter me proporcionado
Esses dias de aprendizagem
Amizade, alegria e emoção.

Nesses dias, aprendi bastante
E sei que com essa vivência
Estarei, em qualquer instante,
Em busca da essência
De uma realidade distante...
Acho melhor dizer... diferente.

Pois o que é real, realmente?
Só sei que posso falar,
Após viver com essa gente
Que tudo que passei
Na minha mente vai estar.

Quero também comentar
Sobre um acontecimento.
Acho que descobri
Uma nova amizade
Então digo quando Flávia partir:

Vai deixar saudade.

Só para terminar,
Eu preciso dizer
Que foi perfeito conhecer
Pessoas tão brilhantes
E sei quando pensar
Em Ana Paula, Damaris, Giane,
Cris, Keka, Kika,
Isaura e Isadora,
Um pedaço de mim vai estar
Com elas caminhando
E que a qualquer hora
Podem comigo contar.

Parte VIII

Vivência em comunidades: reflexões teóricas e desafios para a Extensão Po- pular

Quando o ser torna-se sustentável

Ray Lima

O ser torna-se sustentável
quando revela humanidade nas atitudes,
quando constrói harmonia nas relações,
quando gera sintonia nas conversas,
nos olhares, nos projetos, nas ações.

O ser torna-se sustentável
quando a complexidade de suas ideias
e do seu pensamento torna simples
a vida das pessoas.

O ser torna-se sustentável
quando dá vida a tudo o que é criação,
quando a morte não é opção -
onde o vivo torna-se mais vivo
e, à medida que vive, mais irmão.

O ser torna-se sustentável
quando se multiplica ao mesmo tempo
em que se preserva; se valoriza a pessoa
que é, como é; se embeleza o ato de viver.

O ser torna-se sustentável
quando se mistura a biodiversidade dos universos -
do artístico ao científico, do erudito ao popular;
do humano ao não humano; do universal ao singular;
quando ganha a vida um ritmo, uma alegria, uma leveza,
um charme infinito que não encerra

Extensão Popular, vivências em comunidades e a construção de outra universidade

Rossana Souto Maior Serrano

“Somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam, comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo, para que os homens possam ser mais. Os homens reacionários, os homens opressores não podem ser utópicos. Não podem ser proféticos e, portanto, não podem ter esperança” (Paulo Freire – Conscientização 1980).

O conceito da “imparcialidade ideológica”, na educação e nas ciências, há muito foi vencido. Muitos autores têm demonstrado que, na história do ensino formal, ele sempre serviu às elites, para mantê-las no poder. Não é por outra razão que nossos livros de História apresentam o colonizador como herói e desconhecem as lutas dos nossos índios e negros pela liberdade. Não é por outra razão que o modelo de ensino está configurado de forma vertical, do professor (que tudo sabe) para o aluno (que nada sabe), recheado de atitudes autoritárias e protocolares. Não é por outra razão que o conceito é de ensino, e não, de aprendizagem, que há a segmentação entre teoria e prática. São disciplinas, e disciplina é ordem imposta; são conteúdos programáticos segmentados. É o processo de formação em que o aluno “assiste” às aulas; “paga” disciplinas, é massificado, perde seu nome, sua identidade, vira número de matrícula, perde sua história e em que o conceito de formação

está na sala de aula, e as práticas e as vivências são desprezadas ou minimizadas pelos protocolos de formação.

Edgar Morin, em seu livro *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro* (2000), afirma:

O Século XX foi da aliança entre duas barbáries: a primeira vem das profundezas dos tempos e traz guerra, massacre, deportação, fanatismo. A segunda, gélida, anônima, vem do âmago da racionalização, que só conhece o cálculo e ignora o indivíduo, seu corpo, seus sentimentos, sua alma, e que multiplica o poderio da morte e da servidão técnico-industriais.

Diante desses problemas, precisamos assumir a postura freireana de utopia, a conscientização, como atitude crítica dos homens na história, o fim da dominação colonizadora no processo de ensino e aprendizagem, a democratização da escola e da sociedade, porque a aprendizagem ocorre na vida do aprendiz, que é agente ativo de sua própria aprendizagem.

Paulo Freire diz que “a conscientização nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo, posição essa que converte o conscientizado em ‘fator utópico’... a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por essa razão, a utopia é também um compromisso histórico”. Após essas afirmativas, Freire nos convida a sermos proféticos, senhores de nossa própria história. E é nessa posição de protagonista utópico que seremos capazes de mudar a sociedade e seu ensino, ou o ensino e a sociedade, ou melhor, a aprendizagem social. Nesse processo ativo, devemos buscar mudar o curso dos acontecimentos nos incorporando ao curso do que Morin chamou

de “contracorrentes regeneradoras”, aquelas que se contrapõem às correntes dominantes. Morin nos convida a inscrever em nós a consciência antropológica, a consciência ecológica, a consciência cívica terrena, a consciência espiritual da condição humana.

Como complemento ao pensamento de Paulo Freire e Edgar Morin, é oportuno apresentar algumas afirmativas feitas por Florestan Fernandes, no texto sobre a formação política e o trabalho do professor, publicado em 1986. Nesse texto, ele traz uma linha histórica do processo educacional do Brasil e suas contradições e nos apresenta análises importantes no campo da educação.

... É decisivo que o educador volte a pensar em como fundir os seus papéis dentro da classe de aula, com os seus papéis dentro da sociedade, para que ele não veja no estudante alguém inferior a ele, para que se desprenda de uma vez de qualquer enlace com a dominação cultural e para que deixe de ser um instrumento das elites... O principal elemento na condição humana do professor é o cidadão. Se o professor não tiver em si a figura forte do cidadão, acaba tornando instrumental para qualquer manipulação... A mudança em qualquer sociedade é um processo político. Mudança, substantivamente, sempre é mudança política. Se o professor pensar em mudança, tem que pensar politicamente. Não basta que disponha de uma pitada de Sociologia, uma de Psicologia, ou de Biologia Educacional, muitas de Didática, para que se torne um agente de mudança.

Diante das pistas apresentadas pelos três autores - porque são pistas até que delas nos apropriemos - podemos perceber os

grandes desafios que vivemos nesses tempos de reforma do ensino, de construção de novos projetos pedagógicos. Estamos diante do desafio de construir um novo pela negativa do velho que aí está, entretanto corremos o risco da mudança pela mudança, e não, pela apropriação política de uma atitude e de uma escola formadora de cidadãos.

Na década de 1980, alguns docentes da UFPB foram desafiados a participar de um processo de gestão compartilhada de um posto de saúde do município de João Pessoa. Era tempo de Integração Docente Assistencial (IDA). Ao acompanhar um dos trabalhos naquele posto, onde alguns professores deveriam fazer palestras de natureza preventiva, registramos o seguinte acontecimento: ao fazer uma palestra sobre higiene e prevenção de doenças, para mães que esperavam o atendimento do pediatra, falavam os professores sobre lavar os alimentos antes de disponibilizá-los para que as crianças comessem; lavar as mãos antes de manipular os alimentos e outras práticas de higiene. Tudo ocorria como esperado, até que uma mãe pediu a palavra e disse a todos os presentes que ela andava 3 Km para pegar uma lata d'água, que não era possível aquele gasto excessivo proposto pelo professor e que ferver a água de beber também era uma orientação tola, porque ela usava carvão para cozinhar e não poderia gastar mais para ferver água. Depois desse fato, tudo o que fora planejado caiu por terra, formou-se um diálogo, e nós, acadêmicos, descobrimos que nossa verdade teórica estava muito distante da vida daquela comunidade.

Avaliando aquela situação, identifiquei vários erros: metodológicos, operacionais e prepotência da Academia, pois a atividade foi pensada para a comunidade, e não, com a comunidade; não se fez um diagnóstico social do local, ou, se foi feito, não se consideraram as condições locais de vida; a ação foi despolitizada e, conseqüentemente, não houve nenhuma apropriação daquele conhe-

cimento pela comunidade local. Praticou-se o assistencialismo, e não, uma ação cidadã.

Foi a mudança pela negativa do que se apresentava então, mas nós não estávamos preparados. Os professores e os estudantes sentiam-se donos da situação, ao transmitir um conhecimento elementar para uma comunidade carente, entretanto não havia como se apresentarem mudanças na sala de aula e na pesquisa, pois estávamos ali para ensinar, e não, para aprender. Para muitos, aquela comunidade não tinha o que nos ensinar, e para a comunidade, aquela era mais uma situação pela qual deveriam passar quando da sua relação com o serviço de saúde. Era um procedimento protocolar, não havia relacionamento, humanização, para nós, elas eram números, para elas, nós éramos sistema. Não me lembro de ter voltado à comunidade, não sei se outros voltaram. Aquela situação fugiu ao controle, e o professor não voltou com nossa turma ao centro de saúde.

O Dr. Frederico Mayor, no discurso de abertura da Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em Paris pela Unesco, em outubro de 1998, afirma: “As Universidades terão que se universalizar de uma forma totalmente nova. Nossa sociedade de informação terá que passar por uma revolução de conhecimento que coloque o poder do conhecimento firmemente nas mãos da população: fazendo deles cidadãos que pensem por si mesmos, com poder de decisão, compreendendo diferentes culturas e formas de ver o mundo como uma bem-vinda oportunidade para um encontro de mentes e não como uma ameaça”.

É preciso, pois, desmistificar a “função redentora da Universidade”, à qual caberia o papel de transformar a sociedade. Podemos inferir, na afirmativa de Mayor, uma renovação intraescola, com novos métodos de ensino, novas práticas pedagógicas, com a democratização e a humanização da sala de aula, onde o conheci-

mento do estudante interaja com o conhecimento do professor e o da população.

Para que essa mudança interna aconteça, será necessário romper com o conceito de sala de aula, em que a teoria é preponderante, há verticalização no processo de transmissão do conhecimento, e onde o professor é a autoridade máxima. Essa ruptura significará a democratização da sala de aula e demandará novos espaços de ensino. Em decorrência dessa democratização, construiremos espaços dialógicos e problematizadores onde a construção da aprendizagem será visualizada de forma mais concreta.

Para que essa mudança interna aconteça, será necessário trabalhar com incertezas, questionar as verdades, testar metodologias, e isso demandará muito mais informações teóricas, o uso integrado dos afazeres acadêmicos (ensino, extensão e pesquisa) e das áreas de conhecimento e muito mais vivências sociais.

Neste sentido nos parece oportuno pensar a extensão universitária no processo de produção do conhecimento, e mais que isso refletir o seu papel como um fazer que é acadêmico e político, não como um fazer ativista desprovido de método, ou como um fazer acadêmico desprovido de uma intencionalidade política, é um fazer acadêmico e político.

Vivenciar a extensão universitária exige um duplo esforço, pensar academicamente, sem se perder no tecnicismo isolado; fazer academicamente, ou seja, realizar ações com base na ciência, que não se restrinjam a mera prestação de serviço ou ao assistencialismo, fazer coletivamente, respeitando saberes e construindo relações transformadoras da realidade excludente.

O tom da extensão verdadeiramente universitária é o do saber partilhado, democratizado; do aprender conjunto, universidade com a sociedade e vice e versa; do aprender fazendo e conhecendo os limites políticos, econômicos, sociais e culturais; é de um fazer calcado na interdisciplinariedade, no universo do complexo;

é o da produção do conhecimento novo, e do acesso ao globalizado sem perder o referencial da identidade cultural da comunidade participe; é o referencial da formação cidadã e do fortalecimento das políticas públicas.

Claro que tais mudanças não são fáceis, travam-se num universo social político. Mas, como diz Florestan Fernandes, “Instituições e valores são sempre redefinidos na marcha das civilizações”.

A desmistificação da “função redentora” da universidade, não significa a negativa de sua responsabilidade social, principalmente da universidade pública. Se ela é parte do processo ela tem um papel a cumprir. Que papel é este? A descoberta deve ser coletiva, não pode ser de alguns grupos isolados ou de sujeitos cujos projetos são institucionalmente identificados com de pessoas, Projeto de Eymard, de Falcão, de Tereza, de Maria. de todos aqueles que fazem diferente do tradicional e conservador.

Que papel é este? Concordo com a visão utópica da mudança praticada numa vertente integradora dos saberes e questionadora das verdades teóricas. Concordo com uma prática universitária materializada num novo fazer acadêmico, onde o ensino, a extensão e a pesquisa não sejam institucional e operacionalmente coisas diferentes. Imagino um fazer acadêmico politizado, ético e socialmente comprometido com o fim das injustiças sociais. Imagino um processo de aprendizagem humanizado e problematizador que gere inquietações e mudanças nos que por ele passam, professores, estudantes e comunidade, fortalecendo a cidadania.

Para tanto é preciso determinar a responsabilização institucional. Não é possível que as práticas de ensino sejam as mesmas das primeiras escolas gregas; não é possível que a forma disciplinar do ensino atual sejam o único caminho materializado nas normas e resoluções que regem o ensino. É necessário pensar na aprendizagem, portanto é oportuno estabelecer mecanismos operacionais que institucionalizem todas as práticas de ensino em

práticas de aprendizagem. Ou seja, a responsabilização institucional passa necessariamente por uma mudança comportamental e legal, que além da flexibilidade no papel, estabeleça mecanismos eficazes de aprendizagem e de avaliação.

A responsabilização institucional, antes de uma proposta punitiva, será uma prática conscientizadora e facilitadora para transformar os projetos de Eymard, Falcão, Tereza, Maria... em projetos ou programas institucionais. A partir de uma mudança na legislação do ensino, a partir de uma nova visão pedagógica democrática e integradora.

Esta responsabilização institucional demandará uma visão complexa dos fatos sociais, e não mais iremos ao centro comunitário fazer palestras sobre como lavar os alimentos e mãos, sem antes sabermos a história daquelas mulheres, suas condições de vida, seus valores. E a partir desse diagnóstico definir com as próprias mulheres o que será necessário para as mudanças da sua realidade. “A participação da comunidade é, pois, uma condição necessária à sustentação de seu próprio desenvolvimento. O grau de participação guarda relação com o nível de consciência de sua condição de cidadania, mediado por um processo educativo”.(Universidade Cidadã)

Assim, conseqüentemente ocorrerão articulações entre as áreas do conhecimento dentro da academia. A psicologia, a sociologia, as biológicas serão chamadas a um processo integrado onde as especificidades técnicas, que não deixaram de existir, abrirão espaços para um novo, político, integrador, interdisciplinar, que se fundirão nas práticas transformando-se em transdisciplinar. Um ensino nessa perspectiva transformadora e conscientizadora, uma universidade plural, a liberdade de pensamento e produção do conhecimento, são desafios ainda muito forte no ensino superior.

Diante dessa nova forma de pensar a universidade e a aprendizagem podemos identificar na extensão universitária, e princi-

palmente popular, um instrumento contra-hegemônico na medida em que se apresenta como uma nova forma de pensar, nova forma de produzir conhecimento, de sistematizá-lo, de aplicá-lo. A prática da extensão universitária numa perspectiva popular toma esta natureza contra-hegemônica, na medida em que faz o enfrentamento da dicotomia educação-trabalho, pelo rompimento da dicotomia saber científico/popular, estabelecendo um novo patamar de construção do conhecimento envolvendo a universidade e a cultura da comunidade local.

A educação popular é importante como prática social instituída e instituinte das relações sociais, nela compreendendo o cultural, o político e o econômico, como um espaço de construção contra-hegemônica, integrado e integrante das forças políticas que negociam entre si os caminhos a serem dados ao desenvolvimento nacional.

Resultado de tudo isso um novo lugar de fazer ciência, uma ciência diferente, questionadora, problematizadora, solucionadora, integradora, transformadora. Um novo Ethos de se fazer cidadãos.

Extensão Popular: aspectos teóricos na construção de caminhos para a Universidade no Século XXI

Pedro José Santos Carneiro Cruz

INTRODUÇÃO

Ao percorrer a história da Extensão Universitária, descobrimos que, nesse espaço, concorrem práticas com metodologias diferentes, intencionalidades diversas e muitos autores, compondo um painel onde cabe de tudo: concepções que podemos qualificar como assistencialistas, mercantilistas e tecnicistas, inspiradas, principalmente, nas tradições extensionistas oriundas de experiências americanas e europeias. Todavia, na América Latina, destaca-se marcadamente uma dimensão dialógica de extensão, forjada no seio das classes mais desfavorecidas da sociedade, especialmente inspiradas em iniciativas de partidos e de grupos políticos de esquerda, bem como setores progressistas da Igreja Católica. Juntamente com as demais perspectivas extensionistas, essas experiências comunitárias afirmam-se como um projeto em disputa por hegemonias no contexto da extensão universitária brasileira.

Se olharmos atentamente para esses empreendimentos dialógicos, perceberemos existir neles uma teoria fortemente cristalizada em princípios éticos e cuidados metodológicos orientadores de suas ações: a Educação Popular.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho de Extensão Universitária, orientado pela Educação Popular, vem sendo reconhecido e tendo mais espaço institucional no contexto universitário brasileiro. O diálogo das diversas experiências demonstra que, mesmo dentro de uma universidade onde predominam os interesses das classes sociais dominantes, podem-se ouvir “cantos, ainda pouco

sonoros, de jovens que dialogam com o velho e anunciam o novo” (VASCONCELOS, 2006). Estudantes, professores e sujeitos de comunidades e de movimentos populares vêm ensaiando esse canto de uma nova universidade, forjada desde a Extensão. Para isso, desenvolvem ações acadêmicas de relação entre ela e a sociedade, pautadas pelo diálogo e pela construção conjunta do conhecimento, conferem à Extensão Universitária a utilidade de articular o ensino e a pesquisa, com a intenção de se inserir no mutirão de lutas das classes subalternizadas; empreendem ações por meio das quais seus direitos sejam garantidos e superem a pobreza econômica e as desigualdades. Assim, identificam seus empreendimentos como Extensão Popular.

Nessa direção, procuramos, neste artigo, compreender como a Educação Popular chega ao contexto universitário através da Extensão, num processo de disputas por projetos de universidade, no que diz respeito a sua relação com a sociedade. Também observamos que perspectivas teóricas atuam construindo uma Extensão Popular. Ademais, colocamos em análise a própria Educação Popular, ao dialogar com diferentes autores e experiências, na busca por situá-la no contexto da universidade. Acreditamos que este ensaio trará luzes que nos permitam perceber melhor o conceito de Extensão Popular e seus desafios frente à conjuntura de disputas em voga no cenário acadêmico.

Para responder a essas questões, faremos, inicialmente, um breve paralelo histórico acerca da Extensão Universitária, para compreender quais projetos estão em conflito nesse cenário.

DESENVOLVIMENTO

Educação Popular e Extensão Popular: um encontro para a construção de outra universidade

Como nos demonstrou o breve histórico, a Extensão é o pilar acadêmico onde se realizam diversos trabalhos sociais, orientados por diferentes perspectivas teórico-metodológicas, que também são veementemente educativas. É aí que entra a Educação Popular, como poderiam entrar (e entram) outras perspectivas educativas, que acabam se concretizando em extensões como as já citadas e: assistencialista, mercantilista e acadêmica.

Conforme Melo Neto (2004), como trabalho social, a ação da Extensão é, deliberadamente, criadora de um produto. Numa perspectiva popular, é constituída com base na realidade humana, e como trabalho, abre a possibilidade de criação. É uma realização da universidade e da comunidade sobre a realidade objetiva, para superar a dicotomia teoria e prática, pois, para o autor,

a devolução dos resultados do trabalho social à comunidade caracterizará a própria comunidade como possuidora de novos saberes ou saberes re-discutidos e que serão utilizados pelas lideranças comunitárias em seus movimentos emancipatórios e reivindicatórios (MELO NETO, 2002, p.28).

Podemos compreender bem mais como a Extensão dialoga com variadas perspectivas, como a Educação Popular, por exemplo, pois, diferentemente da ideia de “mão dupla”, em que há uma clara distinção entre os sujeitos que compõem a relação universidade-comunidade, o conceito de trabalho social vislumbra um esforço criativo em desenvolvimento entre universidade e sociedade, “não como entes separados, mas em relação permanente entre si e que, nem por isso, deixam de se diferenciar” (MELO NETO, 2004, p.54). Para o autor, a efetivação da extensão gera um produto que transforma a natureza, na medida em que cria cultura. Portanto, esse trabalho social tem uma utilidade.

Assim, na concepção sistematizada por Melo Neto (2006), como um trabalho social útil, que visa transformar e que é direcionado aos setores sociais excluídos, a extensão popular realiza-se no conjunto das tensões de seus participantes em ação e da realidade objetiva. O autor reforça que a Extensão Popular contém uma metodologia de trabalho social, direcionada a desenvolver uma visualização maior das contradições do modo de produção dominante.

Quando compreendemos como e por que houve o encontro da Educação Popular com a Extensão, fundamentando-nos hoje nas ações de Extensão Popular, passamos a seguir para outro desafio importante: refletir sobre as lacunas percebidas nesse processo, bem como levantar caminhos teóricos e práticos para os quais ainda precisam avançar essas ações. Mais do que isso, compartilhar dilemas e questionamentos capazes de fomentar reflexões construtivas e consequentes para a constituição de um referencial popular para a Extensão na Universidade.

Primeiramente, detenhamo-nos na própria Universidade. Para isso, vejamos um questionamento levantado pelo Professor Alder Júlio Ferreira Calado, em palestra conferida na UFPB:

Soa estranho quando uma extensão ou quando uma educação não sejam fundamentalmente populares. Soa isso mais estranho ainda quando a gente está num espaço público. Um espaço cujos protagonistas devem ser o conjunto dos segmentos populares, das diversas classes populares que aí estão, que sustentam, com o seu sofrer, o seu dia a dia, exatamente a estrutura que estamos aqui vivenciando [a Universidade] (CRUZ, 2008, grifo nosso).

Nessa esteira, a partir do entendimento de Educação Popular como categoria teórica fundante de uma Extensão Popular, observamos que essa última requer, num espaço contraditório como é o acadêmico, uma ética de radicalização do compromisso com as classes populares, a ponto de deixá-lo transbordar em espaços hegemonicamente elitistas da própria instituição acadêmica, como a Pesquisa e o Ensino, num processo que os ressignifique e disponha as demandas concretas dos diversos atores e autores que vêm lutando firmemente para construir outras sociabilidades, em meio à constante invasão do ideário neoliberal.

Santos (2003) indica, para isso, a necessidade de se pensar numa *Universidade Popular dos Movimentos Sociais*. Afirma que essa proposta emerge da necessidade premente de avanço qualitativo dos esforços dos movimentos sociais e ONGs genuinamente progressistas, de um lado, e de cientistas sociais e intelectuais, de outro. Para ele, faltam aos movimentos, nos dias de hoje, teorias que lhes permitam refletir criticamente sobre sua prática, de modo mais sistemático e consequente, esclarecendo os métodos e os objetivos que os mobilizam. Por outro lado, cientistas sociais e intelectuais, isolados das novas práticas e dos novos agentes de mudança social, não têm condições de contribuir para essa reflexão crítica e para esse esclarecimento e, muitas vezes, chegam a torná-los mais difíceis ao continuar insistindo em conceitos e teorias que não se adéquam às novas realidades concretas. Nessa perspectiva,

a proposta da Universidade Popular dos Movimentos destina-se a contribuir para pôr fim a esse de-

sencontro e à dupla carência em que ele se traduz. O seu objectivo último é superar a distinção entre teoria e prática, fazendo com que uma e outra emirjam reciprocamente esclarecidas de um encontro sistemático entre os que predominantemente se dedicam à prática da transformação social e os que predominantemente se dedicam à produção teórica. A formação pretendida é assim dupla. Por um lado, formar activistas e líderes comunitários dos movimentos sociais e das ONGs, fornecendo-lhes quadros analíticos e teóricos que lhes permitam aprofundar a compreensão reflexiva da sua prática – dos seus métodos e dos seus objectivos – de modo a melhorar a sua eficácia e a sua coerência. Por outro lado, formar cientistas sociais/intelectuais/artistas interessados no estudo dos novos processos de transformação social, dando-lhes a possibilidade de um diálogo directo com os seus protagonistas e assim identificar e, na medida do possível, eliminar a discrepância entre os quadros teóricos e analíticos em que foram treinados e as necessidades e aspirações concretas das novas práticas transformadoras (SANTOS, 2003, p.05).

Podemos dizer que essa proposta de Boaventura dá corpo a muitas outras iniciativas de se pensar em outra universidade para o mundo, outra instituição diferente dessa que aí está, forjada, agora, por movimentos e cientistas sociais interessados na construção de outras hegemonias mundo afora. Analisando as intenções e as características dessa iniciativa, podemos identificá-la como uma extensão de carácter popular, um trabalho social que

tem a intenção de articular também ações de ensino e pesquisa, não para qualquer fim, mas para superar as desigualdades e promover os setores mais excluídos da sociedade. Ora, as práticas denominadas de Extensão Popular também estão nesse mutirão, mesmo que muitas ainda localizadas e institucionalmente marginalizadas, todavia, construindo esforços concretos, gerando reflexões e movimentos que seguem caminhando para as mudanças pretendidas.

Percebemos, então, que, mesmo não sendo nominalmente identificadas como Extensão Popular, diversas práticas contra-hegemônicas se destacam no cenário acadêmico com eixos específicos e interessantes: a superação da dicotomia entre teoria e prática; a construção de uma utilidade emancipatória para qualquer uma das práticas acadêmicas e a intencionalidade política do popular. Ou seja, queremos chegar a algum lugar com tudo isso. A Extensão Popular não é só mais um sonho de alguns idealistas utópicos, é mais do que isso, porque cristaliza, como vimos antes, um trabalho empreendido por diversos atores interessados em vislumbrar um horizonte pintado com as cores da justiça, da equidade, da dignidade humana e de uma relação cuidadosa com o ambiente e o mundo. É assim que a Educação Popular vai ressaltando a dimensão política inerente à Extensão Popular. Como nos lembra Alder Júlio, em referência ao filme “Queimada”¹⁸, “é melhor saber para onde ir sem saber como do que saber como e não saber para onde ir” (CRUZ, 2008).

Mas, se fica claro que há um projeto político de universidade e sociedade para a Extensão Popular, como verificar sua constituição? Acreditamos que uma pista relevante está evidenciada por Boaventura de Sousa Santos em sua discussão sobre educação. Parece-nos bastante importante, nessa direção, retomar a análise

¹⁸ Produzido em 1969, dirigido pelo italiano Gillo Potecorvo.

que o autor empreende quanto à aplicação técnica e à aplicação edificante da ciência. Ora, não seria mesmo a Extensão uma “aplicação” da ciência? Se concordarmos em pensar por esse caminho, poderemos traçar um paralelo dessa análise a partir da extensão universitária. Afinal, o conceito de “aplicação técnica da ciência” se encontra com aquele da extensão assistencialista ou tecnicista, especialmente quanto ao ponto de vista da relação sociedade-universidade. Vejamos.

Para Boaventura, na aplicação técnica da ciência, convertem-se os problemas sociais e políticos em problemas técnicos, solucionáveis, portanto, cientificamente, com total eficácia e neutralidade social e política. Nesse sentido, o cientista toma para si a resolução dos problemas e leva para a universidade o papel redentor de quem conhece os melhores caminhos para o desenvolvimento humano e social. Ainda por essa perspectiva, existe o princípio da neutralidade, o que indica que o cientista (ou, podemos pensar, extensionista) está fora da situação existencial em que incide a aplicação, sem que seja por ela. Ademais, a aplicação assume como única a definição de realidade dada pelo grupo dominante da sociedade, escamoteando os conflitos e silenciando possíveis alternativas (OLIVEIRA, 2006). Ou seja, ao lidar com as classes “subalternas”, desconsidera qualquer possibilidade de que tenham seus sujeitos criatividade para encontrar saídas e formas de enfrentar os problemas.

Para Boaventura, é necessário se investir numa “aplicação edificante da ciência”, a qual aparece como alternativa para o modelo acima citado. Nessa outra proposta, a aplicação sempre acontece numa situação concreta, e o cientista fica existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação. Distancia-se da ilusória neutralidade científica antes citada. Ao se deparar com a realidade, na perspectiva aqui evidenciada, o cientista/extensionista não só procurará, como também reforçará as defini-

ções alternativas e emergentes da realidade. Para isso, investe nos vários saberes e práticas locais. Durante a aplicação, privilegiam-se a argumentação e a crítica, em lugar da naturalização ou explicação mágica da realidade (OLIVEIRA, 2006).

Podemos agora olhar para a Extensão Popular através do conflito no qual se encontra inserida. Com base no pensamento de Boaventura, podemos compreender que precisamos pensar a Extensão Popular em um movimento tenso e contraditório de disputas por hegemonias na universidade. Alienar esse pensamento poderá encaminhar essas realizações alternativas para a permanente alternatividade, deixando cada vez mais distante a concretização dos sonhos e das utopias que as motivaram. Nesse sentido, destacamos que a Extensão Popular é, ao mesmo tempo, a realização da aplicação da ciência como acreditam alguns setores acadêmicos, de modo edificante e emancipatório, junto com as classes populares. Mas também é um caminho de lutas em movimento, pela transformação da mesma universidade e da sociedade onde está inserida.

Compreendendo, então, a Extensão Popular em movimento como um dos diferentes modelos de aplicação e elaboração do conhecimento, podemos identificá-la como uma prática da sociologia das ausências, como refere Santos (1996, p.22/23):

Enquanto um deles [o modelo cientificista] tem detido o monopólio de aplicação da ciência, o outro não passa de uma potencialidade promissora. Professores e alunos terão de se tornar exímios nas pedagogias das ausências, ou seja, na imaginação da experiência passada e presente se outras opções tivessem sido tomadas. Só a imaginação das consequências do que nunca existiu poderá

desenvolver o espanto e a indignação perante as consequências do que existe.

A Extensão Popular nasce a partir de movimentos contra-hegemônicos, de quem se espanta e se indigna *não apenas* com a imaginação da universidade/sociedade como seria ou como foi, mas, principalmente, com a *constatação* do que é hoje e como será seu futuro caso seus sujeitos não criem saídas para superar suas ideologias dominantes. Conforme destaca Vasconcelos (2008, p.11),

a extensão universitária é o espaço acadêmico mais flexível, que permite o novo e o emergente acontecerem. Permite que movimentos sociais, ainda balbuciando propostas e práticas pouco consolidadas, se organizem em pequenos projetos. É espaço de experimentação e consolidação de novas formas de atuação acadêmica.

A efetivação de ações educativas pautadas por princípios éticos definidos, com reforço ao coletivo e com preocupações voltadas às maiorias sociais, será conduzida *no sentido de garantir que alternativas sejam possíveis*, inibindo modelos de produção que só mantenham ou fortaleçam os mecanismos de exclusão (MELO NETO, 2006, p.42, grifo nosso).

Boaventura afirma que, segundo Oliveira (2006), para redefinir as possibilidades de atuação e inserção política no mundo, precisamos ressignificar a forma como atuamos no mundo através do campo de nossa subjetividade, espelhada em como incorporamos saberes formais e cotidianos e os valores e as crenças com os quais entramos em contato. Ou seja, não basta pensar numa teoria fundante transformadora, como o é a Educação Popular, nem

num trabalho social e útil transformador, configurado, academicamente, na Extensão Popular, mas também considerar a formação de *subjetividades inconformistas* que se engajem nesse mutirão é necessário. Para Santos (1996, p.17), isso exige se pensar num *projeto educativo emancipatório*, cuja aprendizagem se dê com conhecimentos conflitante, com o objetivo de “produzir imagens radicais e desestabilizadoras dos conflitos sociais (...), capazes de potencializar a indignação e a rebeldia. Educação, pois, para o inconformismo”.

No campo da Extensão Popular, o envolvimento de estudantes com a complexidade da dinâmica social povoada de sofrimentos, opressões e muitas possibilidades de fascinante criação coletiva pode despertá-lo da alienação individualista e consumista difundida pela sociedade capitalista e que marca tão fortemente a juventude, conforme assinala Vasconcelos (2006).

Como vemos, ao contrário do que poderia nos parecer, as ponderações de Boaventura revelam-se imprescindíveis no campo da Extensão Popular. As palavras desse autor, escritas a partir de diversas experiências em diferentes lugares do mundo, encontram-se com as reflexões atualmente empreendidas nas práticas de Extensão Popular. Ora, se, para ele (1996, p.18), a educação para o inconformismo tem de ser ela própria inconformista, (...) assentando igualmente em emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares sentidos inesgotáveis, para Fleuri (2006), as experiências de Extensão Universitária em Educação Popular oportunizam mudanças muito significativas em várias dimensões, por exemplo: redescobre o significado de trabalho interdisciplinar, revaloriza o comprometimento social e ressignifica a espiritualidade. Ademais, reforça a constituição emergente de outro fazer científico, como refletido na discussão sobre a aplicação edificante da ciência. Fleuri (2006, p.233) afirma que esse extensionista “descobre suas próprias ambivalências que, em interação com a complexidade do ser do outro, coloca múltiplos desafios, abre infinitas possibilidades

e, sobretudo, exigem um salto de dimensão no seu modo de entender a prática científica, social e cultural”.

O que fazer, então, com essas novas *subjetividades inconformistas*? Acreditamos que os escritos de Boaventura apresentam algo de novo e necessário para pensarmos outros desafios teóricos e epistemológicos para a Extensão Popular: democracia e redes de sujeitos. Primeiramente, para além dos princípios éticos e dos pressupostos teórico-metodológicos, ao considerarmos uma extensão que seja *popular*, precisamos voltar nossos olhares para a sociedade como um todo. Que arranjo de sociedade se espera ao se compor um trabalho social de Extensão Popular? Entra aqui uma categoria fundante para o popular, marcadamente analisada por Boaventura: a democracia. Para Oliveira (2006, p.145), uma função dos processos educativos é de contribuir para desnaturalizar as predominâncias identificadas na sociedade como um todo, buscando criar novos sentidos comuns políticos, jurídicos e epistemológicos, fundados em relações mais equilibradas e menos hierarquizadas entre as diferentes formas de integração nas diferentes dimensões da vida social. Ainda segundo a autora (p.145), se entendemos a democracia como um sistema no qual as relações sociais se fundam em relações de autoridade partilhada, é preciso que desenvolvamos práticas adequadas, ou seja, que pratiquemos, tanto quanto possível, relações desse tipo.

Acreditamos que esse é um desafio teórico relevante. Ao pensar o popular num cenário acadêmico como o da extensão, precisamos também deixar transbordar seu pensamento inconformista para a sociedade que envolve a própria universidade. Precisaremos fazer esse movimento, sob pena de alienarmos um dos aspectos mais elementares de uma orientação educativa popular: partir da realidade mesma, com seus conflitos e contradições. Por isso, para a Extensão Popular, é imprescindível ponderar os projetos em disputa acerca da relação universidade/sociedade e procurar se inse-

rir nos conflitos em voga na sociedade como um todo. Urge, então, que se repense o modelo e se procurem construir outras perspectivas para as relações sociais, pautadas pela democracia.

Como nos lembra Carlos Silvan, em depoimento contido em vídeo da ANEPOP,

pensar a extensão numa perspectiva popular é pensar a participação de todas as pessoas na produção acadêmica e na vida da Universidade. Isso pressupõe um diálogo com os diferentes saberes e uma articulação com diferentes práticas populares e libertárias, no campo da saúde, da educação. Recomenda parar e pensar um novo modelo de sociedade, que não seja capitalista, da exploração do ser humano, mas que recomende que a Universidade é um espaço de produção de novos sentidos para a vida em comunidade, para uma vida amorosa, uma vida libertária, para uma vida afetuosa e para uma vida de produção do conhecimento que dê sentido a vida das pessoas (CRUZ, 2007).

Registra-se aqui um convite para as práticas de Extensão Popular. Que não se prendam por demais nas especificidades organizativas de suas experiências nem nas bem-vindas realizações desveladas, mas pensem cada vez em cenários políticos mais ampliados. Até por esse movimento ser algo inerente à própria essência da Extensão Popular, como uma prática alternativa que ruma não à *alternatividade*, mas para a *alteratividade* em seu caminhar histórico.

Oliveira (2006, p.146) assevera que “pensar as possibilidades de emancipação social democrática (...) requer o desenvolvimento de uma reflexão em torno dos processos de tessitura das redes

de subjetividades que somos e dos modos como se pode conceber a formação das subjetividades democráticas”. É nessa perspectiva que seguem historicamente os movimentos sociais e populares, como ressalta Batista (2004), que refere que a caminhada histórica de conquista por outras hegemonias desses movimentos sociais ocorre no próprio processo de caminhar, no desenrolar das práticas. Ademais, afirma que as práticas educativas emancipatórias vivenciadas nos cenários de lutas dos movimentos sociais acentuam que a história é uma construção social que se faz pela ação coletiva dos sujeitos, em que a resistência e o enfrentamento são partes de estratégias de lutas, que ensinam que só com sujeitos organizados e lutas conjuntas é possível enfrentar os poderes hegemônicos e construir novas sociabilidades.

Fica claro, então, que a Educação Popular, no seio de suas práticas educativas, de relações e interações culturais, gera um movimento que vai constituindo *redes de sujeitos* e *subjetividades inconformistas*, dispostas a articular caminhos outros para a sociedade em todo o mundo, alçando voos que nos levem a realidades diferentes daquela que aí está. Compreender a Extensão Popular requer pensar esse movimento, que hoje é um grande desafio para a Educação Popular, em tempos de franco avanço do ideário neoliberal em nossa sociedade.

Antes de findar essa análise em paralelo sobre a Extensão e a Educação Popular, avaliamos que é preciso responder a uma indagação que pode ter ficado nas entrelinhas: Mas que algo específico traz a Extensão em seu diálogo com a Educação Popular?

Para Vasconcelos (2006), a inserção dos estudantes nos projetos de extensão orientados pela Educação Popular tem gerado uma atuação eficaz, no sentido de fazer com que se envolvam com a totalidade dos problemas familiares e sociais que encontram. Emocionam-se com o que veem e, mobilizados por essa emoção, desdobram-se em pesquisas, conversas e articulações

para enfrentar os problemas. Isso tem sido particularmente verdadeiro para aqueles estudantes dos períodos iniciais de curso. Muitos dos que se inserem no projeto, no final dos seus cursos, já demonstram uma aplicação mais técnica da ciência, procurando por problemas concretos para trazer soluções técnicas eficazes, podendo as possibilidades de escuta e de construção compartilhada do conhecimento. Refere (p.284), então, que é fundamental inserir precocemente o estudante “em convivência estreita com a dinâmica de vida da população, com suas lutas pela alegria e a realização plena de seus anseios profundos”. Um dos pontos-chave para essas experiências é o desenrolar de um vínculo entre a população e os extensionistas envolvidos, o qual orienta todas as ações porque não prescinde do compromisso. Para ele (2006, p.300), “essa perspectiva de trabalho pedagógico vai além da interdisciplinaridade, pois não se restringe à integração de saberes das diferentes disciplinas científicas, na medida em que articula também os saberes e iniciativas populares presentes na comunidade”.

As ações de Extensão Popular desvelam realizações transgressoras da realidade acadêmica e social. Silveira (2008, p.23) afirma que ocorre “o desenvolvimento de autonomia solidária (...), (...) apropriação de tecnologias leves com criatividade, (...) valorização das subjetividades e do saber popular, aprofundamento da capacidade de escuta para uma atuação pactuada”.

Podemos, diante de todas as palavras que arriscamos neste ensaio, compreender que,

ao assumir a dimensão do popular, o conceito de extensão passa a considerar as dimensões fundantes do adjetivo como a origem e o direcionamento das questões que se apresentam; o componente político essencial e norteador das ações; e, com especial destaque, o popular expresso por

metodologias que apontem encaminhamentos de ações, acompanhadas de seus aspectos éticos (diálogo, solidariedade, tolerância, coletivo...) e utópicos (autonomia, liberdade...) que, para os dias de hoje, tornam-se uma exigência social (MELO NETO, 2006, p.41)

A Educação Popular traz para o campo de disputas de concepções de extensão universitária a noção de que se pode galgar também a ação da Universidade no processo de transformação social. Como nos lembra Falcão (2006, p.38), isso se concretiza na atuação direta da extensão como elo entre a universidade e a comunidade na construção de caminhos para a promoção social. Trabalhar com uma Extensão Popular permitiria mais integração entre a vida acadêmica e a comunitária, através de “programas voltados para a problematização e sistematização da realidade concreta e daí a construção de forma mais coletiva de projetos que possam efetivamente promover o desenvolvimento sustentável popular”, e conseqüentemente, a emancipação social.

Todavia, se buscamos esse horizonte, precisamos ter em mente a ideia de conflito, pois existem oposições a esse projeto humanístico, solidário, emancipatório e ambiental¹⁹ de vida em sociedade. Tais tensões podem ser sentidas na maioria dos espaços sociais, culturais, religiosos etc. Em cada um deles, certamente haverá quem opte pela organização da sociedade como aí está, por acreditar que tudo está bem, imbuindo a dignidade de vida e as condições de sobrevivência a critérios de merecimento (quem

19 Insistimos em trazer a ideia do ambiente, pois, ao pensar a sociedade numa perspectiva popular, somos também provocados a pensar nossa relação com o mundo, com a natureza. Calado (2008) já nos lembra disso. Ademais, um grupo de extensionistas populares, reunidos em Florianópolis-SC, vem trabalhando essa ideia. Defendem que é preciso não somente *humanizar*, mas também *animalizar*, no sentido natural e sagrado da essência dos seres vivos, em que o humano é somente *mais* um dos seres em relação com a natureza, com o mundo.

estuda e “vence na vida” conquista tudo o que puder), ou naturalizam a desigualdade social, algo como: “Foi o destino (ou Deus) quem quis assim. O que se há de fazer?” Porém, há uma grande parte de indivíduos dispostos a deixar as coisas como estão não por acaso nem por falta de consciência, mas porque lhes interessa. Eis os representantes das classes dominantes, que alienam quaisquer chances de perder seus privilégios e suas boas condições de vida. Para mantê-los, precisam trabalhar e se capacitar. Entra aqui a Universidade.

A Universidade não foi pensada e criada na perspectiva que sonhamos e detalhamos. Ao contrário, foi justamente imaginada para aplicar exatamente o que faz hoje. De maneira breve, podemos citar: gerar tecnologias e produtos concretos para favorecer o desenvolvimento de uma minoria que tem acesso aos bens materiais e econômicos, a classe dominante; constituir o passaporte para ascensão social, contendo diversas estratégias para que apenas os filhos das classes dominantes passem por ela e galguem boas posições na sociedade e condições de vida; constituir o espaço para a formação cultural e moral adequada à vida em sociedade recomendada em cada momento histórico, segundo os critérios de inclusão e participação nessa sociedade, delimitados justamente pelos grupos dominantes. Vejam-se as dificuldades concretas da maioria dos jovens das classes populares em se manter numa Universidade, mesmo que pública.

Assim, basta observar com cuidado os corredores dessa instituição para perceber o quanto cabe de tudo. Mais do que isso, o quanto predominam os interesses das classes mais favorecidas, ao percebermos o interesse individualista de boa parte dos estudantes, interessados tão somente em quanto vão ganhar após receber o seu diploma, querendo “fazer sua vida”. Olhar para as salas de aula, as técnicas didáticas e a postura de boa parte dos professores, destacando a formação de “forças” ou “massas” para atuarem

no “mercado de trabalho”. Diante disso tudo, ao se pensar em extensão, ocorrem, principalmente, dois movimentos: aqueles que a utilizam como espaço para treinamento e aperfeiçoamento profissional, testando, junto com a população, os serviços profissionais aprendidos na Academia e outros que a utilizam como ferramenta útil ao desenvolvimento tecnológico, que acabará nas mãos não da maioria da população, mas dos poucos setores com acesso à tecnologia. Há, ainda, a extensão como propaganda, que dá visibilidade à Universidade ou a empresas, buscando passar-lhes a imagem de “instituições socialmente responsáveis” ou “preocupadas” ou até “comprometidas”.

Mas que *preocupação* é essa? Geralmente, quando estamos preocupados com algo, procuramos resolver o problema em questão pela raiz. Não perdemos tempo solucionando um defeito aqui ou um ponto acolá, mas enfrentamos o problema, para sanar a preocupação. Também me parece ser esse o pensamento de quem é comprometido. *Comprometer-se* significa estar junto em todos os momentos e disposto a escutar e a ouvir, para ir aonde o parceiro ou parceira precisar. Tampouco parece *responsável* executar ações sobre ações que, por assistencialistas e alienando a autonomia dos seres humanos presentes em comunidade, não geram de uma vez movimentos para a solução dos problemas mais urgentes.

Felizmente, se houver espaço na Extensão Universitária para tudo, haverá também oportunidade para o desenvolvimento de ações contra-hegemônicas, que denunciem a situação como está e aprimorem outros caminhos rumo às utopias sonhadas, pois, como nos lembra Calado (2006, p.304),

se sombrio é o quadro que campeia, não devemos perder de vista que, apesar disso, sempre houve e sempre haverá quem faça diferente, quem tenha outras apostas. Se ousarmos ensaiar mergulhos

nas “correntezas subterrâneas”, vamos verificar experiências alternativas, apontando para uma cultura política alternativa.

Acreditamos na Educação Popular, portanto, como inspiração singular para que se exercite a vocação mesma da Educação, refletida numa “vida de busca do outro e de partilhas como sentido dela própria, a vida cotidiana, como fundamento da razão de ser da experiência humana no mundo” (BRANDÃO, 2002).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para Melo Neto (2004), os conteúdos da educação entre os povos têm sido de ordem ética e prática. Na ética, moram as orientações e os princípios para o bem viver; na prática, os aspectos comunicativos do conhecimento de profissões acumulados por um povo. Com base nos objetivos propostos para as reflexões empreendidas neste artigo, podemos concluir: quando falamos de Educação Popular, estamos falando de um *corpo prático* que ilustra uma *ética* de viver. Todavia, alcançar essa harmonia entre o que se faz na prática e o que se acredita ser ideal compõe um desafio constante para aqueles e aquelas que se lançam nas experiências de Educação Popular. A Extensão Popular não escapa dessa assertiva.

Portanto, a constituição de uma extensão que se afirma no *popular* deve se dar numa relação dialética entre o prático e o ético, na medida em que, em certo ponto, ideais/ideologias/utopias constituem uma ética que leva determinados sujeitos a empreenderem ações que galguem alcançar um novo modo de viver em sociedade (a *ética levando à constituição de outra prática*), ao mesmo tempo em que aquelas ações vão constituindo novas formas de relação e de sociabilidade (BATISTA, 2004; CALADO, 2006), reverberando numa nova ética (a *prática levando à constituição de outra ética, agora universal*).

Diante de tudo isso, concluímos que, ao falar de Extensão Popular, não nos referimos a uma modalidade a mais da extensão, outra área temática, pois, ao se inserir no campo da Extensão, a Educação Popular procura responder ao desafio de trazer uma nova perspectiva teórica e epistemológica para a Extensão Universitária, capaz de apontar caminhos possíveis para outras realizações na relação universidade-sociedade-universidade. Que estejam esses empreendimentos pautados firmemente na busca por uma racionalidade mais solidária, humanamente e ambientalmente amorosa, com a qual poderemos (quem sabe) ensaiar respostas fortes contra o movimento hegemônico de significação dos homens e das mulheres como valores de mercado, entes produtivos em favor de um sistema muito maior do que todos, inclusive do que a natureza, em que a grande preocupação mundial são a estabilidade do mercado, a movimentação e o equilíbrio das empresas, e esforços sem medida são empreitados para resolver as crises financeiras. Enquanto isso, a crise da existência material humana continua em voga, através da fome, da miséria e das desigualdades refletidas na violência cotidiana com a qual o mundo convive, espelhada na discriminação e na competitividade, na construção de uma ideia eticamente *avessa* de que as diferenças são naturais e de responsabilidades individuais.

Como lugar propício para a reflexão crítica e a produção de conhecimentos e tecnologias, a universidade bem que poderia direcionar suas ações e reflexões para superar esse quadro, ensaiar cantigas e gerar movimentos populares, que respondam aos reclames da maioria da população mundial e recomendar, por meio de suas ações e interações, uma decisão firme de que precisamos rumar noutra direção.

Por tudo o que refletimos, ao longo dessas páginas, acreditamos firmemente que a Educação Popular dá corpo metodológico e orientações éticas/filosóficas para que caminhemos na direção das utopias sonhadas e compartilhadas coletivamente.

Referências

BATISTA, M. S. X. Movimentos sociais e educação: construindo novas sociabilidades e cidadania. In: **Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais**, 2004, Coimbra/Pt. v. 1.

BRANDAO, C. R. A Educação Popular na escola cidadã. Petrópolis: Vozes, 2002.

CALADO, A.J.F. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: LINS, L.T.; OLIVEIRA, V.L.B.de (Org.). **Educação popular e movimentos sociais**: aspectos multidimensionais na construção do saber. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008, p.225-242.

_____. Novos e velhos movimentos sociais populares: quais saberes necessários à construção de uma sociabilidade alternativa? In: SCOCUGLIA, A.C.; JEZINE, E. (Org.). **Educação popular e movimentos sociais**. João Pessoa: Universitária UFPB, 2006.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO FORPROEX. **Extensão universitária**: organização e sistematização. Coordenação Nacional do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112p.

CRUZ, P. J. S. C. A Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP): articulando as práticas de extensão na luta por uma Universidade socialmente comprometida. In: JEZINE, E.; BATISTA, M.S.X.; MOREIRA, O.L. (Org.). **Educação popular e movimentos sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008, v. p. 111-132.

_____(editor). **Aula inaugural do Curso de Extensão Popular**. Produção da Coordenação do Curso de Extensão Popular (CEXPOP), 2008. 1 DVD (35min), son., color.

_____ (editor). **Diálogos de extensão popular: reflexões e significados**. Produção da Articulação Nacional de Extensão Popular - ANEPOP, 2007. 1 DVD (15min), son., color.

FALCÃO, E. F. **Vivência em comunidades**: outra forma de ensino. 1a. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2006.

FLEURI, R. M. Formação de profissionais da saúde: reflexões a partir de vivências estudantis. In: VASCONCELOS, E.M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (Org.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, v. 1, p. 231-264

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. G. M. **Movimentos Sociais e Educação**. 6a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 120 p.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária**: comunicação ou domesticação? São Paulo:

JEZINE, E. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária**. Editora Universitária UFPB. João Pessoa, 2006, v.1. 331p.

_____. Universidade-sociedade e extensão universitária: construções teórico-metodológicas. In: **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED**, 2005, Meio digital. www.anped.org.br.

MARCOS, M.L.; CRUZ, P.J.S.C. **A Articulação Nacional de Extensão Popular no 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Produção da Articulação Nacional de Extensão Popular - ANEPOP, 2006. 1 DVD (7min), son., color.

MELO NETO, J.F. **Extensão popular**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006. v.1. 97p.

_____. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

_____. Extensão universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, J.F. (Org.) **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

OLIVEIRA, I. B. **Boaventura e a Educação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 166 p.

PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6ª Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PALUDO, C. **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o Campo Democrático Popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

SANTOS, B. S. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L.H.; AZEVEDO, J.C. (org.). **Novos mapas culturais e novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996, p.15-33.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1994.

_____. **A Universidade popular dos movimentos sociais para formar activistas e dirigentes dos movimentos sociais e ONGs e cientistas sociais, intelectuais e artistas dedicados à transformação social**. Uma proposta para discussão. Segunda versão. Setembro, 2003. Disponível em: www.ces.fe.uc.pt.

SCOCUGLIA, A. C. A progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire. In: TORRES, C.A. (Org.). **Paulo Freire e a agenda da educação latino-americana no Século XXI**. Buenos Aires: CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2001, v. 1, p. 323-348.

SILVEIRA, J. L. G. C. (Org.) ; Costa, L. H. (Org.) **Liga de Saúde Coletiva** - Extensão Popular em Busca da Integralidade. 1. ed. Blumenau - SC: EDIFURB, 2008. v. 500. 128 p.

SOUSA, J. **Reinvenções da utopia** - a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

VASCONCELOS, E. M. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, E.M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (Org.). **Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, v. 1, p. 265-308.

_____. Prefácio. In: SILVEIRA, J. L. G. C. (Org.); Costa, L. H. (Org.) **Liga de Saúde Coletiva** - Extensão Popular em busca da integralidade. 1. ed. Blumenau - SC: EDIFURB, 2008.

É preciso que sejamos filósofos

Ray Lima

É preciso aprender a semear com a máquina do tempo
É vital, mais que vital inventar
Vida e verdade, sonhos e realidade
Razão com alegria bailando
Sobre o espelho das águas perenes.

Ainda esperamos, coitados, as chuvas do céu
Quando devemos fazer chover no chão de caos e ilusão
Umedecer as pedras, fazê-las verter poesia
Transformar em vida a energia do sol em desperdício
Que hoje nos flagela e definha

A fome indústria cega e daninha há de ser
O instrumento maior de transformação
Tinta e pincel
A reflexão, o painel sobre a eterna falta

Sobre a miséria a ação, o desenlace sem queda
A inteligência carcomida pela força da moeda
Será o túmulo dos canibais de consciências

É imprescindível e inevitável que sejamos filósofos
Filósofos de nós mesmos
Criadores e semeadores da nossa própria filosofia
Recriadores confessos do nosso rosto
Decoradores do espaço reservado à nossa causa
Defensores incessantes do grito de liberdade
Do motivo do nosso choro, da grife do nosso riso.

Precisamos estar sempre dispostos a corrigir nossos costumes,

Mergulhar no abissal dos nossos valores culturais

Para que venhamos festejar nossa vanguarda

Celebrar a estética do brilho estelar da nossa alma

A estiagem haverá de ser o nosso eterno objeto de estudo

A resistência, nosso princípio, nossa viagem.

Parte IX

Algumas considerações para seguir na caminhada

Algumas considerações para seguir na caminhada

Gostaria de trazer para nossa reflexão alguns questionamentos que, “foi não foi”, estamos discutindo, às vezes, esperneando, às vezes, esbravejando, mas sem muito eco, pois gritamos sempre longe de quem deveria estar nos ouvindo, e os que deveriam estar junto conosco no embate, não raras vezes, por falta de conhecimento e de participação ou por outros fatores, não ocuparam espaços populares para promover debates voltados para essas questões.

Vejamos, como exemplo, quando o Estado disse que “*a educação é direito de todos e é dever do estado*”, por que é que existem escolas privadas e escolas públicas? Por que é que precisamos discutir cota para negros e índios? Como diferenciar a raça humana pela cor, se, perante a lei de Deus e dos homens, somos todos iguais? Como fazer valer o que está escrito na Constituição Federal? Parece que as leis existem só para fazer valerem os direitos da classe dominante e punir a classe trabalhadora, que só serve de mão de obra barata e, frequentemente, desqualificada para a primeira. E isso é observado quando a escola que está à disposição da classe trabalhadora não consegue atingir um grau de qualidade que possa fazer com que seus filhos possam concorrer de forma digna e igualitária nos espaços de mercado, estudos superiores ou até mesmo participar de concursos públicos ou cargos executivos com os filhos da classe dominante.

É notório que o nosso sistema educacional vigente favorece um sistema capitalista concentrador e cada vez mais excludente, pois as oportunidades de trabalho se apresentam mais para aqueles que conseguem estudar em centros mais aparelhados, que são montados nas escolas privadas, do que os estudantes egressos das escolas públicas, cujos professores não são estimulados a se capacitar ou não têm oportunidade de buscar suas melhorias na carreira do Magistério.

Por outro lado, o sucateamento das estruturas dos estabelecimentos públicos de ensino é uma constante na vida da comunidade acadêmica e outro componente que agrava o processo de inclusão, dificultando ainda mais a vida daqueles que dependem desse sistema de ensino para buscar um lugar ao sol. E quando se fala que o espaço da escola deve ser democrático, eu fico a imaginar: de que “*democracia*” falamos, se só um lado da moeda é observado? Parece que a democracia só se fundamenta no controle da máquina que produz e reproduz o poder e só para aqueles que a dominam e a controlam (MORIN).

Entendo a democracia mais do que apenas um regime político e acho que ela poderia ser a máquina capaz de construir ou promover cidadania e cidadãos. E como falar de liberdade e de cidadania para o exercício pleno dessa “*tal cidadania*” se a própria liberdade funciona muito bem para aqueles que são mais abastados, que têm mais acesso aos conhecimentos sem distinção de raça, sexo, etnia ou classe social? Como pensar modelos de inclusão sem ter que recorrer ao sistema de cotas simplesmente ou às *bolsas de estudo* repassadas dos recursos públicos para as escolas privadas com a desculpa da inclusão?

É evidente que o governo não tem uma política de educação clara, que aponte caminhos e possibilidades que promovam a reforma do ensino à luz das necessidades da classe trabalhadora. Precisamos entender que a reforma não começa no terceiro grau,

mas, primordialmente, na formação básica do ensino fundamental e do médio para, depois, chegar às estruturas de ensino superior.

É de fundamental importância que os trabalhadores se organizem cada vez mais, em seus espaços de luta, para que todos os segmentos da sociedade, principalmente os mais excluídos, possam participar com mais eficácia da luta pela conquista de uma escola realmente democrática, que atenda às suas necessidades e que não tenha que diferenciar as pessoas pela cor da pele, porquanto todos temos direitos. Portanto, o tratamento deve ser igual para todos os egressos. Nesse sentido, a escola deve ser de boa qualidade em todos os níveis, desde o ensino fundamental até o ensino superior, e estar voltada para a transformação social e para um mercado menos capitalista e mais solidário, com currículos consequentes voltados para a realidade vivida e local e, principalmente, que preserve as diferenças regionais e distinga o campo da cidade. Enfim, que seja uma “*escola cidadã*” e gratuita, já que Educação é direito de todos e dever do Estado.

Referências

ABRAMO, Helena W. Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta/ Ed. Página aberta, 1994.

ABRAMOVAY, M. (et al.). Gangues, galeras, cegados e rappers. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ARCE, J. M. W. Vida de Barro Duro. Cultura popular juvenil e grafite. Rio, Ed. UFRJ, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização, as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

BRITO, Laura Maria de Farias. Animadores de comunidade em processo de formação. Dissertação de Mestrado, UFPB, 1987 apud. MALGRAIVE, Gerard. Educacion Permanente. Agence Nationale pour lê developpement de l'Education Permanente – ADEP, Paris, nº 49-50, out./1979

CALADO, Carlos. Tropicália: a história de uma revolução musical. São Paulo: ed. 34, 1998.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude: as identidades são múltiplas. Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. N 1, p. 11-27, maio de 2000.

CORRÊA, Tupã Gomes. Rock, nos passos da moda: mídia, consumo x mercado. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

COUTO, Roberto Costa. História indiscreta da ditadura e da abertura (1964-1985). São Paulo: Record, 1999.

COULON, Alan. Etnometodologia. Tradução: Efhraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

DAPIEVE, Arthur. Brock: o rock brasileiro dos anos 80. Rio de Janeiro: ed. 34, 1995.

DEMO, Pedro. Desafios modernos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1993.

ERIKSON, Erik H. Identidade, juventude e crise. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

FALCÃO, Emmanuel & ANDRADE, José Maria. Metodologia para a Mobilização Coletiva e Individual (Met- MOCI). João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária/ AGEMTE, 2º Edição, 2003.

FAUNDEZ, Antônio. Educação, desenvolvimento e cultura: contradições teóricas e práticas, São Paulo: Cortez, 1994.

FORACCHI, Marialice Mencarini. A juventude na sociedade moderna. S. Paulo: Pioneira, 1972. 168p.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 93p.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 218 p.

FREYRE, Gilberto. O Manifesto Regionalista. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, MEC, 1967.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação – Um estudo introdutório – Cortez: Autores Associados, 1983 (Coleção Educação Contemporânea).

GARCIA CANCLINI, Nestor. Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991. (Original: The consequences of modernity).

GOPPO, Luís Antônio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HALL, Stuart. A identidade cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DPBA editora, 1997.

_____ A questão da identidade cultural. Tradução: JACINTO, Andréa Borghi Moreira e FRANGELLA, Simone Miziara. São Paulo: IFCH/ UNICAMP, 1995.

HERNANDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. Organização de Currículo por Projetos e Trabalhos. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MANNHEIM, K. The Sociological problem of generations. In: Essay on the sociology of Knowledge. Londres. Routledge & Kegan Paul, 1952.

MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MEDEIROS, Paulo de Tarso C. A aventura da jovem guarda. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MELLUCI, Albert. A inversão do presente. Petrópolis, Ed. Vozes, 1991.

MINAYO, C. ...(et al.) Fala galera. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

_____. *Complexidade e transdisciplinaridade; a reforma da universidade e do ensino*.

OLIVEN, Ruben G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1988.

PROST, Antoine. “Transições e interferências” in ARIÉS, P. e DUBY, G. *História da vida privada*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

POERNER, Artur José. *O PODER JOVEM – História da participação política dos estudantes brasileiros*. Ed. CMJ. 4edição.

QUIROGA, M. “Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais” in PEREIRA, C. M. e outros (orgs.) *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na Pós-modernidade*. São Paulo; Cortez, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. *A Medicina e o pobre*. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. *Educação Popular e Atenção à Saúde da Família*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

VENTURA, Zunir. *1968, o ano que não terminou – a aventura de uma geração*. Ed. Nova Fronteira, 1986. 17 edição.

EU

Este livro foi diagramado pela Editora da UFPB em 2015, utilizando a família tipográfica Caecila .
Impresso em papel Offset 75 g/m²
e capa em papel Supremo 90 g/m².